

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL**

VINICIUS QUERZONE DE OLIVEIRA SOUSA

**AS ATIVIDADES CUENTAPROPISTAS: UMA NOVA FORMA
DE GESTÃO DA PROPRIEDADE EM CUBA**

VITÓRIA
2022

VINICIUS QUERZONE DE OLIVEIRA SOUSA

**AS ATIVIDADES CUENTAPROPISTAS: UMA NOVA FORMA
DE GESTÃO DA PROPRIEDADE EM CUBA**

Trabalho de investigação apresentado ao Curso de Mestrado em Política Social do Programa de Pós-graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Política Social, sob orientação do Prof. Dr. Paulo Nakatani.

VITÓRIA
2022

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

D278a de Oliveira Sousa, Vinicius Querzone, 1989-
As atividades cuentapropistas : uma nova forma de gestão da propriedade em Cuba / Vinicius Querzone de Oliveira Sousa. - 2022.
125 f. : il.

Orientador: Paulo Nakatani.
Dissertação (Mestrado em Política Social) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas.

1. Cuentapropismo. 2. Trabalhadores por conta própria. 3. Trabalhadores autônomos - Cuba. 4. Livre iniciativa - Cuba. I. Nakatani, Paulo. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. III. Título.

CDU: 32

VINICIUS QUERZONE DE OLIVEIRA SOUSA

**AS ATIVIDADES CUENTAPROPISTAS: UMA NOVA FORMA DE
GESTÃO DA PROPRIEDADE EM CUBA**

*Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do
Programa de Pós-Graduação em Política Social da
Universidade Federal do Espírito Santo como requisito
parcial para obtenção do Grau de Mestre em Política
Social.*

Aprovada em 30 de setembro de 2022.

COMISSÃO EXAMINADORA

**Professor Doutor Paulo Nakatani
Orientador/Universidade Federal do Espírito Santo**

**Professor Doutor Daniel Pereira Sampaio
Universidade Federal do Espírito Santo**

**Professor Doutor André Moulin Dardengo
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por DANIEL PEREIRA SAMPAIO - MATRÍCULA 2308469 Membro - Colegiado do Programa de Pós-graduação em Política Social Em 01/10/2022 às 13:18

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/573671?tipoArquivo=O>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por
PAULO NAKATANI - SIAPE 350651
Departamento de Economia - DE/CCJE
Em 02/10/2022 às 09:39

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/573711?tipoArquivo=O>

AGRADECIMENTOS

Uma ressalva importante, como via de regra nos agradecimentos, é momento de introspecção e, normalmente, porque se trata um texto intimista, optou-se por não se utilizar as normas da ABNT apenas para deixar a leitura mais fluida e menos poluída.

Não é possível, no curto espaço reservado para os agradecimentos, enumerar todas as questões, situações e pessoas que de alguma forma fizeram parte dessa longa trajetória já desde antes da preparação para o ingresso no Programa de Pós-Graduação em Política Social (PPGPS) até a conclusão do mestrado, mas comprometo-me a fazer um grande esforço para mencionar a amplitude de pessoas, acontecimentos e circunstâncias que atravessaram este percurso.

“Transformar o sonho em realidade dá trabalho”, já dizia Rubem Alves. Ele tinha razão, mas é sempre um trabalho coletivo. E, como compôs Beto Guedes e Ronaldo Bastos, “...o fruto do trabalho é mais que sagrado...”.

Sendo assim, quero iniciar agradecendo primeiramente a Deus, que no dizer de Paul Tillich: “é o totalmente outro”, a “inexorável profundidade”, “fundo infinito e inexaurível da história”. Mistério que jamais será abarcado na sua totalidade, mas que desejo estar aberto subjetivamente a Ele. Apesar de Tillich, preciso nomear aquilo que é fruto da minha experiência pessoal e confissão de fé, e que para mim é a tradução do que chamamos de amor na sua essência; por isso digo com temor e respeito a todas as outras expressões de religiosidade: sou grato a Ti, Jesus, por mais essa conquista na minha trajetória.

Quero agradecer imensamente a minha companheira, Geórgia Moraes Catabriga Sousa, por sempre ter acreditado em mim e por ter me oferecido o apoio necessário para continuar tentando ingressar no PPGPS. Ao lado de Geórgia tenho vivenciado diversas conquistas, mas a maior delas não é a acadêmica, trata-se da experiência da paternidade: Ernesto, Raul e Conrado chegaram e transformaram nossas vidas para sempre. A família cresceu. “Meninos, saibam que este trabalho tem o DNA de vocês”.

Agradeço a minha mãe, Mailza Justino, e meu pai, Luiz Gonzaga, que são pessoas simples, mas de grande sabedoria. Como assinalou Paulo Freire, carregam a

sabedoria popular e o conhecimento gnosiológico, e foi com esse saber, que não é nem pior e nem melhor que o saber epistemológico, mas diferente. É que, apesar das dificuldades, criaram duas filhas e um filho. Agradeço imensamente a eles por tudo que fizeram e por todas as renúncias ao longo desses anos para que eu pudesse me tornar quem sou. Quase sempre me perguntam: “e os seus estudos?” Obrigado por terem cuidado de mim por toda uma vida e por ainda se preocuparem comigo. Pois é, o filho do ex-operário e da ex-empregada doméstica virou mestre. Ofereço esse título a todos os trabalhadores e trabalhadoras do Brasil. Esta máxima permanece mais viva do que nunca: Uni-vos!

Agradeço às minhas irmãs, Viviane Gonzaga e Ana Karolina, por torcerem muito por mim, pelo enorme respeito que têm pela minha pessoa e pela amabilidade de sempre. De igual modo, quero agradecer à minha querida sobrinha, Luiza Couto. Incluo ainda, nessa congratulação, meus cunhados Cleuton Couto e Flávio Ferreira, dois caboclos muito boa-praça.

Um agradecimento especial à minha amável sogra, Marli Moraes Catabriga, por concentrar em si as inúmeras demandas de uma rede de apoio. Seu suporte foi e continua sendo mais que necessário. De igual modo agradeço ao meu generoso sogro, Aroldo Catabriga, por oferecer diferentes formas de subsídio ao longo desses anos.

Como se sabe, é muito difícil produzir em um ambiente desorganizado e tumultuado. Por isso, em nome da Ingrid Teodoro (a Didi), nossa atual babá, e da Lidiane Oliveira (a Lídia), a moça que cuida dos afazeres domésticos, quero agradecer a todas as trabalhadoras que prestaram serviço em minha residência e cuidaram da casa e das crianças durante esse período. O trabalho de vocês é muito essencial, lamento muito que não recebam o devido reconhecimento social.

Sou classe trabalhadora, filho da classe trabalhadora e desde muito cedo conheci o que é o trabalho. Tenho uma experiência no campo e na cidade com os mais diversos ofícios: consertar a cerca para o gado não passar de um pasto para o outro, limpar o curral, lavar os latões de leite e tantos outros afazeres da vida na roça. Depois que meus pais saíram do interior de Minas Gerais para a capital do Espírito Santo, segui tendo um conjunto de experiências no universo laboral. Ficaria muito extenso nomear todas elas aqui, mas gostaria de ressaltar minha vivência enquanto alguém que atuou

no contexto da informalidade em diversos subempregos e que, em 2006, estava trabalhando como vendedor ambulante nas praias de Vila Velha. Todas essas experiências me conformam e me compõem, e por todas elas posso dizer: *“Gracias a la vida que me ha dado tanto”*.

Quando alguém diz que aprendeu algo sozinho, é preciso considerar que isso não passa de força de expressão. Ninguém aprende nada sozinho. Todo aprendizado é mediado. As mediações são inúmeras, e, por isso, há um princípio irretorquível: o conhecimento é socialmente construído. Essa premissa me leva a um sentimento de gratidão por tudo e todos que contribuíram de alguma maneira para minha formação e para que eu caminhasse até o nível do mestrado. A lista de pessoas é enorme e a lista de circunstâncias é igualmente variada. Em relação a este trabalho, algumas pessoas tiveram contribuição direta e muitas pessoas, indiretamente. Portanto, como bem demonstrou o Dr. Phil Stutz: “não existe progresso sem vulnerabilidade, e todos nós precisamos de ajuda para continuar”.

Partindo dessa premissa, gostaria de agradecer muitíssimo ao meu orientador, Dr. Paulo Nakatani, pela paciência em contribuir para a lapidação e o acrisolamento dessa pedra bruta.

Grato sou pelas dicas da amiga e ilustríssima professora Aline Fardin Pandolfi. Agradeço, de igual modo, ao queridíssimo amigo discente André Moulin Dardengo, as dicas e orientações da queridíssima Arelys Esquenazi e Aline Miglioli. Agradeço a Maísa Prates do Amaral e Aline Faé pelas importantes interlocuções que ocorreram antes mesmo de eu ingressar no mestrado.

Agradeço ao grande músico e amigo Wanderson Lopes, pelos excepcionais conselhos. Ao meu amigo/irmão Paulo Sá por ter compartilhado comigo o momento de alegria e euforia pela aprovação no processo seletivo do mestrado, ao meu dileto camarada El-Buainin e ao estimado amigo Fábio Coronel pelas frutíferas interlocuções de sempre. Ao querido professor/teólogo/sociólogo/artista e amigo bem-humorado, Cleinton Souza, pelas brilhantes instruções.

Aos estimados Rodolfo Rodrigues (Rodo), Usiel Carneiro, Breno Carraretto, Kaique Salles, Renan Dias e Victor Silva Santos pelo privilégio da amizade, de partilhar a existência e, na genuína relação, os necessários desabafos.

Um salve para os meus camaradas Cleidson Nazário, Leonardo Melo e Rander Prates. Obrigado pela parceria nos estudos e na militância.

Toda minha gratidão a Universidade Federal do Espírito Santo por demarcar a cisão entre uma cosmovisão conservadora e reacionária e a perspectiva crítica que adquiri após ingressar em seus quadros. Em seu interior tive a rica experiência de participar da gestão do “Diretório Acadêmico 26 de junho” (D. A. 26 de Junho) e de militar no Movimento Estudantil de Educação Física (MEEF), minha primeira escola política. Nesta universidade tive o privilégio de ser aluno de grandes e qualificados professores, e pude vivenciar os mais relevantes intercâmbios culturais. Sou muito grato ao “D. A. 26 de junho” e ao MEEF. Um agradecimento especial ao meu primeiro mentor intelectual: Francisco Mauri de Carvalho Freitas; ao mestre de capoeira Fabio Loureiro, ao professor Wellington Lunz; a todo movimento estudantil da UFES, em especial ao camarada Vander Meirelles. A Tales Soares (*in memoriam*), “seus braços estiveram em cada pauta tocada pelo movimento estudantil”.

Ainda sobre a militância, é imprescindível agradecer ao Movimento Policiais Antifascismo e ao Partido Comunista Brasileiro, ambos, espaços de crescimento intelectual e enquanto militante e lutador social.

É indispensável agradecer a todos os professores e servidores do PPGPS na pessoa do professor Gustavo Moura e da servidora Adriana Pratti. Agradeço a turma de 2019/1 e 2019/2 pelas diversas sugestões, dicas e palpites.

Sou abundantemente grato ao professor Alessandro Guimarães pelas valiosas orientações e profícuas conversas sobre o universo acadêmico.

Agradeço afetosamente ao meu amigo carioca da gema, flamenguista, mangueirense e sambista de primeira linha Cláudio Correia pelas longas prosas sobre a arte de viver levemente.

Sou grato ao amigo de longa data, Felipe Amaral, pela necessária mediação entre mim e a discente Máisa Prates.

Agradeço, igualmente, ao camarada venezuelano Walver Villegas pelas dicas metodológicas e pelas deliciosas arepas.

Registro aqui meu agradecimento ao querido Silvio Romero pelas ótimas conversas sobre Cuba e sobre cultura geral.

Grato sou pela recente amizade do queridíssimo Gilsimar Manhone, obrigado pela confiança e pelos simbólicos regalos.

No percurso do mestrado, surgiram várias crises, muitas delas foram resolvidas na terapia; por isso, gostaria de agradecer ao meu psicólogo Silvestre Falcão pela escuta ativa e pelos direcionamentos assertivos.

Minha relação com Cuba inicia-se no período da graduação, pois tentando viver a universidade na sua integralidade e tentando experienciar essa potência de saberes da forma mais holística possível, é que me deparei com uma palestra da professora Olga Pérez Soto e Silvia Odriozola Guitart no CCJE (Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Ufes), cuja explanação sobre a famosa ilha caribenha era de dar alegria aos olhos e ouvidos; sou-lhes imensamente grato pelo que me foi apresentado naquela ocasião e pelos diálogos proveitosos que vieram a posteriori.

Na oportunidade de pisar em solo cubano pela primeira vez, tive a honra de ter como anfitriã a cubana mais gente boa que já conheci. Trata-se da querida amiga Maitê Hernandez Afonso. Muito obrigado pela camaradagem e pelas fecundas conversas sobre Cuba e sobre a vida.

Preciso agradecer a Polícia Militar do Espírito Santo, pois como cantou Belchior: “A noite fria me ensinou a amar mais o meu dia” // “E pela dor eu descobri o poder da alegria”. Aqui cabe um agradecimento aos ex-policiais militares Sebastião Fernando Machado, Gregory Goes e Felipe Guilherme, com quem partilhei durante muito tempo as angústias da caserna.

Enfim, é com muito primor e esmero que agradeço a cada pessoa/situação/circunstância/momento/ocasião/acontecimento que de alguma forma contribuiu para minha caminhada até aqui. A tudo isso, muito obrigado!

“E na humanidade propriamente não existem gênios. Existem homens brilhantes. Com certeza que já deveis ter lido que uns recebem tal ou tal prêmio; mas o gênio não está nos indivíduos: o gênio está nas massas. Quando alguém se destacou nas matemáticas é porque centenas de milhares não puderam estudar matemática. E se alguém se destacou em economia ou em história ou em qualquer outro ramo do saber humano, é porque os outros não tiveram oportunidade de estudar. Mas quando as massas têm acesso à cultura, têm acesso ao estudo, têm acesso ao conhecimento, então as diferenças desaparecem, porque em vez de um gênio há mil, há dez mil gênios. E onde há dez mil gênios não há nenhum gênio, há um gênio coletivo”.

Fidel Castro¹

¹ Trecho do Discurso de Encerramento do 1º Congresso do Partido Comunista de Cuba, 22 de dezembro de 1975.

RESUMO

Este estudo tem como objeto as atividades por “conta própria” (*cuentalpropismo*) em Cuba. Buscou-se compreender os motivos que levaram a sociedade cubana a aprovar e a desenvolver o *cuentalpropismo* na ilha. Subjacente a isso, procurou-se investigar o papel do *cuentalpropismo* na recuperação econômica de Cuba. Buscou-se, também, descrever como a sociedade cubana se reestruturou a partir das crises e como se deu a participação popular no processo de superação desses momentos e na construção do modelo de atualização. Além disso, procurou-se analisar o processo em que o *cuentalpropismo* foi expandido e consolidado a partir dos *lineamientos* (conjunto de diretrizes políticas construídas coletivamente e adotadas pela sociedade cubana). Em síntese, o ponto de partida desse estudo é o segmento do setor privado denominado *cuentalpropismo* e a análise do seu papel na reestruturação e superação das crises em Cuba. Trata-se de uma investigação qualitativa e exploratória, que se desenvolve através de pesquisa bibliográfica e documental. O objeto apresentado está sendo investigado a partir das discussões oferecidas em artigos, livros, revistas acadêmicas e, também, através de dados publicados pela ONEI (Oficina Nacional de Estatística e Informação), discursos das lideranças políticas cubanas e documentos diversos.

Palavras-chave: Atividades *cuentalpropistas*; *Cuentalpropismo*, Setor privado, Trabalho por conta própria.

RESUMEN

El objeto de este estudio es el cuentapropismo en Cuba. Se buscó comprender las razones que llevaron a la sociedad cubana a aprobar y desarrollar el cuentapropismo en la isla. Asimismo, se buscó investigar el papel del cuentapropismo en la recuperación económica de Cuba. También hemos tratado de describir cómo se reestructuró la sociedad cubana tras las crisis y cómo se produjo la participación popular en el proceso de superación de estos momentos y en la construcción del modelo de actualización. Además, se buscó analizar el proceso en que se expandió y consolidó el cuentapropismo a partir de los lineamientos construidos y adoptados colectivamente por la sociedad cubana. En resumen, el punto de partida de este estudio es el segmento del sector privado denominado cuentapropismo y el análisis de su papel en la reestructuración y superación de las crisis en Cuba. Se trata de una investigación cualitativa y exploratoria, que se desarrolla a través de la investigación bibliográfica y documental. El objeto presentado se investiga a partir de discusiones ofrecidas en artículos, libros, revistas académicas y también a través de datos publicados por la ONEI (Oficina Nacional de Estadísticas e Información), discursos de líderes políticos cubanos y diversos documentos.

Palabras clave: Actividades cuentapropistas; Autoempleo; Cuentapropismo, Sector privado.

ABSTRACT

The focus of this study is self-employment (cuentapropismo) in Cuba. It sought to understand the reasons that led Cuban society to approve and develop cuentapropismo on the island. Moreover, it explored to investigate the role of cuentapropismo in Cuba's economic recovery. We also tried to describe how Cuban society restructured itself after the crises and how popular participation took place in the process of overcoming these moments and in the construction of the modernization model, as well. Furthermore, we have tried to analyze the process in which cuentapropismo was expanded and consolidated based on the lineamientos (set of political guidelines collectively constructed and adopted by Cuban Society). In brief, the starting point of this study is the segment of the private sector called cuentapropismo and the analysis of its role in restructuring and overcoming crises in Cuba. This is a qualitative and exploratory investigation, which is developed through bibliographic and documentar research. The object presented is being investigated based on discussions from articles, books, academic journals, and also through data published by ONEI (National Statistics and Information Office), speeches by Cuban political leaders and also various documents.

Keywords: Cuentapropista activities; Cuentapropismo, Private sector, Self-employment,

LISTA DE SIGLAS

BDTD - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

CAME - Conselho de Assistência Mútua

CETSS-CEF - Comité Estatal de Trabajo y Seguridad Social – Comité Estatal de Finanzas

CNA - Cooperativas Não Agropecuárias

CTC - Central de Trabalhadores Cubanos

CUC – Peso Conversível

CUP – Peso Cubano

MEP - Ministério da Economia e Planificação

MPMEs - Micro, Pequenas e Médias Empresas

MTSS - Ministério do Trabalho e Seguridade Social

ONEI - Oficina Nacional de Estadística e Información

PCC - Partido Comunista de Cuba

PIB - Produto Interno Bruto

PNDES - Plan Nacional de Desarrollo Económico y Social

URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

ZEDM - Zona Especial de Desenvolvimento de Mariel

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	18
2 O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES CUENTAPROPISTAS EM CUBA .	23
2.1 AS EMBRIONÁRIAS ATIVIDADES POR CONTA PRÓPRIA NA ILHA: ANTECEDENTES DA PRIMEIRA GRANDE EXPANSÃO	23
2.2 O PERÍODO ESPECIAL E A ESTRATÉGIA CUENTAPROPISTA	27
2.3 ANOS 2000: A “BATALHA DAS IDEIAS” E A RETRAÇÃO DO CUENTAPROPISMO	40
2.4 CUENTAPROPISMO: DESENVOLVIMENTO, EXPANSÃO, RETRAÇÕES E CONSOLIDAÇÃO	46
3 AS ATIVIDADES CUENTAPROPISTAS NO INTERIOR DA ATUALIZAÇÃO DO MODELO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL CUBANO	48
3.1 OS LINEAMIENTOS DE 2011 E O CUENTAPROPISMO COMO POLÍTICA DE ESTADO	48
3.2 OS LINEAMIENTOS DE 2011 E SUAS PECULIARIDADES	61
4 DESDOBRAMENTOS DA PRIMEIRA DÉCADA APÓS OS LINEAMIENTOS DE 2011	62
4.1 O PACOTE LEGISLATIVO DE 2014 E SUAS INOVAÇÕES	67
4.2 A CONSTITUIÇÃO CUBANA DE 2019	71
4.3 VII CONGRESSO – CONCEPTUALIZACIÓN E PLAN NACIONAL DE DESAROLLO	74
4.4 O ORDENAMENTO MONETÁRIO DE 2020	85
4.5 O DESENVOLVIMENTO DO CUENTAPROPISMO NOS ÚLTIMOS ANOS ..	87
4.6 OS LINEAMIENTOS DE 2011 EM PERSPECTIVA	89
5 AS MUDANÇAS EM CURSO FRENTE À PANDEMIA DA COVID-19	90
5.1 O CUENTAPROPISMO NO CONTEXTO PANDÊMICO	90
5.2 ATUALIDADES DO CUENTAPROPISMO NA ILHA	96
6 CONCLUSÃO	107
7 REFERÊNCIAS	117

1 INTRODUÇÃO

O triunfo revolucionário, em 1º de janeiro de 1959, trouxe para a ilha caribenha mudanças profundas nunca antes experimentadas. Reformulou-se o governo cubano, dissolvendo de imediato o Congresso da República, que, por sua vez, teria suas funções absorvidas pelo Governo Revolucionário; tratou-se de cassar os cargos dos governadores, prefeitos e vereadores. Ou seja, a reestruturação política foi total e completa. Nesse contexto, o poder revolucionário aprovou um novo texto constitucional, que se denominava Lei Fundamental. Guardadas as devidas proporções, o texto tinha uma certa similitude com a constituição de 1940, tida como uma das mais progressistas da América. Apesar da inspiração na constituição de 1940, introduziram-se elementos novos em várias partes, dentre elas a regulação da propriedade (NOGUERA FERNÁNDEZ, 2019).

Já nos primeiros anos, o Conselho de Ministros aprovou um número considerável de leis que versavam sobre confisco, intervenção e nacionalização da propriedade; diferentes leis foram criadas no período correspondente entre 1959 e 1968. Essas leis promoveram mudanças radicais na estrutura da propriedade cubana (NOGUERA FERNÁNDEZ, 2019).

Segundo Noguera Fernández (2019), os procedimentos legais foram instituídos nestas três etapas:

Uma primeira etapa de confisco, que se desenvolveu durante o ano de 1959 e teve como objetivo essencial o confisco de bens pertencentes a Fulgencio Batista e outros membros do regime derrubado, embora outras disposições de natureza nacionalizadora também tenham sido emitidas. Uma segunda etapa da nacionalização através da expropriação forçada, por via judicial ou administrativa, com indenização e por compra que ocorreu entre os meses de junho e outubro de 1960, nacionalizando as principais empresas norte-americanas, tornando necessária sua recuperação para processar o desenvolvimento econômico do país. E, uma terceira etapa caracterizada pela intervenção direta dos organismos estatais, como etapa anterior para o confisco, nacionalização ou liquidação do mesmo. Nesta fase, as medidas revolucionárias tomaram a forma de uma resposta à reação dos setores da burguesia nacional aliada aos Estados Unidos, resultando no aprofundamento das novas relações de produção, e a plena configuração da propriedade estatal socialista, compreendendo esse período de outubro de 1960 a março de 1968. Ao finalizar as nacionalizações de 1963, a propriedade estatal ocupava em Cuba 95% da indústria, 98% da construção civil, 95% dos transportes, 70% da agricultura, 75% do comércio varejista e 100% do comércio atacadista (NOGUERA FERNÁNDEZ, 2019, p. 319, tradução nossa).

Mesmo após o triunfo da revolução, manteve-se a presença de pequenos e médios empresários convivendo com as mudanças pelas quais o país estava passando naquele momento. A presença desses proprietários individuais, por mais inexpressiva que fosse, marcava a heterogeneidade da propriedade em Cuba.

Além da heterogeneidade da propriedade em Cuba, tem-se, também, no interior do setor privado a heterogeneidade como característica chave do trabalho por conta própria ou do *cuentalpropismo*. Quando nos referimos à heterogeneidade do *cuentalpropismo*, não estamos falando somente das diferentes atividades que se desenvolviam e que podem se desenvolver no interior desse segmento. Estamos nos referindo a uma heterogeneidade de outra ordem. Trata-se da diferente posição que esses indivíduos ocupam no interior desse setor: uns são donos dos meios de produção e outros vendem sua força de trabalho.

Devido à singularidade da realidade cubana, o *cuentalpropismo* se desenvolveu de maneira muito peculiar. Dessa forma, pode-se verificar dentro do segmento *cuentalpropista* a coexistência de pelo menos três frações do *cuentalpropismo*: os que possuem os meios de produção, mas não contratam força de trabalho externa; os que possuem os meios de produção e contratam força de trabalho externa, e aqueles que estão submetidos a uma relação de assalariamento - os chamados trabalhadores contratados (COLINA HERNÁNDEZ, 2016).

O trabalho por conta própria – enquanto nova forma de gestão da propriedade em Cuba – possui uma historicidade e um contexto de expansão, ajustes e consolidação. Portanto, tendo como delimitação de estudo a temática das atividades *cuentalpropistas* em Cuba, nominadas também como *cuentalpropismo* ou trabalho por conta própria, esta investigação abrangerá o contexto em que as atividades por conta própria se mantiveram de maneira residual, a primeira expansão na década de 1990 e como essa atividade se desenvolveu nas duas primeiras décadas do século XXI. Este é, portanto, o recorte temporal de análise investigativa desse objeto.

Em termos metodológicos, o objeto apresentado será investigado a partir das discussões oferecidas em artigos, livros, revistas acadêmicas e, de igual modo, através de dados publicados pela ONEI (*Oficina Nacional de Estadística e Información*), documentos diversos e discursos das lideranças políticas cubanas.

Realizar-se-á uma contextualização histórica do processo revolucionário cubano, incluindo o “Período Especial”, marco inicial da primeira expansão, e debruçar-se-á sobre o contexto de atualização do modelo econômico cubano – momento em que o *cuentalpropismo* torna-se uma política de Estado - localizando esses períodos e seus desdobramentos na realidade da ilha.

O ponto de partida desse estudo é o segmento do setor privado denominado *cuentalpropismo* e a análise do seu papel na reestruturação e superação das crises em Cuba; bem como a discussão dos motivos e razões que levaram o governo e a sociedade cubana a aprovar e a desenvolver o *cuentalpropismo* na ilha. Descrever-se-á como a sociedade cubana se reestruturou a partir das crises e como se deu a participação popular no processo de superação desses momentos e na construção do modelo de atualização; analisar-se-á o processo em que o *cuentalpropismo* foi se expandindo e se consolidando a partir dos lineamentos. A investigação abrangerá, também, o papel do governo diante da heterogeneidade da propriedade em Cuba – com ênfase no *cuentalpropismo* –, uma vez que as relações de propriedade estão na base do sistema de relações de produção e reprodução social. Portanto, a investigação do objeto perpassa sua relação com o Estado cubano, com a sociedade e com a política econômica estabelecida em Cuba nas últimas décadas. Em suma, a investigação será exploratória e se desenvolverá através de Pesquisa Bibliográfica e Documental.

A pesquisa proposta se faz relevante ao trazer em discussão um importante aspecto da conjuntura contemporânea cubana, denominado *cuentalpropismo*, bem como a análise de suas determinantes econômicas e sociais. O debate sobre o trabalho por conta própria é, possivelmente, um dos mais candentes no interior da academia cubana². No Brasil, mediante consulta à Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), verificamos que a recente experiência do *cuentalpropismo* em

² Foram encontrados muitos trabalhos, em língua espanhola, que debatem diretamente a temática do *cuentalpropismo*; fica à disposição uma lista de autores (nem todos são cubanos e nem todos foram usados na confecção dessa dissertação) que abordam o tema: Sofia Anton Arraez, Henry Colina Hernández, Ariel Dacal Díaz, Ileana Diaz Fernandez, Héctor Pastori, Camila Piñeiro Harnecker, Geydis Fundora Nevot, Roand Guirola Benítez, Jenny Morin Nenoff, Albert Noguera Fernández, Lilia Moreno Nuñez, Victoria Pérez Izquierdo, Fabian Oberto Calderón, Mayelín González Rodríguez, Alcides Francisco Antúnez Sánchez, Jorge Manuel Martínez Cumbreira, Jorge Luis Ocaña Báez, Carlos Alberto Hernández Medina, José Bell Lara, Alexander Báez Hernández, Pavel Vidal Alejandro, Omar Everlenny Pérez Villanueva, Viviana Togores González, Ricardo J. Machado, Karla Gattorno, Sofía Vera Rojas, Lenier González Mederos, Roberto Veiga González, Aníbal Pérez-Liñán, Carmelo Mesa-Lago.

Cuba ainda não foi objeto de estudo. Essa pesquisa situa-se no campo de discussão sobre as formas de gestão da propriedade no socialismo e busca compreender como isso tem se dado na realidade concreta de Cuba.

O interesse por essa temática parte, também, de uma expectativa pessoal em compreender as novas formas de gestão da propriedade e a organização do trabalho por conta própria, inseridos numa sociedade que está em transição para o socialismo e que busca superar suas crises e contradições com o menor custo social possível.

Buscou-se construir o texto da seguinte forma: ao longo do primeiro capítulo, procurou-se descrever o *cuentalpropismo* na sua fase embrionária e, portanto, na fase anterior a sua primeira grande expansão, ou seja, fase entre o triunfo revolucionário inaugurado em 1959 e o início do período especial em 1990. Dessa forma, o capítulo apresenta e aprofunda as discussões acerca do turbulento contexto do período especial, referendado oficialmente em 1991 pelo IV Congresso do Partido Comunista Cubano. Ao final, traz elementos da fase que se inicia com a virada do século, momento em que foi implantado o programa social multidisciplinar que ficaria conhecido como “Batalha das Ideias”.

O segundo capítulo aborda os antecedentes da aprovação dos *lineamientos* de 2011, onde se discute, detalhadamente, os motivos que levaram à validação desse conjunto de medidas. Além disso, buscou-se esmiuçar a forma pela qual se deu a participação popular em todo o processo de elaboração dos *lineamientos* de 2011 e como o *cuentalpropismo* veio a se tornar uma política de Estado.

No terceiro capítulo, apresentamos os desdobramentos advindos da aprovação dos *lineamientos* de 2011, a exemplo do aumento significativo no número de licenças para o exercício do trabalho por conta própria. Ademais, abordamos o pacote legislativo de 2014, que trouxe como atualização o novo Código do Trabalho, que deu maior importância para a presença do setor não estatal e reconheceu a figura do empregador como pessoa física e jurídica na ilha. Apresentamos, também, aspectos da nova constituição cubana de 2019 e os documentos referentes ao VII Congresso do Partido Comunista de Cuba, documentação que servirá como plano de atualização do modelo cubano até 2030. Em suma, colocamos os *lineamientos* em perspectiva e mostramos os principais desdobramentos após uma década de aprovação.

No quarto e último capítulo, descrevemos as mudanças mais recentes ocorridas na conjuntura cubana; abordamos o contexto pandêmico e as medidas que tiveram que ser tomadas durante este período, no que tange às questões gerais e aquelas relacionadas diretamente ao *cuentalpropismo*. De mais a mais, apresentamos o arcabouço jurídico em que o *cuentalpropismo* está inserido na atualidade cubana e discorremos sobre as Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPMEs), e as diferenciações entre elas e o *cuentalpropismo*.

2 O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES CUENTAPROPISTAS EM CUBA

Neste capítulo descreveremos o contexto dos primeiros anos após o triunfo revolucionário e as principais mudanças ocorridas nas primeiras décadas da transição socialista. Um dos acontecimentos relevantes no final da década de 1960 foi o que ficou conhecido como Ofensiva Revolucionária, esse processo ficou marcado pelo fechamento de um número elevado de pequenos negócios na ilha; nesse primeiro momento analisamos os desdobramentos e ações dessa ofensiva.

Apresentamos o Decreto Lei nº 14/1978, o primeiro a formalizar o trabalho por conta própria no país. Exibimos a hipótese em relação à razão pela qual o *cuentapropismo* foi aprovado e normatizado como forma de propriedade; enfatizamos sobre as razões pelas quais o *cuentapropismo* não foi estimulado nesse momento da conjuntura cubana e identificamos as principais características do *cuentapropismo* nesse período.

Tratamos, além disso, do período especial e os aspectos fundamentais desse peculiar momento da história do povo cubano: contexto externo e interno, agravamento da crise, expansão do *cuentapropismo* nesse período, superação gradual da crise e início do século XXI com o programa Batalha de Ideias, e seus efeitos em geral e especificamente em relação ao *cuentapropismo*.

2.1 AS EMBRIONÁRIAS ATIVIDADES POR CONTA PRÓPRIA NA ILHA: ANTECEDENTES DA PRIMEIRA GRANDE EXPANSÃO

Nos primeiros anos da revolução, o *cuentapropismo* era bastante residual, pois, com intuito de limitar o trabalho por conta própria, o governo revolucionário teve como estratégia assimilar no setor estatal os proprietários de negócios, lojas e micro estabelecimentos privados, nos quais os produtos alimentícios e outros eram vendidos. Restrições desse tipo reduziram o setor ao mínimo (NOGUERA FERNÁNDEZ, 2019).

Entre 1959 e 1967, as atividades por conta própria caracterizavam-se pela aceitação de pequenos negócios em setores em que havia carência de força de trabalho

assalariada. Esses setores estavam circunscritos no âmbito do comércio varejista, do transporte, do setor de serviços e também na produção de alguns artigos industriais (CHASSANGNES IZQUIERDO; DOMÍNGUEZ JARDINES, 1995).

De 1963 a 1967, concomitante às mudanças profundas realizadas na base econômica de Cuba, ocorreu também uma revitalização do trabalho por conta própria e da microempresa. Contudo, de 1968 a 1975, houve um decréscimo do setor privado na ilha, fruto da chamada Ofensiva Revolucionária (CHASSANGNES IZQUIERDO; DOMÍNGUEZ JARDINES, 1995).

Com a Ofensiva Revolucionária, deu-se um processo de encerramento quase que completo dos pequenos negócios. O resultado desse processo foi o fechamento dos pequenos negócios, que, em sua maioria, funcionavam com uma ou duas pessoas. Portanto, o período marcado pela Ofensiva Revolucionária caracterizou-se pela eliminação quase completa do setor privado na ilha, por considerar que uma parcela da iniciativa privada estava obstaculizando o processo revolucionário daqueles primeiros anos (GUIROLA BENÍTEZ, 2015). Essa questão ficou demarcada no Informe do Primeiro Congresso do Partido Comunista de Cuba, que avaliou da seguinte forma:

Em março de 1968, uma ofensiva revolucionária foi realizada, em virtude da qual um grande número de pequenos negócios passou para as mãos da nação. Tal medida não foi necessariamente uma questão de princípios na construção do socialismo nesta fase, mas o resultado da situação específica do nosso país nas condições de duro bloqueio econômico imposto pelo imperialismo e da necessidade de otimizar os recursos humanos e financeiros, ao qual se somou a ação política negativa de uma camada de capitalistas urbanos que obstruíam o processo. Isso, é claro, não exonera a Revolução da responsabilidade e das consequências de uma administração ineficiente dos recursos, que contribuiu para agravar o problema financeiro e a escassez de mão de obra (INFORME CENTRAL DO PRIMEIRO CONGRESSO DO PCC, 1975, p. 49, tradução nossa).

Para se ter um exemplo das medidas adotadas pela Ofensiva Revolucionária, segundo dados publicados no periódico Granma de 18 de março de 1968, foram fechados no país 55.636 pequenos negócios, entre eles 11.878 eram mercearias, 3.130 açougues, 3.198 bares, 4.544 oficinas mecânicas de automóvel e muitos outros estabelecimentos pequenos (GUIROLA BENÍTEZ, 2015). Assim, “em 1970, o Censo

da População e Habitação relatou que os trabalhadores não estatais³ representavam 2% da população ocupada” (NUÑEZ MORENO, 1998, p. 4).

Todo o setor privado foi nacionalizado em 1968, tais como o comércio, os serviços e as pequenas indústrias. A estrutura econômica do país foi completamente modificada e, a partir de então, o predomínio do setor estatal tornou-se característica marcante em todos os ramos da economia; nesse período restou um reduzido setor privado localizado no âmbito do transporte e da agricultura (PÉREZ VILLANUEVA, 2020).

Apesar das modificações em decorrência da Ofensiva Revolucionária, Cuba seguiu tendo – mesmo que de forma residual – proprietários privados, ou seja, não conseguiu eliminar por completo essas atividades. Esses trabalhadores eram identificados simplesmente como trabalhadores não estatais. Além disso, constata-se que as primeiras atividades por conta própria foram amparadas somente dez anos após a Ofensiva Revolucionária. Foi com o Decreto Lei 14/1978 que se formalizou a autorização de serviços como: carpinteiro, jardineiro, eletricista, alfaiate, cabeleireiro, fotógrafo e taxista. Aqueles que haviam se graduado antes de 1964 também podiam exercer suas respectivas profissões por meio do trabalho por conta própria (DÍAZ *et al.*, 2012).

Assim, segundo Díaz Fernández (2020, p. 03, tradução nossa), “o motivo da aprovação do trabalho autônomo parece estar relacionado à insuficiência do setor estatal para atender à demanda por determinados produtos e serviços”.

O Decreto Lei 14/1978 não permitia a contratação de trabalhadores assalariados, e tinha como uma de suas exigências a inscrição prévia no registro de contribuintes, como também o pagamento de imposto correspondente à respectiva atividade. A licença tinha um prazo de validade de um ano e, para continuar exercendo a atividade, o trabalhador tinha a obrigação de renová-la. Os *cuentalpropistas* eram proibidos de oferecer seus serviços à população. Isto é, esses serviços, que tinha como uma de suas características ser exercido somente em âmbito familiar (pois não se permitia o aluguel de locais e estabelecimentos fora da residência desse trabalhador, assim como era vedado espaços públicos e locais fixos como vendedores ambulantes, por

³ Por trabalhadores não estatais, nesse período, compreende-se: trabalhadores por conta própria (que eram a maioria), trabalhadores privados assalariados, trabalhadores domiciliares e ajudantes familiares não remunerados.

exemplo), poderiam ser oferecidos apenas às entidades estatais. Esse Decreto tinha alguns vazios⁴ que, por sua vez, só foram preenchidos com a Resolução nº23/1985 do *Comité Estatal de Finanzas y del Comité Estatal de Trabajo y Seguridad Social* que atualizou o registro de contribuintes e deixou explícito quem podia exercer as atividades por conta própria (DÍAZ ET AL., 2012).

Foi na constituição socialista de 1976 que se instituíram as transformações que vinham sendo desenvolvidas nestes primeiros anos pelo governo revolucionário. Referendaram-se as novas relações de produção e sancionou-se formalmente o caráter socialista da revolução anunciado por Fidel desde 1961⁵. O artigo 14 da constituição de 1976 reconhecia a propriedade socialista como forma principal da propriedade em Cuba. Este novo tipo de propriedade era subdividido por estas três formas: propriedade estatal (composta pelos bens coletivos que compõem o patrimônio do Estado, e tida como a forma mais importante); propriedade cooperativa; e propriedade das organizações políticas, de massas e sociais. As formas de propriedade individual permitidas pela constituição de 1976 eram as seguintes: posse de terra e outros bens agrícolas por parte de pequenos agricultores; propriedade pessoal, ou seja, propriedade sobre os meios e instrumentos pessoal ou familiar que não fossem utilizados para exploração do trabalho alheio (NOGUERA FERNÁNDEZ, 2019).

Antes da década de 1990 o trabalho por conta própria era caracterizado por absorver pessoas com baixo nível de instrução/qualificação e trabalhadores de faixa etária elevada; havia um número alto de *cuentapropistas* que exercia essas atividades estando aposentados. Outra característica desse período era o baixo impacto econômico desse segmento. Segundo consta no *Anuario Estadístico* de 1988, os *cuentapropistas* representavam somente 1% dos empregados em 1988 (NÚÑEZ MORENO, 1998). Togores (1996) afirma que o trabalho por conta própria decresceu 36% entre 1985 e 1989. Para Chassangnes Izquierdo e Domínguez Jardines (1995),

⁴ Não foi possível verificar exatamente quais vazios o autor se refere, mas, diante do contexto, a hipótese é de que esses vazios, provavelmente, eram em relação à delimitação de quem podia e quem não podia exercer a atividade por conta própria naquele momento.

⁵ “No dia 15 de abril de 1961, aviões dos Estados Unidos bombardearam quartéis e aeroportos com a finalidade de destruir aviões cubanos. No dia 16 de abril, em concentração popular para velar as vítimas do bombardeio, Fidel Castro proclama, pela primeira vez, publicamente, o caráter socialista da revolução cubana” (AYERBE, 2004).

o período compreendido entre 1987 a 1992 caracteriza-se pelo desestímulo à atividade por conta própria.

Em 1993, no contexto do Período Especial, estabelece-se quem pode exercer as atividades por conta própria; nesse momento abarcam-se trabalhadores de empresas estatais, desempregados que recebem subsídio do Estado, aposentados e donas de casa (NÚÑEZ MORENO, 1997).

O Período Especial traz um conjunto de especificidades na dinâmica da vida em Cuba. Os anos 1990 são conhecidos como um tempo de escassez e dificuldade. É justamente nesse período que o trabalho por conta própria tem seu primeiro crescimento agudo. Nesse contexto, alguns economistas classificam o *cuentapropismo* como um “mal necessário”. Dada a relevância dos acontecimentos que emergiram na década de 1990, separamos um tópico apenas para tratar desse assunto. Portanto, o *cuentapropismo* no contexto do Período Especial será abordado no tópico seguinte.

2.2 O PERÍODO ESPECIAL E A ESTRATÉGIA CUENTAPROPISTA

Para se obter uma compreensão mais holística do que ficou demarcado como “Período Especial”⁶ e para entender as características da crise e das reformas efetuadas nos anos 1990, faz-se necessário remontar a análise de algumas etapas anteriores. Entre 1959 e 1989, ocorreu um longo processo de desestratificação social, momento em que as tendências predominantes de antagonismos de classe foram arrefecidas e as distâncias socioeconômicas foram encurtadas. A sociedade cubana, “entre 1959 e 1989, foi classificada por muitos autores como uma das sociedades mais equitativas do mundo” (NOGUERA FERNÁNDEZ, 2004, p. 45, tradução nossa). Universalizou-se o bem-estar básico, isto é, o acesso à saúde, à educação, à

⁶ Bell Lara; Dirk Kruijt; López García (2017, p. 15, tradução nossa), afirmam que “como parte da estratégia de defesa se denominou Período Especial em Tempos de Guerra o conjunto de planos e experiências para sobreviver em caso de uma agressão armada por parte dos Estados Unidos, e de uma aplicação de um bloqueio naval total ao arquipélago cubano que possibilitasse a chegada de mercadorias necessárias durante um período prolongado. Ao suceder a desapareição do campo socialista, se denominou a nova situação criada de “Período Especial em tempos de Paz”.

alimentação, ao emprego, à renda, e à moradia. Dessa forma, alterou-se a estrutura econômica, dando centralidade ao Estado em detrimento do mercado. Com isso, o mercado teve pouquíssimo peso na distribuição dos bens materiais e, a partir da alteração da lógica de estratificação social, alcançou-se com êxito alto grau de igualdade social e bem-estar da população durante esses anos (ESPINA PRIETO, 2005).

Segundo Haroldo Dilla (2000), entre 1959 e 1989 a sociedade cubana caracterizou-se pela existência da propriedade estatal dos meios de produção e, simultaneamente, houve um processo de ascendência das maiorias, o qual, por sua vez, deu-se em decorrência das políticas de emprego e serviços sociais em seu sentido mais amplo. Em relação à economia, segundo Rodríguez García (2000, p. 4, tradução nossa) “em geral, a experiência da planificação durante as três décadas que decorreram de sua aplicação até 1989 pode ser avaliada positivamente”.

García Molina (2005, p. 26 e 27, tradução nossa) afirma que:

No período 1959 - 1989, as transformações produtivas radicais foram realizadas com base na ampla equidade social. A base produtiva de bens de capital foi aumentada e a infraestrutura física expandida. A capacidade dos reservatórios de água foi ampliada e a rede ferroviária foi modernizada; Além disso, foram construídas rodovias, estradas e caminhos rurais. A frota mercante aumentou sua capacidade de 58.000 toneladas de porte bruto em 1958 para 1.401.000 toneladas em 1989. Se avançou na eletrificação do país, serviço que chegou a cobrir 92% dos domicílios no final dos anos oitenta. Além disso, foram realizados investimentos significativos para o desenvolvimento de recursos humanos, principalmente nos setores de saúde, educação, cultura e esporte.

O alto conteúdo social da política econômica desse período permitiu enormes avanços nos serviços básicos à população, bem como na formação de recursos de trabalho com qualificação crescente e com oportunidades de trabalho. A taxa de analfabetismo para maiores de 10 anos, calculada nos censos populacionais de 1953 e 1981, caiu entre esses anos de 24% para 4%. A taxa de desemprego aberto passou de 20% em 1958 para menos de 4% em 1989.

A taxa de mortalidade infantil caiu de mais de 60 por 1.000 nascidos vivos em 1958 para 11,1 em 1989, uma conquista que foi muito influenciada pelo aumento do nível nutricional da população, bem como pela melhoria perceptível nos serviços públicos de saúde. Precisamente, a proporção de habitantes por médico caiu de 1.076 para 303, enquanto o número de leitos por 1.000 habitantes passou de 4,2 em 1958 para 6,2 em 1989. Além disso, o desenvolvimento de mais de 200 centros de pesquisa, como a engenharia genética e biotecnologia, contribuiu para melhorar os índices de saúde e educação da população cubana. (GARCÍA MOLINA, 2005, p. 26 e 27, tradução nossa).

Com base nesses números – e levando em consideração os benefícios obtidos por Cuba na relação com os países do Conselho de Assistência Mútua (CAME)⁷ – pode-se afirmar, portanto, que as décadas que antecederam a transição para os anos 1990 foram de crescimento e desenvolvimento para o país caribenho. É importante mencionar, também, que todos esses feitos se deram num momento conturbado para o país.

Segundo Saenz (2004), nos primeiros anos da revolução, milhares de pessoas saíram de Cuba. Muitas, pela proximidade com o governo tirano de Batista, outras, por se oporem radicalmente ao governo revolucionário, e ainda havia aquelas que temiam o futuro que se iniciava. Fato é que houve uma evasão de trabalhadores qualificados e experientes, pois, entre os que saíram, encontrava-se um grande número de profissionais de excelente formação técnica e científica (engenheiros, químicos, físicos, biólogos, entre outros)⁸. Portanto, foi árdua a tarefa de condução política que culminou nos avanços citados acima⁹.

Algumas deficiências, contradições que emergiram no percurso, foram apontadas no Terceiro Congresso do Partido Comunista de Cuba e, em 1986, foi lançado o Programa de Retificação de Erros e Tendências Negativas. Tal programa surge justamente com o propósito de aperfeiçoar os mecanismos de planificação, de resolver o problema de baixa qualidade da produção e de sanar as deficiências e insuficiências na produção industrial e agrícola. Além disso, foram aplicadas medidas que consistiram na eliminação do mercado privado camponês e em uma maior restrição ao trabalho por conta própria. Portanto, Cuba inicia a década de 1990 e, mais

⁷ Com o bloqueio iniciado em 1961, não restou outra saída para Cuba senão a vinculação e integração ao sistema soviético. Para Saenz (2004, p. 56) “na medida em que o bloqueio econômico restringia o acesso a divisas livremente conversíveis, tornava-se urgente acelerar o desenvolvimento do país e a abertura de relações políticas, econômicas e comerciais com a União Soviética e demais países do bloco socialista. Eles apresentavam a Cuba uma ampla oferta de tecnologias, incluindo assistência técnica e formação de recursos humanos, com condições extremamente favoráveis”.

⁸ Saenz (2004, p. 60) afirma que “quanto ao enorme êxodo do pessoal técnico, principalmente para os Estados Unidos, deve-se ressaltar ainda que, em muitos casos, aqueles que emigraram foram os de nível mais elevado, com maior experiência e com melhor capacitação”.

⁹ É importante ressaltar que, apesar dos avanços que Cuba obteve ao longo dos anos, o país convive com muitos problemas causados pelos EUA ainda no século XXI, pois: “A política migratória continua sendo utilizada como uma arma contra a revolução. Se mantém em vigor a “Lei de Ajuste cubano”, a “política de pés secos, pés molhados” e o “Programa de liberdade condicional para profissionais médicos cubanos”, que incentiva a emigração ilegal e insegura e procura tirar-nos o pessoal qualificado” (INFORME CENTRAL AL VII CONGRESO DEL PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2016, p. 33, tradução nossa).

precisamente o Período Especial, no meio de um processo de retificação, de autocríticas e de um conjunto de ações que não puderam ser totalmente concluídas, pois os efeitos da crise obrigaram o governo a abandonar o programa de retificação e a dar uma guinada radical na busca de soluções para o Período Especial (FAZIO VENGOA; ARIAS TRUJILLO, 1996).

O Período Especial foi adotado em 1990 e referendado em 1991 pelo IV Congresso do Partido Comunista Cubano. O objetivo principal era resolver as dificuldades mais latentes sem debilitar em momento algum os benefícios sociais que serviam de amparo para a população cubana (FAZIO VENGOA; ARIAS TRUJILLO, 1996).

Portanto, é a partir da realização do IV Congresso do Partido Comunista Cubano – celebrado em outubro de 1991 – que se inicia a introdução das primeiras reformas, com intuito de enfrentar o período de crise que surgia naquele momento. Essas reformas tiveram como elementos centrais as mudanças na forma de propriedade e uma significativa ampliação no trabalho por conta própria. Essas alterações ganharam conformação jurídica e se expressaram juridicamente por meio da Reforma Constitucional de 12 de julho de 1992 (NOGUERA FERNÁNDEZ, 2019).

A Reforma de 1992 representou uma atualização do modelo cubano: mudanças importantes foram realizadas em setores estratégicos da economia, como, por exemplo: usufruto da terra estatal por cooperativas e agricultores, com o objetivo de incrementar a produção agrícola e alimentar; enxugamento da máquina estatal e, concomitantemente, ampliação de atividades econômicas não estatais, de forma a estimular segmentos como o *cuentalpropismo*; atração de investimentos estrangeiros (empresas mistas e de capital privado) em diversos setores, principalmente no turismo; abertura para a possibilidade de envio de recursos financeiros por imigrantes etc. Essa atualização econômica visava responder às crescentes pressões internas e internacionais que levaram Cuba a buscar novas formas de custear seus serviços públicos sociais e de assegurar sua autonomia econômica e a soberania nacional (BELLO; BARBOSA, 2019).

É importante demarcar que a crise desse período tem origem em causas externas. O colapso da União Soviética¹⁰ e a extinção de todo campo socialista europeu são as mais evidentes. O contexto internacional estava sendo modificado de forma repentina naquele momento, crescia o domínio político militar dos EUA, bem como despontava um novo cenário da geopolítica, o que, por sua vez, teve implicações diretas na relação com Cuba. Houve interrupção abrupta do desenvolvimento cubano: o comércio exterior sofreu uma queda de aproximadamente 85% (transações que eram realizadas com a URSS); as fontes de financiamento e os benefícios em preços e subsídios fornecidos pelo bloco soviético encerraram-se bruscamente. Nesse contexto, as condições de existência do povo cubano foram modificadas, o que exigiu grande esforço e resistência por parte da população na recuperação desse quadro (VALDÉS PAZ, 2005; SILVA, 2006).

As mudanças ocorridas no sistema internacional trouxeram diversas implicações para Cuba, a saber, a perda do intercâmbio econômico com os países membros do Conselho de Assistência Mútua (CAME), além da perda de 95% da ajuda que o país recebia para o desenvolvimento interno (VALDÉS PAZ, 2005).

No interior do CAME, Cuba acabou por se especializar na exportação de bens primários como açúcar, cítricos e níquel. Essa especialização legou certos benefícios à economia cubana, a exemplo do quantitativo comprado pelo CAME entre 1988 e 1989: 63% do açúcar, 73% do níquel e 95% dos cítricos (GARCÍA MOLINA, 2005). “Em 1989, o comércio com os países membros da CAME representava 85% do comércio total” (GARCÍA MOLINA, 2005, p. 29, tradução nossa). Em um curto período a revolução cubana se viu forçada a reorientar sua integração econômica mundial e a enfrentar a globalização neoliberal em curso (VALDÉS PAZ, 2005).

O programa econômico de emergência, denominado “período especial”, iniciou-se em setembro de 1990 e teve como proposição central repartir equitativamente os efeitos da crise entre a população e criar condições para reinserção de Cuba na economia internacional (GARCÍA MOLINA, 2005).

¹⁰ “A dissolução da URSS em dezembro de 1991 fechou de maneira definitiva, completa e total este capítulo de colaboração com Cuba e privou a ilha de recursos essenciais para o funcionamento de sua economia” (FAZIO VENGOA; ARIAS TRUJILLO, 1996, p. 110, tradução nossa).

No "Período Especial", as relações entre Cuba e os EUA mantiveram seu caráter conflitivo, padrão seguido pelas sucessivas Administrações norte-americanas desde 1959. Da Administração Bush pai até a administração Bush filho, recrudescu-se o bloqueio econômico e, através das leis Torricelli¹¹ e Helms-Burton¹², adotou-se um projeto político que tinha como objetivo retomar as condições anteriores a 1959 (VALDÉS PAZ, 2005).

A obstrução de vários interlocutores comerciais nos anos 1990, através do bloqueio estadunidense, impediu a diversificação do intercâmbio externo e ampliou a vulnerabilidade externa de Cuba, contribuindo para a perpetuação da dependência (VASCONCELOS, 2016).

Somam-se a isso os atentados terroristas perpetrados pelas organizações anticastristas da Flórida, que, durante os anos 1990 – em apenas 5 anos – executaram mais de 150 atentados com objetivo de promover insegurança, medo e pavor nos turistas. Entre esses ataques, podem-se arrolar ações como fuzilamento em praias movimentadas, pulverização de pragas em lavouras realizadas com aviões estadunidenses e bombas em banheiros de hotéis. A operação Vespa – ação de contraespionagem posta em prática em dezembro de 1990 pelo governo cubano – documentou de forma rigorosa os ataques orquestrados pelas organizações anticastristas da Flórida (VASCONCELOS, 2016).

¹¹ Segundo Vasconcelos (2016, p. 125) "o governo Bush pai sancionou a Lei Torricelli (ou Cuban Democracy Act), que reforçava a austeridade das sanções a outros países que se relacionassem com Cuba, proibia que transnacionais com parcela de capital estadunidense estabelecessem qualquer contato com a ilha, ameaçava eventuais violações do bloqueio com punições rigorosas previstas no Trading With de Enemy Act (por exemplo, a expropriação de todas as propriedades do violador) e prometia explícita e oficialmente apoio e financiamento para organizações e indivíduos que combatessem Fidel Castro".

¹² Segundo Bell Lara (1999, p. 59, tradução nossa), "com a Lei Helms-Burton pretende-se desenhar, organizar e estruturar um bloqueio total e absoluto contra Cuba. A lei, ademais, codifica o bloqueio, quer dizer, converte em lei todas as ordens executivas e demais disposições dos diferentes departamentos da administração estadunidense contra Cuba, as quais não poderão ser modificadas ou eliminadas senão através de lei do Congresso, com a qual pretende-se eternizar a contenda entre Cuba e os Estados Unidos da América. Esta lei tem um caráter extraterritorial, estabelece sanções contra outros países por manterem determinadas relações econômicas com Cuba, assim como contra empresas e entidades que estabeleçam relações com Cuba, nas quais medeiam propriedades nacionalizadas cujos donos sejam, atualmente, cidadãos americanos, ainda que não o fossem no momento da nacionalização. Entre outras coisas, a lei promove um sistema de espionagem econômica contra Cuba, na qual se acompanha toda transação econômica deste país com o exterior, a partir do qual o presidente deve apresentar periodicamente um relatório detalhado de toda atividade econômica da Ilha com o exterior".

De 1990 até 1994, observou-se uma queda brusca da economia cubana, que sofreu uma perda de 36% do PIB e uma queda de mais de 40% do consumo da população (ONE, 1998). Esses números contrastam com aqueles produzidos nas três primeiras décadas da revolução que, segundo Rodríguez García (2000), teve um crescimento médio anual do PIB estimado em 4,6%. Vasconcelos, (2016, p. 126) afirma que “entre 1990 e 1994, a válvula de equilíbrio cambial representada pelo crédito soviético desapareceu, gerando uma descontrolada desvalorização”.

Foi inaugurada nesse período, mais precisamente em 1994, a circulação simultânea de CUC (pesos conversíveis fixados com o dólar) e CUP (*moneda nacional*) com valor fixado entre 20 e 25 pesos por dólar. A criação de uma dupla moeda teve como objetivo servir de barreira entre as flutuações do dólar e a vulnerabilidade da economia cubana (VASCONCELOS, 2016). Desde 1994 circula simultaneamente em Cuba o peso conversível¹³, a moeda nacional e o dólar¹⁴ (CARCANHOLO; NAKATANI, 2006).

O peso conversível e o dólar foram utilizados nos mercados de produtos sofisticados, bem como na aquisição de produtos importados. Já a moeda nacional (CUP) é utilizada pela maioria da população. Tanto os salários quanto os preços dos produtos racionados são estipulados em moeda nacional. Esse movimento de mudança monetária somado à expansão do mercado privado contribuiu para a estratificação e diferenciação social em Cuba, pois, quem, nesse período, esteve inserido no segmento *cuentalpropista* ou nas atividades relacionadas ao turismo obteve vantagens em relação àqueles que recebiam em moeda nacional (CARCANHOLO; NAKATANI, 2006).

Nesse período, Cuba passou por uma austeridade fiscal que trouxe impactos diretos em seus indicadores sociais. Segundo Rodríguez García, (2011, p. 40, tradução

¹³Foi anunciado em outubro de 2020 a eliminação do peso conversível em solo cubano. A notícia foi veiculada no canal cubadebate e está disponível no seguinte link: <<http://www.cubadebate.cu/noticias/2020/10/13/ordenamiento-monetario-clave-en-la-nueva-estrategia-socioeconomica-de-cuba/#anexo-1437165>>. Este assunto será melhor detalhado no capítulo 3 deste trabalho.

¹⁴“Os poderes públicos cubanos, constrangidos a aceitar a dolarização, finalmente a colocaram no centro de sua estratégia de recuperação econômica. Mas os efeitos dessa reforma monetária não foram, evidentemente, todos positivos” (HERRERA; NAKATANI, 2002, p. 2).

nossa) “embora não exista uma medição precisa do coeficiente de Gini desses anos, tudo indica que esse passou de 0,22 antes de 1990 para aproximadamente 0,40 ao longo da década de 1990”. Tudo isso se refletiu em um duro ajuste das políticas fiscais. Para se ter uma ideia, a cesta básica mensal fornecida pelo Estado desde os anos 1960, nominada de *libreta*, teve de ser reduzida de aproximadamente 50 produtos para menos de 10. Com o passar do tempo, diversos produtos de necessidade básica apareciam vendidos em divisas no mercado interno, dificultando assim a aquisição pela maioria da população, constituída por trabalhadores estatais. A partir desse contexto, dois fenômenos simultâneos ganharam força: de um lado, o aumento dos contrabandos de bens de consumo cotidianos, como por exemplo, sabonetes, calça jeans, canetas e eletrônicos em geral; por outro lado a procura crescente por novas atividades profissionais que possibilitassem aproveitamento privado do diferencial CUC-CUP (VASCONCELOS, 2016). Rodríguez García (2011, p. 29) avalia que:

A crise originou uma considerável queda do bem-estar social, inclusive em termos alimentares. Estima-se que a ingestão de calorias e proteínas pela população cubana tenha caído 30%, disseminando doenças de desnutrição, como a neurite óptica e a neuropatia endêmica, resultantes da queima das gorduras protetoras dos nervos (RODRÍGUEZ GARCÍA, 2011, p. 29).

Impressiona o fato de a sociedade cubana ter conseguido administrar essa profunda crise econômica, mesmo em meio à hostilidade americana. Buscou-se atender a três questões principais, a saber: o ajuste do país a uma disponibilidade decrescente de recursos, a modificação de sua inserção econômica internacional e o avanço das mudanças fundamentais na organização da economia interna (LIM CHANG; PACHECO FERIA, 2005).

O Período Especial foi uma turbulenta fase em que a crise teve como um de seus desdobramentos a possibilidade de superação de algumas deficiências que já se expressavam no final da década de 1980, tais como: desenho piramidal das entidades organizadas; alta centralização da decisão e dos recursos, dispersão institucional e funcional; estatização e burocratização e a indefinição de uma esfera pública (VALDÉS PAZ, 2014).

A economia cubana deu seus primeiros passos rumo à recuperação no período demarcado entre 1994 a 2001. Foram traçadas estratégias de saída da crise que integrou tanto as políticas de ajuste, a liberalização da economia, assim como as mudanças de cunho estrutural. Em relação a essa última, houve modificação em vários aspectos, como por exemplo: a diversificação das formas e estrutura de propriedade dos meios de produção; a implantação de um sistema monetário dolarizado; a alteração na estrutura setorial da economia alçando o setor do turismo como locomotiva desse processo; e a reorganização da produção de modo geral. Do ponto de vista institucional houve também várias mudanças que contribuíram para a recuperação, a exemplo da reforma bancária, criação de uma esfera empresarial operante em divisas e a descentralização administrativa (VALDÉS PAZ, 2005). Portanto, a proclamação do período especial pressupõe, igualmente, um conjunto de estratégias de resistência que deram coerência lógica às medidas adotadas naquele momento, isto é, as decisões não tiveram um caráter casuístico (RODRÍGUEZ GARCÍA, 2000).

Em relação à planificação nesse período, para Rodríguez García (2000, p. 12, tradução nossa):

“[...] A planificação, longe de desaparecer, aperfeiçoou-se nestes anos de período especial, expressando de forma mais direta o caráter socialista da nossa sociedade, fazendo-se mais universal através do Orçamento do Estado, do sistema financeiro bancário e, em geral, de todo o conjunto de instrumentos que integram, o que podemos chamar de direção estratégica estatal” (RODRÍGUEZ GARCÍA, 2000, p. 12, tradução nossa).

Segundo a ONE (2002), entre 1995 e 2001 a economia cresceu em torno de 4% ao ano, houve uma relativa modernização de certos setores, a constituição de um setor econômico de propriedade mista e uma melhora do consumo alimentar, ganhos proporcionados pelas estratégias de recuperação.

Segundo a CEPAL-INIE (2003), a política social é considerada o núcleo duro das estratégias de recuperação econômica do período especial e máxima prioridade política do regime cubano. A CEPAL-INIE (2003), afirma que o gasto público em política social em 1999 supera o nível de 1989 e que esse gasto passou de 20% do PIB em 1989 para 30% em 2001. Ainda segundo a CEPAL-INIE (2003), os efeitos

sociais da crise econômica foram arrefecidos em decorrência da disponibilidade de serviços básicos gratuitos a toda população, como saúde e educação. O sistema cubano garantiu, de igual modo, o acesso ao esporte, à cultura, aos serviços públicos, bem como à assistência social com direito a cesta básica de alimentos. Esses serviços permitiram assegurar a qualidade de vida da população e contribuíram para um consenso político em torno do governo cubano.

Assim, segundo Rodríguez García (2000, p. 05, tradução nossa):

“[...] Foi lançado um programa baseado em uma estratégia cujos objetivos fundamentais eram resistir e superar os efeitos da crise ao menor custo social possível, criando as condições para a reintegração da economia cubana na economia mundial, contando com consenso político indispensável para isso” (RODRÍGUEZ GARCÍA, 2000, p. 05, tradução nossa).

Portanto, desde o início do período especial, buscou-se atender um duplo propósito, qual seja: a questão da sobrevivência e a estratégia de desenvolvimento. Vale salientar que o ajuste estrutural que teve de ser adotado nessa época não resultou, como desdobramento, a centralização e concentração de capital transnacional – mecanismo comum nas economias latino-americanas. Pelo contrário, no caso cubano, a crise foi enfrentada tendo como princípio a solidariedade e a equidade social (BELL LARA; DIRK KRUIJT; LÓPEZ GARCÍA, 2017).

Fazio Vengoa e Arias Trujillo (1996, p. 114, tradução nossa) sintetizam a fase de crise dos anos 1990 da seguinte forma:

“[...] o Período Especial foi uma tentativa de responder a dois desafios. De uma parte introduzir medidas encaminhadas a manter a salvo o sistema nas diversas condições do início dos anos 1990 e, por outro, uma peculiar política de ajuste, como elemento potencializador de novas relações econômicas e sociais, semelhantes às que se seguiram nos demais países da América Latina, mas com a exceção de que os custos da crise foram distribuídos de forma equitativa entre todos os setores da sociedade [...]” (FAZIO VENGOA; ARIAS TRUJILLO, 1996, p. 114, tradução nossa).

Um dos fatores que tem contribuído para moldar o conceito de “Período Especial” é justamente as significativas alterações nas formas de propriedade, a exemplo da presença de empresas com capital estrangeiro, a expansão de formas cooperativas na agricultura e a ampliação das atividades *cuentapropistas*, modificando, portanto, a relação entre o Estado e a economia (LIM CHANG; PACHECO FERIA, 2005).

A liberalização das atividades *cuentapropistas* foi um dos elementos centrais no enfrentamento da crise. Realizada em setembro de 1993, essa medida legalizou muitas atividades que os cubanos já exerciam no âmbito da clandestinidade como parte de suas estratégias de sobrevivência familiar e pessoal (RITTER, 2000).

O *cuentapropismo* foi uma das vias utilizadas pelo Estado para aliviar o problema do desemprego conjuntural e estrutural, serviu também como complementação ao Estado nos lugares em que este era insuficiente, além de propiciar a captação de moeda livremente conversível (FAZIO VENGOA; ARIAS TRUJILLO, 1996). As atividades *cuentapropistas* tiveram um papel bastante significativo, vide o que assinalou Fazio Vengoa e Arias Trujillo (1996, p. 118, tradução nossa):

O trabalho por conta própria introduziu duas grandes mudanças em Cuba: por um lado, acabou com a prática de que o Estado deve assumir o pleno emprego da população e, por outro, pode ser considerado como o início da flexibilização das relações de trabalho (FAZIO VENGOA; ARIAS TRUJILLO, 1996, p. 118, tradução nossa).

A ampliação do trabalho por conta própria veio como estratégia de fortalecimento econômico e se apresentou, portanto, como uma alternativa de emprego num contexto de crescimento do desemprego e sobrecarga do Estado nas funções econômicas (SÁNCHEZ ANTÚNEZ *et al.*, 2013). Para Ritter (2000, p. 147, tradução nossa):

O trabalho por conta própria registrado e todas as outras atividades de trabalho autônomo não registradas deram uma contribuição valiosa para a economia e o povo cubanos: criaram empregos e ajudaram as famílias a obter a renda de que precisam para sobreviver (RITTER, 2000, p. 147, tradução nossa).

Portanto, a situação econômica difícil dos anos 1990 levou o país caribenho a tomar medidas para enfrentar a grave crise, e a expansão das atividades por conta própria contabilizou-se como uma das mais significativas delas (COLINA HERNÁNDEZ, 2016).

É importante salientar que o segmento *cuentapropista* gera grandes volumes de receita em impostos para o Estado. Um restaurante do setor de lojas em dólares paga

mensalmente 520 dólares em imposto. Esse valor equivale a 50 salários mínimos do setor estatal, que em 1997 era 214 pesos, tendo como referência o câmbio de 1 dólar por 20 pesos (RITTER, 2000).

A flexibilização do *cuentapropismo* veio no bojo da Reforma Constitucional de 1992, e esta, por sua vez, foi produto da própria crise econômica e política gerada pela desaparecimento do campo socialista. Através da reforma, modificou-se o regime de propriedade e, por meio dessa modificação, alterou-se também a filosofia em relação ao Estado, pois, a partir de então, a propriedade estatal se limitou aos meios fundamentais de produção, expandiu-se o segmento de trabalhadores por conta própria, abriu-se caminho para o investimento estrangeiro e a descentralização fiscal. Este novo desenho multiplicou o número de atores institucionais, contudo o Estado permaneceu como importante instrumento de distribuição da riqueza e proibição da concentração da propriedade (CÉSAR GUANCHE, 2013).

Em 1993, é aprovado o Decreto Lei Nº 141 e a Resolução Nº 01 do *Comité Estatal de Trabajo y Seguridad Social – Comité Estatal de Finanzas (CETSS-CEF)* de 8 de setembro deste ano. Através dessa regulamentação, o *cuentapropismo* passa a ser reconhecido como alternativa de emprego em 115 atividades desenvolvidas na ilha (NOGUERA FERNÁNDEZ, 2019).

O decreto de 1993 não definiu e nem conceituou o *cuentapropismo*. Com a vigência da Resolução nº 1, posta em vigor na mesma data, estabeleceu-se que os requisitos e critérios para o exercício do trabalho por conta própria seriam demarcados pelo *Ministerio de Trabajo y Seguridad Social* e pelo *Ministerio de Finanzas*. Nesse período, inclusive, os estudantes universitários foram proibidos de exercer as atividades por conta própria. Essa proibição baseou-se no fato de que os graduados universitários deveriam entregar seus conhecimentos para servir as necessidades do país, beneficiando assim toda a sociedade, uma vez que essa mesma sociedade foi quem custeou e possibilitou a gratuidade de sua formação (GUIROLA BENÍTEZ, 2015; NOGUERA FERNÁNDEZ, 2019).

Por outro lado, essa lei autorizava a comercialização dos produtos e serviços diretamente com a população. Num comparativo entre a referida Lei e o Decreto 14 de 1978 – já mencionado acima – percebe-se uma série de modificações. No primeiro,

permitia-se a comercialização com as entidades estatais, já a Resolução Conjunta nº 1/1993 proibia que os *cuentapropistas* realizassem transações com qualquer tipo de entidade estatal. Já a Resolução Conjunta nº 1 de 1996, além de autorizar os universitários, permitiu que a atividade por conta própria fosse exercida por pessoas que tivessem vínculo empregatício com empresas estatais, aposentados e donas de casa, por exemplo (GUIROLA BENÍTEZ, 2015).

Uma das principais novidades da Resolução de 1996 foi o reconhecimento dos ajudantes familiares que, a partir de então, eram considerados como *cuentapropistas* da mesma forma que o titular da atividade (NOGUERA FERNÁNDEZ, 2019).

O conjunto de mudanças realizadas nesses anos fez com que muitos trabalhadores do setor estatal migrassem para o *cuentapropismo*, mas o fator que mais contribuiu para tal movimentação foi a diferenciação nos ganhos salariais, pois desenvolvendo as atividades por conta própria os trabalhadores são mais bem remunerados¹⁵ que aqueles que se encontram inseridos no segmento estatal (NOGUERA FERNÁNDEZ, 2019).

Noguera (2019, p. 330, tradução nossa) apresenta dados que são representativos dessa movimentação em direção ao setor não estatal, vejamos:

Números oficiais do Escritório Nacional de Estatísticas (Anuário Estatístico de Cuba de 1998 e 2002) quantificam os empregados no setor não estatal em: 1996 18,9% da população; 1997, 19,5%; 1998, 20,5%; 1999, 22,0%; 2000, 22,5%; e, 2001, 23,4%. Em Havana, no final de 2000, o setor informal empregava 84.400 pessoas, experimentando um crescimento de 7,2% em relação a 1999, entre 1992 e 1999, os empregados em entidades estatais diminuíram na capital, de 885,3 mil trabalhadores para 773,9, que representa 25% do total de ocupados neste setor (NOGUERA FERNÁNDEZ, 2019, p. 330, tradução nossa).

No Período Especial, portanto, as atividades *cuentapropistas* ganharam uma ampliação significativa, mas, essas atividades eram vistas nesse momento como um “mal necessário”, por isso a posição do governo cubano em relação a elas oscilava constantemente, isto é, essa variação tinha relação direta com as condições políticas,

¹⁵ “Entre os benefícios dessa forma de emprego, destacam-se os econômicos, pois, por um lado, traz maiores lucros (entre 3 e 10 vezes mais dependendo da ocupação) e, por outro lado, as horas flexíveis permitem que sejam compatíveis com tarefas assistenciais ou mesmo com outros empregos” (ANTÓN ARRÁEZ, 2019).

econômicas e sociais do momento, o que determinava as tendências crescentes e decrescentes desse segmento.

2.3 ANOS 2000: A “BATALHA DAS IDEIAS” E A RETRAÇÃO DO CUENTAPROPISMO

A economia cubana deu sinais de recuperação completa em relação ao período de crise vivenciado nos anos 1990 somente a partir de 2006, ou seja, apesar dos números demonstrarem uma taxa de crescimento nesse período, o êxito foi parcial, pois até o final de 2005 a economia não havia se recuperado plenamente. Foi o que declarou José Luiz Rodrigues, ministro de Economia e Finanças à época. Portanto, para o ministro, a superação plena do Período Especial veio a ocorrer somente a partir de 2006 (XALMA, 2007).

A partir de 2004, houve um redirecionamento da estratégia econômica do governo cubano. Os efeitos adversos acumulados ao longo dos anos 1990 cimentaram o diagnóstico que apontava para reversão de uma série de medidas que tiveram de ser adotadas durante o período especial. No bojo dessas alterações, destaca-se a reversão da dolarização e da ampliação do setor privado, além dos ajustes na política de abertura aos investimentos e empresas estrangeiras (XALMA, 2007; MARQUETTI NODARSE, 2005).

Segundo Bello e Barbosa (2019, p. 193) “o período de 1996 a 2006 é compreendido como ciclo pragmático e correspondeu a uma fase de desaceleração das reformas econômicas a partir de uma intensa centralização política, numa contramarcha à abertura econômica do período anterior”.

O programa social multidisciplinar, que ficaria conhecido como “Batalha das Ideias”, deu demonstração do esgotamento da abertura econômica dos anos 1990: trabalho por conta própria, investimento estrangeiro, descentralização do comércio exterior e outras medidas subsequentes (VALDÉS PAZ, 2014).

Em 2000, inicia-se em Cuba o programa social denominado “Batalha das Ideias”. Trata-se de uma ofensiva política com intuito de aprofundar a participação de trabalhadores e jovens na revolução cubana. O programa tem como aspecto central a ampliação das oportunidades educacionais e o aumento do acesso à cultura como forma de fazer frente ao ideário imperialista norte-americano. A materialização do programa dá-se, especificamente, em seis batalhas. Quais sejam: o emprego socialmente útil; a seguridade social e a assistência social; a educação; a cultura; a saúde e o esporte (MENDES; MARQUES, 2007).

A multidisciplinariedade do programa “Batalha das Ideias” possibilitou a recuperação significativa dos danos sofridos pela crise do Período Especial. Medidas como o emprego socialmente útil, por exemplo, teve como objetivo promover o mais alto nível de justiça e igualdade de oportunidade para o povo cubano, pois, como se sabe, não existe igualdade de oportunidade sem igualdade de condições. Por meio desse mecanismo, aumentou-se o número de empregos, beneficiando assim, a maioria da população, sobretudo os mais jovens (MENDES; MARQUES, 2007).

Assim sentenciou Mendes e Marques (2007, p. 16):

Para responder à ideia do emprego socialmente útil e para a área da seguridade e assistência social, o governo cubano criou o Programa dos Trabalhadores Sociais. Este programa integra a “Batalha das Ideias”, sendo realizado em quatro escolas no país, com um total de 7.200 estudantes matriculados. São jovens com idade entre 17 e 22 anos, comprometidos com a Revolução e com o povo para desenvolver tarefas sociais na comunidade onde vivem (MENDES; MARQUES, 2007, p. 16).

A figura do trabalhador social, institucionalizada a partir da cúpula do governo e organizações juvenis, como estratégia que reconhecia a importância de se obter informações sobre as famílias, suas necessidades, problemas e questões diversas, instituída no contexto da “Batalha das Ideias”, tinha como função identificar e analisar as famílias nas comunidades e assim direcionar atendimento adequado dos serviços públicos nesses espaços (FERRIOL; THERBORN; CASTIÑEIRAS, 2004).

Como se vê, desenharam-se importantes programas no escopo de um programa maior (Batalha das Ideias). No que se refere à Educação, por exemplo, desenvolveu-se uma ampla gama de programas: programa de construção e reforma das escolas;

programa Bibliotecas Familiares; criação de dois canais educativos de televisão e instalação de mais de 958 Sedes Universitárias (MENDES; MARQUES, 2007).

Essas medidas tiveram como objetivo “proporcionar maior formação integral às crianças e aos jovens; criar alternativas para assegurar a continuidade dos estudos de toda a população; aumentar o número de docentes de acordo com a meta e melhorar as condições materiais nos centros” (MENDES; MARQUES, 2007, p. 16).

Em relação à cultura, houve o estímulo à criação artística e literária, bem como o aumento da produção, promoção e circulação dos produtos e serviços culturais. Um dos programas de destaque é a expansão da Feira Internacional do Livro de Havana, que passou a ocorrer em mais 30 outras cidades (MENDES; MARQUES, 2007).

No que concerne à saúde e ao esporte, importantes medidas também foram tomadas. Com o início do programa “Batalha das Ideias”, veio a ampliação da cooperação que Cuba estabelecia no campo da saúde com países do terceiro mundo. No aspecto da cooperação internacional no âmbito da saúde, foi lançada a Operação Milagre (Operación Milagro). Esse programa consistia na realização de cirurgias de catarata a milhares de latino-americanos e caribenhos. O programa foi responsável por realizar cerca de 6 milhões de cirurgias e por formar 200 mil profissionais de saúde em 10 anos. Com relação ao esporte, foi criada a Escola Internacional de Educação Física e de Esportes, com a finalidade de alcançar uma universidade de referência mundial na formação de profissionais de educação física (MENDES; MARQUES, 2007).

Os novos programas sociais lançados no âmbito do marco do programa Batalha de Ideias contribuíram para o incremento de novos postos de trabalho e, por conseguinte, a criação de novos empregos (PÉREZ VILLANUEVA, 2008).

Os resultados da Batalha de Ideias, seguindo os seis pontos citados, foram, a saber: a melhora na expectativa de vida ao nascer, redução da mortalidade infantil, diminuição da taxa de desemprego, melhora na média do número de habitantes por médico e na taxa de escolarização por idade de 6 a 14 anos. Esses números representaram, também, o reflexo de uma economia que iniciava o novo século com mais dinamismo e significativa melhora. Nesse período, segundo a *Oficina Nacional de Estadística de Cuba*, a taxa de crescimento médio anual do PIB foi de 6,4% (MENDES; MARQUES, 2007).

Segundo a Cepal (2006), no ano de 2006, Cuba obteve o maior crescimento econômico dos países latino-americanos, estimulado, sobretudo, por um favorável desempenho do setor externo e pela maior disponibilidade de divisas naquele momento.

Para Rodríguez (2007), cerca de um terço da entrada de recursos externos no país foi proveniente da exportação dos serviços de saúde, como por exemplo, a venda de vacinas, fármacos, sistemas de diagnósticos e demais criações dos laboratórios biotecnológicos.

Segundo Mendes e Marques (2007), apesar da economia cubana apresentar um importante crescimento no início dos anos 2000, sobretudo a partir de 2003, os desequilíbrios em decorrência da recessão dos anos 90 ainda se faziam presentes nesse começo de século (a agricultura é um dos exemplos de setor que não avançou muito nesses anos).

Segundo Pérez Villanueva (2008), apesar de Cuba ter superado a crise dos anos 1990, na primeira década dos anos 2000 continua mantendo um importante déficit na disponibilidade de alimento para o consumo. Mesmo com a melhora do quadro nutricional da população, ainda há em Cuba, nesse período, um grupo de famílias pobres com certos níveis de desnutrição.

Pérez Villanueva (2008) afirma que nessa primeira década dos anos 2000 o crescimento do PIB permanece elevado, mas é insuficiente para atingir os níveis de bem-estar que existiam antes do início da crise. No entender do autor, isso pode ser explicado pela própria estrutura de crescimento, centrada no setor dos serviços e com fracos desempenhos em áreas-chave como a agricultura, a construção civil e os transportes. Para o autor, o dinamismo produtivo será alcançado se forem adotadas novas ações de política econômica. Essas ações precisam incluir a estabilidade macroeconômica e políticas que sustentem a equidade social e os serviços básicos.

Muitos problemas estruturais da economia cubana continuaram persistindo na primeira década dos anos 2000, como o reduzido desempenho da indústria açucareira, os diversos problemas relacionados à agricultura, a escassez de divisas, as distorções no sistema de preços, a questão da dualidade monetária, a baixa eficiência das empresas públicas dentre outros (PÉREZ VILLANUEVA, 2008).

Apesar do ano 2001 ter apresentado crescimento, algumas novas dificuldades associadas às restrições derivadas dos efeitos da crise internacional comprometeram diretamente a economia cubana. Já em 2002, a economia de Cuba enfrentou uma combinação de fatores adversos, a saber: a instabilidade dos mercados externos dos principais produtos de exportação; a elevação no preço do petróleo e o esforço hercúleo na recuperação dos danos causados pelo furacão Michelle (TRIANA CORDOVI, 2002).

No que tange ao trabalho por conta própria, esse vinha diminuindo desde o final da década de 1990. De 1997 até 2003 houve uma redução drástica no número de licenças outorgadas, passando de 53% a 23%. A razão para esse decréscimo é justamente a melhora econômica, pois, com o crescimento da economia, o *cuentalpropismo* deixou de ser estimulado durante esse período (Díaz Fernández, 2020).

Segundo Mesa-Lago (2013), as reformas realizadas durante o período especial foram revertidas no começo do século XXI, mais precisamente a partir de 2003. Na visão do autor, essas mudanças foram feitas meramente por razões ideológicas. A questão da propriedade foi objeto central dessa reversão, a exemplo da diminuição das licenças para o trabalho por conta própria durante esses anos. Por exemplo, “em 2005, havia 169.400 *cuentalpropistas* (3,6% da força de trabalho), mas no final de 2010 caíram para 147.400 (2,9%)” (MESA-LAGO, 2013, p. 06, tradução nossa).

Após essa queda no número de *cuentalpropistas* – consequência das medidas adotadas na primeira década dos anos 2000 –, as mudanças ocorridas entre o fechamento de 2010 e o início de 2011 oferecem-nos dados surpreendentes em relação ao crescimento do número de trabalhadores por conta própria. O Decreto-Lei Nº 274, bem como a Resolução Nº 32/2010¹⁶ do Ministério do Trabalho e Seguridade Social e a Resolução Nº 286 de 07 de outubro de 2010 do Ministério de Finanças e Preços trataram de ampliar o *cuentalpropismo* (PIÑEIRO HARNECKER, 2011).

¹⁶ “Um ano depois, foi substituído pela Resolução nº 33/2011, do Ministro do Trabalho e Seguridade Social, "Regulamentos sobre o Exercício do Trabalho por conta própria". O objetivo de todas essas reformas foi ampliar e flexibilizar as atividades por conta própria” (NOGUERA FERNÁNDEZ, 2019, p. 332, tradução).

A partir de então, as licenças para exercer o trabalho por conta própria passaram a ser concedidas com mais facilidade, tendo em média um prazo de 5 dias para tal aquisição. Reduziu-se a burocracia e passou-se a exigir uma menor quantidade de documentos para concluir o processo; aumentou-se para 178 o número de atividades permitidas e, dessas, a 83 possibilitou-se a contratação de trabalhadores assalariados de forma permanente. Assim, ao concluir janeiro de 2011 o número de novas licenças outorgadas era de 113.618. Esses dados demonstram que o número total de trabalhadores por conta própria praticamente dobrou entre outubro de 2010 e janeiro de 2011 (PIÑEIRO HARNECKER, 2011).

Em 2011, aprova-se a Resolução nº 33 em substituição à anterior (Resolução 32/2010). Entre as medidas, destaca-se aquela que, a partir de sua aprovação, todos os cidadãos cubanos e os estrangeiros residentes e permanentes no país, desde que maiores de 17 anos e, cumprindo os requisitos estabelecidos, podem exercer o trabalho por conta própria (NOGUERA FERNÁNDEZ, 2019).

Nesse período, as atividades mais solicitadas eram as seguintes: processamento e venda de alimentos (20%), trabalhador contratado (15%), transporte e carga de passageiros (6%), produção e venda de utensílios domésticos (4%), aluguel de casas, pedreiros e mensageiros (todos com 3%) (PIÑEIRO HARNECKER, 2011).

Echevarría León *et al.* (2015) concluiu que um dos princípios a ser mantido na política de emprego cubana é a manutenção das condições de trabalho decente para todos que estão inseridos no universo laboral cubano. Essa seria uma das formas de garantir não somente a renda relacionada à contribuição social e econômica que cada ocupação produz, mas também a necessidade de aproximação entre renda e produtividade como mecanismo de conformação da equidade em uma sociedade socialista.

2.4 CUENTAPROPISMO: DESENVOLVIMENTO, EXPANSÃO, RETRAÇÕES E CONSOLIDAÇÃO

Conclui-se neste capítulo que o *cuentapropismo* não era uma preocupação nos primeiros anos da revolução. Com a assimilação dos pequenos negócios pelo setor estatal, este segmento foi reduzido ao mínimo. Além disso, a Ofensiva Revolucionária, inaugurada em 1968, foi responsável pelo fechamento quase completo de todos pequenos negócios na ilha. Essas medidas surgiram em decorrência das análises feitas dos acontecimentos conjunturais daquele período, e não por uma questão de princípio revolucionário. Considerava-se que uma parcela do setor privado estava gerando obstáculos ao processo revolucionário iniciado naqueles primeiros anos. Por isso, a Revolução precisava agir passando um grande número de negócios da iniciativa privada para as mãos da nação. Nesse período, houve uma reformulação de toda malha comercial, bem como a reestruturação econômica do país, estabelecendo o setor estatal como predominante, realidade presente até os dias de hoje.

Apesar das modificações em decorrência da Ofensiva Revolucionária, Cuba seguiu tendo – mesmo que de forma residual – proprietários privados, ou seja, não conseguiu eliminar por completo essas atividades; esses trabalhadores eram identificados simplesmente como trabalhadores não estatais. Além disso, constatou-se que as primeiras atividades por conta própria foram amparadas somente dez anos após a Ofensiva Revolucionária. Foi com o Decreto Lei nº 14/1978 que se formalizou a autorização de serviços como: carpinteiro, eletricista, fotógrafo, alfaiate, cabeleireiro, jardineiro, taxista dentre outros.

Nesses anos, o trabalho por conta própria – que não era tão expressivo – não promoveu impacto significativo na economia cubana. O desestímulo ao *cuentapropismo* no final da década de 1980 corroborou para o decréscimo da atividade e levou o *cuentapropismo* a uma representatividade muito pequena em relação à massa dos empregados no final da década.

Depreende-se que a irrelevância do *cuentapropismo* durante as décadas que antecederam o período especial decorreu-se em virtude do crescimento e do desenvolvimento do país nessas primeiras décadas pós-revolução. Ou seja, não havia motivação econômica, política e social para estimular as atividades por conta própria. Já no período especial, esse cenário começa a se modificar.

O objetivo principal do período especial era resolver as dificuldades mais urgentes sem enfraquecer os benefícios sociais que vinham amparando a população cubana até aquele momento. Para lidar com a crise do período especial, foi estabelecido um conjunto de reformas que tiveram como elementos principais as mudanças na forma de propriedade e a ampliação no trabalho por conta própria. Portanto, podemos inferir que a primeira expansão do *cuentalpropismo* se deu durante o período especial e no escopo das reformas realizadas naquele momento.

A ofensiva política denominada Batalha das Ideias deu outra tônica para o novo século que se iniciava. Inaugurado em 2000, esse programa político multidisciplinar trouxe consigo um redirecionamento da estratégia econômica para os primeiros anos do século XXI. Com a melhora econômica, o *cuentalpropismo* deixou de ser estimulado, portanto. Houve, por isso, um decréscimo do trabalho por conta própria no início dos anos 2000. Contudo, na esteira desses primeiros anos, antes que o novo século completasse uma década, a sociedade cubana concluiu que muitos problemas estruturais permaneciam presentes na realidade do país.

Assim, o contexto político, econômico e social, entre 2007 e o final de 2010, gestou o que ficaria conhecido como *Lineamientos* de 2011, momento em que o *cuentalpropismo* se consolida como forma de propriedade necessária ao desenvolvimento cubano e se busca romper com a perspectiva de que essa forma de propriedade era um mal necessário a dinâmica societal do país, este é, portanto, o tema do capítulo seguinte.

3 AS ATIVIDADES CUENTAPROPISTAS NO INTERIOR DA ATUALIZAÇÃO DO MODELO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL CUBANO

Neste capítulo, descrever-se-á o contexto que antecedeu o processo de atualização do modelo cubano e os desdobres que contribuíram para que os *lineamientos* emergissem como desenlace da complexa situação do país.

Os *lineamientos* emergem a partir da análise dos principais problemas pelos quais Cuba vinha atravessando e pelos desafios a serem enfrentados naquele momento. A necessidade das mudanças estruturais surge no interior dos debates sobre remodelação e atualização do processo cubano, e apresenta um conjunto de medidas a serem tomadas, muitas delas ligadas à descentralização e ampliação das formas de propriedade não estatal.

A atualização foi sendo construída em várias etapas e a participação popular demarcou os diferentes momentos de sua marcha. Assim, a construção coletiva perpassou as dimensões relacionadas à elaboração, debates e deliberações. A reforma contida nos *lineamientos* apontou para alterações metodológicas, organizativas e na forma de controle do modelo de planificação cubano, ou seja, a planificação deve – a partir dos *lineamientos* – ser mais pragmática e objetiva.

Em resumo, os *lineamientos* de 2011 trouxeram em seu escopo a atualização do modelo econômico e social cubano, tendo como objetivo central dar continuidade ao projeto de construção do socialismo ampliando as formas de propriedade não estatal e vislumbrando segmentos como o *cuentapropismo* a sua potencialidade em contribuir para eficiência econômica.

3.1 OS LINEAMIENTOS DE 2011 E O CUENTAPROPISMO COMO POLÍTICA DE ESTADO

No entender de Pérez Villanueva (2008), no início dos anos 2000 a economia cubana já dava sinais da necessidade de uma profunda mudança estrutural. Naquele momento, a mudança deveria ter como um dos eixos a descentralização. No bojo

dessa mudança, seria incluído o desenho de formas de propriedade não estatal em diversos setores da economia, como, por exemplo, a agricultura, o setor manufatureiro e o setor de serviços. Por meio dessa profunda mudança, a propriedade não estatal ganharia maior destaque e relevância no interior dessa reforma econômica.

Em julho de 2006, Fidel Castro retira-se da direção política do governo e, a partir desse momento, Raúl Castro assume as funções de comandante em chefe do país. Com o novo líder à frente dos processos políticos, foi apresentado um pacote de medidas que apontava para diversas transformações no modelo socioeconômico cubano. Essas mudanças foram incorporadas em momentos subsequentes, através de múltiplas modificações em ¹⁷Leis, Decreto-leis, Decretos e um conjunto de regulamentos e normas (NOGUERA FERNÁNDEZ, 2019).

Os primeiros discursos mencionando a necessidade de realizar mudanças estruturais na direção de uma atualização do modelo cubano começaram a surgir a partir de 2007, nesse ano, quando em comemoração ao 54º aniversário do assalto ao Quartel de Moncada, Raúl Castro após fazer uma análise abordando os principais problemas

¹⁷ “Decreto-lei nº 275, de 30 de setembro de 2010, 'Alterando o Decreto-Lei' Nº 171/97, sobre o esquema de aluguel de moradias, quartos ou espaços'; Resolução nº 305, de 7 de outubro de 2010, do Presidente do Instituto Nacional de Habitação, aprovação do Regulamento sobre o Arrendamento de Habitações, Quartos e Espaços; Resolução nº 399, de 7 de outubro de 2010, do Ministro dos Transportes, que aprova o Regulamento da licença de operação de transporte para pessoas naturais; Resolução nº 750 de 7 de outubro de 2010, do Ministério da Agricultura, que regulamenta a contratação de trabalhadores agrícolas assalariados permanentes e trabalhadores agrícolas temporários; Resolução Nº 33, de 7 de outubro de 2010, do Ministro do Trabalho e da Seguridade Social, que regulamenta o recrutamento por cooperativas de trabalhadores de crédito e serviços de trabalhadores assalariados permanentes para trabalhar ao lado de pequenos agricultores, dos serviços de trabalhadores agrícolas eventuais que exercem o trabalho por conta própria; Resolução nº 34, de 7 de outubro de 2010, do Ministro do Trabalho e Segurança Social, que aprova o procedimento de filiação ao regime de segurança especial social para os trabalhadores autônomos; Decreto-Lei nº 277, de 30 de setembro de 2010, 'Alterando Decreto-Lei nº 169, normas e procedimentos gerais imposto '; Resolução nº 286, de 7 de outubro de 2010, pelo Ministro da Fazenda e Preços, que aprova as regras sobre o pagamento de impostos sobre renda pessoal, vendas, serviços públicos, sobre o uso do poder de trabalho, e aqueles sobre o pagamento de contribuições previdenciárias pelos trabalhadores autônomos; Resolução nº 287, de 7 de outubro de 2010, do Ministro da Fazenda e Preços, que estabelece o imposto sobre serviços públicos, no que diz respeito ao arrendamento de habitações, quartos e espaços; Resolução nº 289 de 7 de outubro de 2010 do Ministro de Finanças e Preços, que estabelece o pagamento em pesos cubanos do imposto sobre documentos, para procedimentos de registro e recadastramento no cadastro de contribuintes, de trabalhadores autônomos, independentemente da moeda em que operam Decreto-Lei Nº 274, de 30 de setembro de 2010, alterando decreto-lei nº 174/97, 'Sobre as contravenções pessoais dos regulamentos do trabalho por conta própria’ (NOGUERA FERNÁNDEZ, 2019, p. 331 e 332, tradução nossa).

e desafios da conjuntura cubana, aponta a necessidade de se fazer mudanças estruturais para atingir os objetivos traçados naquele momento (CASTRO RUZ, 2007).

A expansão do trabalho por conta própria, em decorrência das reformas estruturais realizadas em 2011, teve como antecedentes os debates impulsionados por Raúl Castro desde 2007. Na ocasião, o líder cubano defendeu que houvesse diversas formas de propriedade no interior da experiência socialista em Cuba (MESA-LAGO, 2013).

Raul Castro, em seu discurso de posse como presidente do Conselho de Estado e do Conselho de Ministro, em 24 de fevereiro de 2008, defendeu mais eficiência na gestão pública. Essa eficiência passaria pela composição de uma estrutura de governo mais compacta, com menos órgãos da administração central do Estado e que pudesse ser mais funcional. Nessa ocasião, apontou que essas mudanças teriam como propósito a satisfação das necessidades básicas da população, tanto materiais como espirituais, e o desenvolvimento, que viria a partir do fortalecimento da economia nacional e de sua base produtiva (CASTRO RUZ, 2008).

Precisamente em 08 de novembro de 2010, durante a cerimônia que comemorava o décimo aniversário do acordo de cooperação entre Cuba e Venezuela, Raúl Castro anunciou que no dia seguinte seria publicada a proposta de atualização do modelo econômico e social da transição socialista cubana com o título “*lineamientos da Política Econômica e Social*”. O documento seria exaustivamente discutido pela população (CASTRO, 2010b).

O processo de atualização, representado por meio dos *lineamientos*, emergiu como expressão da vontade do povo cubano, uma vez que foi construído coletivamente e através da ativa participação popular. O processo de construção contou com três etapas: na primeira etapa houve a discussão do projeto com todo o povo em seus locais de trabalho e centros de estudo. Para tanto, realizaram-se mais de 160 mil reuniões, tendo a participação de 8.913.838 pessoas. A segunda etapa foi realizada nas províncias por meio dos delegados do VI Congresso do Partido Comunista de Cuba, momento no qual organizaram comissões em que participaram 978 delegados e 216 convidados. Na terceira e última etapa, aprofundou-se o debate por meio das comissões – um total de cinco – compostas por 986 delegados e 97 convidados. O

resultado foram propostas de adições e modificações no documento, aprovando um total de 313 *lineamientos*.

O documento ficou subdividido nestes 12 capítulos: modelo de gestão econômica; políticas macroeconômicas; política econômica externa; política de investimento; política de ciência, tecnologia e inovação; política social; política agroindustrial; política industrial e energética; política para o turismo; política para o transporte; política para as construções, habitações e recursos hidráulicos; e política para o comércio. Esse foi o saldo depois de profundas análises e discussões feitas entre dezembro de 2010 e abril de 2011. Nesse ínterim, surgiram mais de 780 mil propostas que foram analisadas pelas comissões e delegações provinciais e debatidas exaustivamente até que se chegasse à versão final do documento (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2011).

Os *lineamientos* surgiram levando em conta os problemas que se tinham para resolver em âmbito econômico, e foram traçados considerando o contexto interno e externo do país. Externamente avaliou-se a existência de uma crise sistêmica que perpassava as questões econômicas, energéticas, alimentícias e ambientais. Concluíram que os maiores afetados por esse tipo de crise eram, via de regra, os países subdesenvolvidos. Como Cuba é um país que depende de relações econômicas externas, torna-se inevitável ser atingido pelos impactos dessa crise. A economia cubana estava sendo afetada pela instabilidade dos preços dos produtos que se intercambiavam e pela baixa demanda para os produtos que se destinavam à exportação. As circunstâncias, portanto, também afetaram as possibilidades de obtenção de financiamento externo. O documento apontou que a variação de preços entre 1997 e 2009 teve como consequência uma perda líquida de mais de 10 milhões de pesos, e que o poder de compra das exportações caiu 15% (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2010).

Além desses pontos, o bloqueio econômico, comercial e financeiro também foi levado em consideração na análise introdutória apresentada pelo projeto dos *lineamientos*. O bloqueio imposto pelos Estados Unidos tem causado significativas perdas ao longo de mais de meio século (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2010).

Outro elemento arrolado como fator que trouxe graves consequências para a economia cubana são os fenômenos climatológicos. Entre 1998 a 2008 contabilizaram-se 16 furacões e, neste tempo, o prejuízo causado girou em torno de mais de 20 milhões de dólares (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2010).

Em 2008, a ilha voltou a ser atingida por 3 violentos furacões (Gustav, Ike e Paloma). O prejuízo decorrente desses fenômenos naturais impactou a economia cubana de forma severa: mais de 500 mil casas foram afetadas e os danos totais ultrapassaram os 100 milhões de pesos (VILLANUEVA, 2010).

No que tange aos problemas internos, a análise realizada pelo “*Proyecto de lineamientos de la política económica y social del Partido Comunista de Cuba*” abarcou fatores como: baixa eficiência, descapitalização da base produtiva e infraestrutura, envelhecimento e estagnação no crescimento populacional (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2010).

Portanto, levando em consideração o contexto externo e interno, o documento afirmava que, desde 2005, algumas medidas já vinham sendo tomadas, tais como:

Fortalecimento da institucionalidade, incluindo a reorganização do Estado e do governo; Ênfase no conceito de que o plano de economia deve ser ajustado aos recursos disponíveis; Priorizar o crescimento e a diversificação das exportações e a substituição de importações, desenhando programas e medidas especiais para apoiá-los, nisso se destacam os esquemas fechados de financiamento, que permitem fazer utilização das divisas de forma descentralizada; Revisão e reorientação da política de investimentos para dar-lhe maior integralidade, evitar a imobilização de recursos e outras ineficiências. Em correspondência com isso, se redistribuíram os créditos externos disponíveis para os objetivos que em curto prazo tiveram maior efeito na balança de pagamentos; Reprogramação do pagamento da dívida externa; Transformações estruturais e no funcionamento do setor agropecuário; Emissão do Decreto-Lei 259 sobre a entrega de terras ociosas do Estado a usufruto, com o objetivo de aumentar a produção alimentar e reduzir a sua importação; Medidas adicionais para economizar os transportadores de energia, se incluem as relacionadas aos aspectos organizativos, como a reorganização do transporte de cargas; Início de um importante grupo de investimentos industriais estratégicos para o futuro desenvolvimento do país; Para aliviar a carga do Estado em alguns serviços prestados, foram iniciados experimentos como: substituição de refeitórios e transporte de trabalhadores por outras modalidades; locação de barbearias, cabeleireiros e táxis para empregado nessas atividades (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2010, p. 5, tradução nossa).

A análise que precedeu os *lineamientos* ainda identificou que a condução da economia através do sistema de planificação tem se centrado fundamentalmente nos

problemas do setor externo e que esse fator, unido a insuficiente integralidade entre os objetivos do plano, tem contribuído para manter as desproporções e a falta de correspondência entre o planejamento das empresas e a economia nacional (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2010).

Referendou-se, nos *lineamientos*, o sistema de planificação socialista da economia. Por outro lado, entretanto, levou-se em conta a influência do mercado na economia nacional cubana. O *lineamiento* número 02 ressalta a importância estratégica dos trabalhadores por conta própria e afirma que essa modalidade – juntamente com outras – deve contribuir para a elevação da eficiência. A ampliação do *cuentapropismo* é uma das preocupações firmadas nos *lineamientos*, e é uma proposta que aparece como alternativa de emprego diante da complexa realidade cubana (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2011).

Na reforma, a via socialista segue sendo a principal via de direção econômica, porém houve alterações metodológicas, organizativas e de controle no modelo de planificação. Estabeleceu-se que a planificação iria abarcar todas as formas de propriedade (estatais e não estatais) e prezaria por mais objetividade. Essas alterações levaram em consideração o mercado e suas características. No texto original não se fazia menção ao mercado, contudo essa ratificação emergiu através dos debates e da participação popular (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2011).

No que tange às formas de propriedade, sua natureza e sua gestão, o documento reafirmou a empresa estatal como a principal forma de gestão da propriedade na economia cubana. Contudo o modelo econômico reconhece e promove todas as demais formas de propriedade. Essa heterogeneidade da propriedade seria responsável por elevar a eficiência econômica do país. Salientou-se que não seria permitida a concentração de propriedade por pessoas jurídicas e tampouco por pessoas físicas; determinou-se a separação das funções estatais em relação às funções empresariais; e destacou-se que ao setor empresarial caberia buscar eficiência, organização e cooperação (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2011).

Tratando especificamente da gestão empresarial, os *lineamientos* deixaram expresso que o objetivo maior é justamente tornar as empresas eficientes, tanto as estatais quanto as não estatais. Para a operacionalização disso, concedeu-se autonomia para que as empresas pudessem tomar todas as decisões concernentes à produção e

comercialização, sem que precisassem se submeter a interferências externas. Contudo todas elas teriam de levar em consideração as metas traçadas pelo plano. Além disso, ficou a cargo do Estado definir o preço dos produtos, e, caso empresas estatais apresentassem resultados negativos de forma consecutiva, seriam submetidas a processo de liquidação ou transformadas em formas de gestão não estatal (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2011).

No processo de atualização, identificou-se os principais problemas responsáveis pela limitação do desempenho econômico de Cuba, a saber: grande quantidade de terras ociosas (cerca de 50%), que tem como um dos desdobramentos o baixo rendimento agrícola; indústria descapitalizada e infraestrutura precária; todas as esferas da economia com “planilhas infladas” e desestruturação do emprego; baixa produtividade do trabalho, indisciplina laboral, baixos salários e excesso de subsídios e gratuidades; baixa capacidade exportadora de produtos tradicionais e elevada dependência de importações; excesso de centralização econômica e decisória; dualidade monetária. A previsão do processo de atualização, estabelecida no documento original, era oferecer solução a esses problemas em um prazo de cinco anos, mas, após a reformulação via Congresso, não foi fixado um tempo em número de anos para execução do que se deliberou nos *lineamientos*, restringindo-se à utilização das expressões “curto, médio e longo prazo” para se referir ao tempo em que se pretendiam executar tais ações (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2010; PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2011).

No documento ficou estabelecido o desenvolvimento de mercados que vendam a preço de atacado, o objetivo seria fornecer serviços e produtos para o setor não estatal de modo geral, o que inclui, evidentemente, o segmento *cuentalpropista* (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2011).

A expressão “trabalhadores por conta própria” apareceu seis vezes na primeira versão do documento. Já no documento reformulado a partir das discussões e debates do VI Congresso, esse número foi reduzido pela metade, e foi substituído pelas expressões genéricas como: “gestão não estatal”, “setor não estatal”, “formas organizativas não estatais”. Não foram encontradas explicações para tal substituição, mas, analisando os trechos do documento em que são feitas essas alterações, é possível concluir que foram realizadas apenas para incorporar todas as formas não estatais no âmbito das políticas que foram traçadas por meio dos *lineamientos* (PARTIDO COMUNISTA DE

CUBA, 2011). Além disso, faz-se oportuno mencionar o significado de “não estatal” em Pinheiro Harnecker (2011), que diz:

O conceito de 'não-estatal' reconhece que uma empresa gerida por pessoas que não sejam representantes de instituições estatais (ministérios ou governos) não é necessariamente 'privada' no sentido de que responde a interesses individuais limitados, não sociais (PINHEIRO HARNECKER, 2011, p. 45, tradução nossa).

Em síntese, os *lineamientos* de 2011 apontaram para a atualização do modelo econômico e social cubano, objetivando dar continuidade ao projeto de construção do socialismo com ampliação do espaço concedido às formas não estatais da propriedade sobre os meios de produção no interior da economia daquele país. Para isso, delineou-se a ressignificação do papel da empresa estatal na estrutura do Estado e adotou-se uma nova metodologia na dinâmica da planificação econômica. Além de trazer mais objetividade para a economia, a atualização pretendeu abarcar o conjunto das diferentes formas de propriedade, respeitando a autonomia das empresas sobre as decisões de produção e comercialização (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2011).

Para Stocco (2019), a singularidade dos *lineamientos* constatou-se por ter sido a primeira tentativa de reestruturação do funcionamento da base econômica do projeto de construção do socialismo cubano. Tendo como termostato o contexto interno e externo e com base nas condições sócio-históricas da realidade cubana, os *lineamientos* transcenderam as medidas adotadas até aquele momento, uma vez que não se buscou apenas oferecer respostas imediatas aos problemas decorrentes do período de crise dos anos 1990, mas tratou-se de eliminar uma perspectiva equivocada de que a socialização dos meios de produção é, necessariamente, análoga a estatização deles. Portanto, verificou-se através dos *lineamientos* que a planificação centralizada a partir do Estado não deveria ser o mecanismo de controle direto dos recursos e de regulação da economia e que, para tanto, as relações monetário-mercantis deveriam fazer parte da estratégia de transição socialista, a exemplo da ampliação das novas formas de gestão da propriedade no interior da economia cubana.

Os *lineamientos*, referendados pelo VI congresso, foram um dos processos mais democráticos, mais extensos, representativos e de maior participação popular da

história revolucionária cubana. O conjunto dos *lineamientos* trouxe consigo um programa de medidas que se propôs alterar a macroeconomia, elevar a eficiência, instaurar uma tendência de desestatização da estrutura da propriedade e da gestão econômica, firmar prioridades nacionais, setoriais e territoriais. Além disso, há nessas medidas a proposta de implementação de um novo sistema de direção e planejamento da economia, oferecer autonomia à esfera empresarial, bem como realizar as mudanças institucionais correspondentes (VALDÉS PAZ, 2014).

Para Valdés Paz (2014), o elemento chave dos *lineamientos* foi justamente a criação de uma esfera empresarial realmente autônoma, com base na diversificação das formas de propriedade e de gestão, e integrada por uma diversidade de agentes econômicos de menor ou maior peso em diferentes setores da economia.

Uma das diferenças entre o que ocorreu na década de 1990 e a expansão das atividades não estatais prevista nos *lineamientos*, é que esta última vem sendo avaliada não como um mal necessário, mas como parte da estratégia de fortalecimento do projeto socialista (PIÑEIRO HARNECKER, 2011).

Um ano antes da aprovação dos *lineamientos*, o governo cubano, sob a liderança de Raul Castro, anunciou um pacote de medidas que pretendia implementar algumas mudanças estruturais (VIDAL ALEJANDRO; PÉREZ VILLANUEVA, 2011). O pacote de medidas de 2010 pode ser sintetizado da seguinte forma:

As medidas reconhecem a necessidade de formas de propriedade não estatal no modelo econômico cubano para fortalecer o mercado interno e aumentar a renda da população. Se assume que o Estado pode ceder atividades que não são estratégicas e se começa a fomentar a pequena e média empresa sob diferentes formas de propriedade, embora isso fique, por hora, reduzido a uma lista muito insuficiente de atividades. Este reconhecimento é a mudança estrutural mais importante efetuada até o momento pelo presidente Raúl Castro (VIDAL ALEJANDRO; PÉREZ VILLANUEVA, 2011, p. 57, tradução nossa).

Essas medidas tiveram como eixo central a ampliação do trabalho por conta própria como alternativa à redução do emprego estatal. O governo avaliou que poderia haver um impacto positivo na oferta de bens e serviços de consumo provenientes do setor *cuentalpropista* e que o setor já vinha se destacando na venda de alimentos e no transporte. Além disso, muitas famílias já vinham se beneficiando com o trabalho por

conta própria, tendo nessa atividade uma alternativa aos salários e pensões advindas do Estado. Outro ponto positivo relevante é a arrecadação tributária. Apesar de todos esses benefícios, a política adotada em relação ao *cuentapropismo* antes dos *lineamientos* de 2011 foi demarcada pela instabilidade, pois ora houve políticas de suspensão e retração do *cuentapropismo*, ora houve medidas de incentivo e expansão dessas atividades (VIDAL ALEJANDRO; PÉREZ VILLANUEVA, 2011).

Segundo Mesa-Lago (2013, p. 06, tradução nossa):

Em 2010, Raúl Castro instou o governo e o PCC a facilitar o avanço do trabalho por conta própria, de forma a "não gerar estigmas" nem preconceitos contra eles, muito menos demonizá-los" e "modificar a avaliação negativa existente"; em 2011, ele afirmou que toda resistência burocrática seria inútil (MESA-LAGO, 2013, p. 06, tradução nossa).

O presidente Raúl Castro declarou em 2011 que o aumento do setor não estatal na economia não significava necessariamente a privatização da propriedade estatal. Raúl Castro considerou que o setor não estatal poderia contribuir como fator facilitador na construção do socialismo, permitindo, assim, que o Estado se desfizesse de atividades não estratégicas (MESA-LAGO, 2013).

No ano de 2010, o governo cubano reconheceu que havia uma grande quantidade de trabalhadores excedentes ou desnecessários compondo o setor estatal. Para melhorar a produtividade e aumentar os salários, o governo teria de despedir um milhão e meio de trabalhadores entre outubro de 2010 e março de 2011. Esses trabalhadores despedidos migrariam para o setor não estatal, principalmente o segmento *cuentapropista* (MESA-LAGO, 2013).

Em 2010, iniciaram-se importantes medidas na transição socialista. Em agosto, na Assembleia Nacional do Poder Popular, aprovou-se a nova lei de Divisão Político-Administrativa do país, que teve como objetivo melhorar o atendimento à população, mediante uma organização mais funcional e racional da administração e do governo. Nessa mesma ocasião, foram anunciadas as decisões tomadas junto ao Conselho de Ministros, as quais se tratavam de medidas relacionadas aos trabalhadores desocupados e demitidos dos organismos estatais. Decidiu-se, no Conselho, acabar com as ações que estimulavam o trabalho e garantiam a sobrevivência sem nenhuma contrapartida correspondente à atividade laboral. Raúl Castro, durante seu

pronunciamento no plenário do Conselho Nacional da Central de Trabalhadores Cubanos, anunciou a eliminação de 500 mil empregos do setor estatal. A demissão desses trabalhadores implicaria, necessariamente, sua realocação no setor não estatal da economia, qual seja: atividades por conta própria, cooperativas não agropecuárias, pequenas empresas privadas e empresas de capital estrangeiro. (CASTRO RUZ, 2010a).

A publicização do plano de implementação da redução desses postos de trabalho deu-se por meio do jornal Granma de 13 de setembro de 2010. Essas demissões equivaleriam aproximadamente a 10% de todo emprego estatal. A notícia enfatizava a questão da reabsorção desses trabalhadores por parte do setor não estatal como um todo – pequenas empresas, *cuentapropismo*, cooperativas não agropecuárias e empresas estrangeiras e mistas. A razão dessas demissões era justamente desinflar as planilhas estatais, que possuíam entre 30% e 50% a mais de trabalhadores necessários (PIÑEIRO HARNECKER, 2011).

Outro elemento relevante no interior dessa tendência de expansão do setor não estatal foi a redução do déficit fiscal. Um dos objetivos era reduzir o gasto público, aumentar a produtividade das instituições estatais e aumentar a arrecadação tributária (PIÑEIRO HARNECKER, 2011).

Vidal Alejandro e Pérez Villanueva (2011) afirmam que a demissão de 500 mil trabalhadores já seria suficiente para superar o déficit fiscal. Com essas demissões o Estado economizaria cerca de 2,5 milhões de pesos (apenas com os salários), cifra superior ao déficit fiscal aprovado para 2010, que era estimado em 2,2 milhões de pesos.

Em relação à questão da arrecadação tributária, falando especificamente dos trabalhadores por conta própria, a Resolução N° 286 do Ministério de Finanças e Preços datada de 07 de outubro de 2010 estabeleceu que os *cuentapropistas* deveriam cumprir com pelo menos três tributos, quais sejam: imposto mensal de 10% sobre as vendas e serviços; imposto trimestral de 25% da remuneração total paga aos trabalhadores contratados (esse aumenta progressivamente à medida que se contrata mais trabalhadores); imposto de renda anual aplicado ao lucro líquido, recolhido após dedução dos outros impostos e contribuições previdenciárias. Os primeiros 5 mil pesos de lucro líquido anual são isentos de imposto, a partir de mais de 5 mil pesos

se paga uma escala progressiva que começa com 25% e atinge 50% para renda acima de 50 mil pesos. Além disso, aqueles *cuentalpropistas* que, concomitantemente, não possuem vínculo empregatício com o Estado e nem estão na condição de aposentados, devem contribuir para a sua seguridade social selecionando a base de contribuição – estabelecida pela resolução no valor de 350 a 2 mil pesos –, e pagando 25% do valor selecionado para receber 60% do valor da base ao se aposentar ou apresentar situação de incapacidade. Esse último dado demarca uma das principais diferenças entre os trabalhadores por conta própria de outros países e os *cuentalpropistas* cubanos, pois esse benefício acaba servindo de incentivo para que os trabalhadores por conta própria de Cuba não busquem a ilegalidade (PIÑEIRO HARNECKER, 2011).

No entender de Piñeiro Harnecker (2011), as taxas de imposto para o segmento não estatal são demasiadamente altas. A autora concorda que as empresas não estatais devem, sim, estar com seus impostos em dia, uma vez que são essas contribuições que custeiam os valiosos serviços sociais recebidos pela população cubana. Contudo, aponta que o sistema fiscal tem de ser melhorado para que não haja incentivo no aumento de subdeclarações.

Há consenso entre os funcionários do governo ao avaliar que uma empresa estatal não possui o formato mais adequado para se desenvolver atividades econômicas não estratégicas de pequena e média escala como, por exemplo, aquelas que oferecem serviços alimentares, transportes e reparos diversos (PIÑEIRO HARNECKER, 2011).

É importante destacar que, no ano de aprovação dos *lineamientos*, 84% do emprego em Cuba era proveniente do setor estatal, e que nesse período, a ilha já possuía uma das menores taxas de desemprego do mundo, apesar de sua baixa produtividade, que tinha como uma das razões a manutenção do pleno emprego, o que acarretava em planilhas infladas e outros problemas que, a resolutiva passava justamente pelo processo de atualização (PIÑEIRO HARNECKER, 2011).

Entre 1980 a 2010, o emprego não estatal em Cuba representou 15,7%. Sua concentração deu-se em diversas áreas, como por exemplo: 7,3% de camponeses privados ou independentes – grande parte desses ligados às cooperativas de créditos e serviços –, 5,7% eram de cooperativas agropecuárias e Unidades Básicas de

produção Cooperativa, e em torno de 2,8% figurava o *cuentapropismo* (PIÑEIRO HARNECKER, 2011).

A política de emprego traçada desde 1959 teve como princípios norteadores o pleno emprego, a igualdade e a não discriminação racial. Como pleno emprego, entendia-se que o Estado era o maior responsável por criar as fontes de trabalho, por isso, durante 50 anos o Estado encarregou-se desta tarefa: gerar as principais ofertas de trabalho. A primeira redução drástica nos níveis de atividades realizadas pelo setor estatal deu-se em meados da década de 1990. Nesse período, houve um processo de redimensionamento do emprego com a ampliação de atores não estatais que passaram a atuar como empregadores, diversificando assim a demanda por força de trabalho. Segmentos como as empresas mistas, as cooperativas agropecuárias e os trabalhadores por conta própria foram os principais protagonistas desse processo. Na primeira década dos anos 2000 o movimento foi o inverso, o Estado recuperou a centralidade como principal provedor de emprego. Contudo, a partir de 2007, iniciou-se um conjunto de mudanças, e Cuba retomou o processo de redimensionamento do emprego estatal, fortalecendo as fontes de diversificação do emprego não estatal (ECHEVARRÍA LEÓN *ET AL.*, 2015).

A assunção definitiva de Raúl Castro ao governo trouxe consigo uma nova atualização do socialismo cubano, que teve como proposta um projeto para a sobrevivência do sistema político e econômico de Cuba. Essa nova atualização apresentava a necessidade de mudanças administrativas e estruturais, a saber: a eliminação de proibições de acesso a bens de consumo, a autorização para compra e venda de casas, alteração de salários e pensões, modificação na distribuição de terra, emprego, comércio e propriedade. Todas essas mudanças estavam submetidas ao planejamento estatal da economia. Nessa equação encontrava-se ainda a conjunção entre o predomínio da empresa estatal e a aceitação de investimentos estrangeiros (BELLO; BARBOSA, 2019).

Toda essa movimentação não foi um demonstrativo de renúncia à política de pleno emprego, pelo contrário. As mudanças em curso, naquele momento, tratavam basicamente de desobrigar o Estado pela responsabilidade direta dos cidadãos e, por outro lado, fortalecer o setor não estatal, de maneira a promover sua expansão. No bojo desse processo, pretendeu-se trazer um maior reconhecimento ao setor estatal,

como espaço de promoção do emprego produtivo e eficiente, com utilização eficaz dos recursos e do tempo dos trabalhadores (PIÑEIRO HARNECKER, 2011).

Em geral, todas essas mudanças – tanto aquelas concernentes à política de emprego, bem como as questões inerentes ao sistema empresarial de Cuba como um todo – constituem-se parte de um processo mais amplo de reformas conjunturais, institucionais e estruturais que tiveram por objetivo último atualizar e aperfeiçoar o sistema socialista cubano (PIÑEIRO HARNECKER, 2011).

É importante demarcar, uma vez mais, que os *cuentalpropistas* não são atores econômicos novos na paisagem cubana. O que se pode notar de novo é a maneira com que muitas lideranças, em especial Raul Castro, têm lidado com essa forma de propriedade e, para além disso, a formalização de sua importância estratégica por meio dos *lineamientos*; esses, sim, são aspectos novos no cenário socioeconômico de Cuba, ensejados através do processo de atualização (NENOFF, 2017).

3.2 OS LINEAMIENTOS DE 2011 E SUAS PECULIARIDADES

Como vimos, o processo de atualização denominado “*Proyecto de lineamientos de la política económica y social del Partido Comunista de Cuba*”, conhecido resumidamente como “*lineamientos de 2011*”, foi sendo gestado alguns anos antes e teve, na figura de Raul Castro, um grande entusiasta; e, concomitantemente, o apoio popular em torno das reformas e das mudanças estruturais que Cuba necessitava passar naquele período.

A análise pretérita que embasou as modificações propostas nos *lineamientos* demonstrou a robustez das transformações que se requeria naquele momento. Essa avaliação passou por demandas relacionadas à questão agrária, industrial, de infraestrutura, comércio exterior e, claro, à ampliação das formas de propriedade.

Portanto, a atualização iniciada em 2011 contou com importantes acontecimentos que a antecederam e com uma avaliação profunda da conjuntura cubana. A participação popular deu a tônica central do processo de atualização em todas as suas dimensões.

Uma das peculiaridades dos *lineamientos* pode ser verificada por ter sido a primeira tentativa de remodelação do funcionamento da base econômica do projeto de construção do socialismo. Os *lineamientos* superaram as medidas adotadas até então, uma vez que se buscou não apenas responder uma perspectiva equivocada de que a socialização dos meios de produção era, necessariamente, análoga à estatização deles. Assim sendo, os *lineamientos* apontam que a planificação centralizada a partir do Estado não deve ser o mecanismo de controle direto dos recursos e de regulação da economia e que, portanto, as relações monetário-mercantis devem fazer parte da estratégia de transição socialista, como, exemplo, a ampliação das novas formas de gestão da propriedade em Cuba. Verificaremos, no próximo capítulo, o desenvolvimento dessa importante atualização ao longo da sua primeira década de implantação.

4 DESDOBRAMENTOS DA PRIMEIRA DÉCADA APÓS OS *LINEAMIENTOS* DE 2011

Neste capítulo colocaremos os *lineamientos* aprovados em 2011 em perspectiva e analisaremos a conjuntura e as principais repercussões e consequências desse processo de atualização ao longo de uma década.

A flexibilização do *cuentapropismo* foi promovendo diversos desdobramentos na realidade cubana, por exemplo, se na década de 1990 esse segmento era tido como um mal necessário, e muitos o enxergavam com um certo receio, ao longo dos anos, e mais precisamente após as reformas de 2011, houve uma metamorfose na relação com esse setor. O trabalho por conta própria, portanto, passa a ser visto como plenamente compatível com a esfera pública e sua consolidação não é vista como contraditória em relação à transição socialista (NOGUERA FERNÁNDEZ, 2019).

Pinheiro Harnecker (2011), com base nos desdobramentos das movimentações pelas quais a economia cubana passava ao findar a primeira década do século XXI – ampla aceitação da necessidade de aperfeiçoar o uso de recursos nas instituições estatais e o consenso em torno da retirada do Estado de algumas atividades não estratégicas –, sinalizou, já em 2011, para um futuro com aumento significativo do emprego não

estatal. Verificando o desenho da economia na primeira década após a aprovação dos *lineamientos* de 2011, pode-se dizer que a previsão da autora estava correta.

Para Piñeiro Harnecker (2011), a reestruturação do emprego em Cuba e a movimentação do setor estatal para o não estatal se devem em decorrência de um elemento central, qual seja: a reduzida possibilidade de investimento por parte do Estado para fazer aumentar a capacidade produtiva das empresas estatais.

Esse tipo de cenário propiciou a necessidade de estimular o emprego em outros setores, pois o setor estatal seria incapaz de absorver tal reajuste. É nesse contexto que se promove o *cuentalpropismo* e se referenda os diversos elementos das políticas econômicas e sociais que o propiciaram e o propiciam (FUNDORA NEVOT, 2015).

Com as mudanças realizadas no final de 2010 e início de 2011, o *cuentalpropismo* passa, então, por um incremento significativo no número de licenças. Em setembro/outubro de 2010, 157 mil pessoas exerciam essa modalidade de trabalho; em agosto de 2011 já se podia contabilizar 333.206 trabalhadores por conta própria (NOGUERA FERNÁNDEZ, 2019).

Segundo Pérez Villanueva (2013, p. 24, tradução nossa):

Em 2012, o emprego público caiu 5,7% e o não estatal cresceu 23%. No final de 2012, existiam 394.867 trabalhadores por conta própria, concentrados em Havana (26%) e dedicados a atividades como: processamento e venda de alimentos; locação habitacional e de quartos, transporte de carga e passageiros. Do total de trabalhadores por conta própria, 69% não tinham relação com um emprego anterior e 16% eram aposentados (PÉREZ VILLANUEVA, 2013, p. 24, tradução nossa).

Lina Pedraza, Ministra de Finanças e preços, em sua intervenção na Assembleia do Poder Popular em 2010 estimou que o número de pessoas empregadas no setor não estatal em 2015 seria de 1,8 milhão a mais que naquele ano, o que poderia resultar num setor não estatal com mais de 35% do emprego total, ou seja, mais que o dobro da média apresentada pelas três últimas décadas (PEDRAZA RODRÍGUEZ, 2010).

Segundo Noguera Fernández (2019), em maio de 2017 havia 556.064 pessoas inscritas como *cuentalpropistas*, ou seja, 12% do total de ocupados no país, números que já mostravam o crescimento dessa modalidade, em constante ascensão na ilha.

Em contrapartida, o setor estatal foi diminuindo gradativamente. Em 2010 o emprego estatal era de 81,2%, e em 2015 esse número havia sido reduzido para 70,8%. Em 2016, mais de meio milhão de trabalhadores cubanos estavam registrados como *cuentalpropistas*. Nesse contexto de ampliação dos trabalhadores por conta própria, o *cuentalpropismo* foi sendo menos estigmatizado e mais respeitado. Contudo tem se verificado situações de corrupção e ilegalidade no interior desse segmento. As principais constatações são as evasões de pagamento de tributo e o exercício ilegal das atividades não permitidas. Apesar desses casos, continua havendo o estímulo ao desenvolvimento das atividades não estatais e, paralelamente a isso, tem se procurado enfrentar essas questões e corrigir os desvios, apontando a necessidade do cumprimento da legislação vigente (INFORME CENTRAL AL VII CONGRESO DEL PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2016).

No transcorrer dos anos, precisamente a partir de 2011, os *cuentalpropistas* tiveram grande contribuição no interior do setor de turismo, sobretudo no nicho dos serviços extra-hoteleiros. Foram colocados à disposição mais de 10 mil novos quartos, outros 7 mil foram restaurados e mais de 14 mil quartos foram alugados. Tudo isso tem contribuído para a ascensão tanto do ramo do turismo quanto do *cuentalpropismo*, que, aliás, está intimamente ligado a este primeiro. Vale ressaltar que essa fração da economia possui grandes possibilidades de impulsionar o desenvolvimento de outros setores e, através de um conjunto de desdobramentos, proporcionar novos encadeamentos produtivos (INFORME CENTRAL AL VII CONGRESO DEL PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2016).

Para Fundora Nevot (2015), a estratégia de potencialização do trabalho por conta própria traz consigo possibilidades de mudanças na estrutura da sociedade cubana. Na avaliação da autora, há riscos de aprofundamento das desigualdades sociais, tanto as de classe, bem como as de raça, gênero e até mesmo por idade. Essa desigualdade pode ser evidenciada desde o interior do segmento até os atores que não estão diretamente vinculados ao *cuentalpropismo*.

No entender de Fundora Nevot (2015), o enfoque da estratégia de estímulo ao *cuentalpropismo* passa por questões relevantes, como a abertura de novas oportunidades de desenvolvimento em diferentes níveis (macrossocial, local, familiar, pessoal), a geração de emprego e a melhoria nas condições de vida, promovendo a satisfação das necessidades básicas e secundárias das famílias envolvidas com o

segmento. Porém, na avaliação da autora, se não houver uma política que leve em consideração toda heterogeneidade social que compõe esse contexto, corre-se o risco de afetar negativamente o projeto histórico cubano de desenvolvimento socialista.

No processo de aquisição de licença, não há restrição quanto ao gênero, contudo, das 201 atividades aprovadas em 2011, mais de 65% eram de perfil masculino. Isso ocorre justamente em decorrência do patriarcalismo ainda presente na conformação da sociedade cubana, que acaba por reiterar a segmentação de atividades tradicionalmente desenvolvidas por um gênero ou por outro. Para que as mulheres acessem atividades que, por costume e tradição, são masculinas, além de terem que investir em processos formativos específicos, será necessário romper com diversos tabus, o que nem sempre é possível fazer em um curto e médio prazo; o que ajuda a explicar o número alto de homens em detrimento das mulheres nesses anos de expansão do *cuentalpropismo* (FUNDORA NEVOT, 2015).

Fundora Nevot (2015) identificou que em muitos negócios familiares a tendência era que os homens assumissem a função de chefia e as mulheres participassem como trabalhadoras não assalariadas. Essa inserção desigual tem como desdobramento uma diferenciação tanto nos ganhos, bem como na tomada de decisão, que privilegia os homens e submete as mulheres à condição de desvantagem.

Em relação à questão etária, um dos elementos que podem contribuir para um desequilíbrio entre os diferentes grupos é o limitado acesso dos jovens nos postos de tomada de decisão. Aqueles que figuram predominantemente nesses postos de trabalho são os adultos e os idosos. No que tange à questão racial, os postos de tomada de decisão são diversos, absorvendo negros, mestiços e brancos, contudo há prevalência de brancos e mestiços em relação aos negros (FUNDORA NEVOT, 2015).

Existe também uma divisão no interior do próprio segmento *cuentalpropista* no que concerne ao fator classe. Primeiro, tem a ver com o ponto de partida, ou seja, nem todo trabalhador por conta própria consegue capital para iniciar seu negócio, o que faz com que muitos tenham que se colocar enquanto trabalhadores contratados. E, além disso, aqueles que estão situados nos negócios que são tradicionalmente mais prósperos – como os restaurantes, oficinas mecânicas e lanternagem automotiva – terão maiores ganhos que os demais. Vale ressaltar que o elemento “classe” nesse contexto está diretamente relacionado com as condições de gênero, raça e idade. E

é importante que se diga: também não existe nenhuma política preferencial para conceder licenças ou crédito bancário; não havendo de igual modo recolhimento de impostos por tipo de atividade. O estímulo do trabalho por conta própria, sem levar em consideração os pontos de partida desiguais de muitos atores, pode reforçar as desigualdades no interior do *cuentalpropismo* (FUNDORA NEVOT, 2015).

No bojo das alterações realizadas a partir de 2011, pode-se destacar, entre outras medidas, a de que todos os cidadãos cubanos e estrangeiros residentes e permanentes no país, com mais de 17 anos de idade, podem exercer o trabalho por conta própria, desde que cumpram os requisitos estabelecidos pelo país. São também elementos importantes na flexibilização do *cuentalpropismo* os seguintes: a aceitação do desenvolvimento de mais de uma atividade por conta própria; a suspensão da proibição de comercializar produtos e serviços a entidades estatais, desde que obedeçam aos limites financeiros definidos para tal transação; a possibilidade do uso de força de trabalho assalariada para todas as atividades permitidas, estabelecendo-se, em alguns casos, limites de pessoas para contratar; a realização da atividade por conta própria em local diferente daquele em que reside o titular da licença; o aumento de 20 para 50 o número de cadeiras disponíveis para processadores de alimentos e bebidas do serviço gastronômico; e, também, a exoneração do pagamento de imposto para a utilização da força de trabalho para quem contratou até 5 trabalhadores (NOGUERA FERNÁNDEZ, 2019).

É importante salientar que as atividades por conta própria e as outras formas de gestão não estatal não são, em sua essência, antirrevolucionárias e antissocialistas e a maioria dos trabalhadores inseridos nessas entidades são patriotas e revolucionários que, além de defenderem os princípios da Revolução, beneficiam-se de suas conquistas. Por outro lado, não há uma postura ingênua por parte das Organizações de Estado, e sabe-se, portanto, que existem poderosas forças externas que apostam nas formas de propriedade não estatais com o objetivo de angariar agentes de mudança do regime cubano pela via do empoderamento dessas formas de gestão não estatal e, assim, acabar com o socialismo em Cuba (INFORME CENTRAL AL VII CONGRESO DEL PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2016).

Para os inimigos de Cuba, os setores mais vulneráveis ao pensamento neoliberal são aqueles no interior das formas de propriedade não estatal, os trabalhadores associados, a intelectualidade, os jovens e as comunidades com maiores dificuldades

materiais e econômicas. Por isso, as ações político-ideológicas de estratégia de restauração capitalista na ilha, têm sido conduzidas com foco nesses setores. Para fazer frente a esses ataques, o país tem se mobilizado para reforçar uma perspectiva cultural anticapitalista, anti-imperialista e de combate aos valores da ideologia pequeno-burguesa (INFORME CENTRAL AL VII CONGRESO DEL PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2016).

Uma das principais tarefas do Partido Comunista cubano é zelar pela firmeza ideológica, lutar pela paz e promover o desenvolvimento da economia. A questão econômica e o trabalho político-ideológico estão imbricados. Enquanto a economia segue sendo elemento fundamental no processo cubano, paralelamente, o trabalho político-ideológico garante a participação ativa no processo de atualização do modelo econômico e social do país (INFORME CENTRAL AL VII CONGRESO DEL PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2016).

4.1 O PACOTE LEGISLATIVO DE 2014 E SUAS INOVAÇÕES

A expansão do *cuentapropismo* tem provocado desdobramentos também no âmbito sindical. A Central de Trabalhadores Cubanos (CTC) dispõe de pelo menos três formas de filiação: trabalhadores estatais, trabalhadores não estatais e aposentados. Ocorre que muitos *cuentapropistas* possuem também vínculo laboral com o setor estatal, e é através da atividade estatal que muitos desses trabalhadores filiam-se a CTC. Aqueles que não possuem esse vínculo com o Estado são convidados a se filiar de outra forma, por exemplo, a CTC criou um plano de visitação e diálogo com os trabalhadores em que um funcionário da CTC prossegue em cada negócio e explica para os *cuentapropistas* (sem distinção entre empregadores e empregados) sobre as vantagens e desvantagens de sua filiação. Além disso, a CTC criou 16 sindicatos com intuito de organizar os trabalhadores não estatais de acordo com a atividade econômica que realizam (NOGUERA FERNÁNDEZ, 2019).

Para a CTC, a sindicalização dos *cuentapropistas* cumpre basicamente três objetivos: facilitar as articulações entre o setor estatal e o não estatal da economia; apoiar o

trabalho político-ideológico e impedir a proliferação de ideologias neoliberais no nascente setor privado; oferecer respostas às diversas necessidades deste setor como, por exemplo, fazendo reuniões regulares com os secretários gerais das seções sindicais onde os trabalhadores por conta própria levantam suas queixas, querelas e demandas. É de suma importância que os *cuentalpropistas* estejam em algum sindicato. Dados da própria CTC dão conta de que em maio de 2017 81% dos *cuentalpropistas* estavam sindicalizados (NOGUERA FERNÁNDEZ, 2019).

O direito à livre sindicalização é um dos elementos referendados pelo novo Código do Trabalho cubano. Em relação aos trabalhadores por conta própria, apesar de serem alcançados por tal direito, não possuem sindicato próprio, sendo assim, devem se vincular às organizações sindicais do setor relacionado com a atividade que desempenham. No que diz respeito à contratação, a principal diferença em relação ao código anterior é a flexibilização do processo de contratação, pois, em casos excepcionais a contratação pode se dar de forma oral, desde que não supere noventa dias de prestação de serviço. As implicações desse tipo de contrato estão relacionadas à proteção jurídica desses trabalhadores, sobretudo os *cuentalpropistas*, pois não está muito claro como esse contrato verbal pode oferecer legalidade e amparo aos trabalhadores (ECHEVARRÍA LEÓN *et al.*, 2015).

O novo Código do Trabalho contribui para se adquirir substância jurídica nas mudanças relacionadas ao mundo do trabalho cubano. O novo Código (Lei Nº116/2013), aprovado pela Assembleia Nacional em dezembro de 2013 e publicado em meados de 2014, apresenta diferenças significativas com o Código do Trabalho que havia anteriormente em 1984. O novo Código dá mais importância para a presença do setor não estatal e reconhece a figura do empregador como pessoa física e jurídica. Além disso, legitima-se a diversidade das formas de propriedade e gestão através de dispositivos especiais que versam também sobre a regulação das relações de trabalho entre pessoas naturais e entidades não estatais. E, pela primeira vez, estabelecem-se em Cuba relações de trabalho para pessoas contratadas fora do país, desde que se tenha autorização prévia (ECHEVARRÍA LEÓN *et al.*, 2015).

O novo Código modifica mais de 100 artigos, inclui 28 novas normativas e promove a reelaboração do capítulo referente às organizações sindicais (Capítulo II). Foi reservada uma seção inteira para tratar das relações de trabalho desenvolvidas no setor privado. (Seção Primeira, Capítulo VII) (NOGUERA FERNÁNDEZ, 2019).

O Código de 2013 eliminou a redação do anterior (1984) em relação ao contrato de trabalho por tempo indeterminado. No antigo, esse contrato deveria expressar a data de rescisão, e esse período não deveria exceder o prazo de três anos. Já o novo código permite que os contratos temporários por tempo determinado não tenham um limite máximo de duração, o que proporciona considerável insegurança jurídica aos trabalhadores contratados sob essa modalidade (NOGUERA FERNÁNDEZ, 2019).

O Código do Trabalho, bem como um conjunto de legislações complementares composta por leis, decretos-leis e diversos dispositivos legais, confere legitimidade aos órgãos de governo para executar, controlar e organizar as questões inerentes ao mundo do trabalho, assim como os assuntos atinentes à proteção social desses trabalhadores. Por exemplo, cabe ao Ministério do Trabalho e Seguridade Social (MTSS) regular, controlar, organizar e fazer cumprir tudo o que está estabelecido com o direito do trabalho no país (ECHEVARRÍA LEÓN *et al.*, 2015).

É importante ressaltar que, apesar do novo Código do Trabalho ser um instrumento relevante no universo laboral cubano, a principal base normativa que diz respeito ao trabalho em Cuba é a Constituição da República, porque é nesse conjunto de leis onde estão firmados os princípios que consideram o trabalho como um direito pleno e que não deve haver discriminação por sexo, raça ou religião (ECHEVARRÍA LEÓN *et al.*, 2015).

No contexto do pacote legislativo de 2014, algumas leis importantes foram aprovadas, a exemplo da Lei Nº 118, que versa sobre o investimento estrangeiro em Cuba. Aprovada no dia 29 de março de 2014, o objetivo dessa lei é ampliar e atrair investimento estrangeiro para ilha. Sua aprovação revoga a lei anterior, que é de 1995. Entre as novidades apresentadas pela nova lei, destaca-se que ela prevê investimento estrangeiro para todos os setores, com exceção dos serviços de saúde e educação, que continuarão sendo oferecidos de forma 100% gratuita para a população. Além disso, manteve-se fora do nicho de investimento estrangeiro as instituições armadas (NOGUERA FERNÁNDEZ, 2019).

A Lei 118 trouxe como novidade, uma espécie de Portfólio de Oportunidades. Trata-se de um catálogo publicado anualmente tendo como público alvo os investidores estrangeiros. Nele, são colocadas as oportunidades de investimento que estão em alta na ilha. Essa Lei concede um conjunto de benefícios em matéria de isenção fiscal

para os investidores nacionais, as empresas mistas, empresas de capital totalmente estrangeiro e investidores estrangeiros (NOGUERA FERNÁNDEZ, 2019).

Segundo Noguera Fernández (2019), o Portfólio de Oportunidades de Investimento Estrangeiro referente a 2017/2018 apresentou 456 projetos que, por sua vez, equivalem a um montante de capital estimado em 10.700.000 dólares. Nesse portfólio foram incorporados 156 novos projetos, dos quais 29 encontram-se situados na Zona Especial de Desenvolvimento de Mariel (ZEDM)¹⁸, 152 no setor de turismo, 104 no setor agroalimentício (destes, 10 estão localizados na ZEDM), 07 no açucareiro, 33 para indústria (destes, 17 localizados na ZEDM), 15 no setor farmacêutico e biotecnológico (13 desses, localizados na ZEDM), 13 para energias renováveis, e 14 no setor de construção (05 localizados na ZEDM).

Ainda segundo Noguera Fernández (2019, p. 338, tradução nossa), a

Espanha é o principal investidor em uma ampla gama de setores como turismo, indústrias diversas, serviços financeiros, abastecimento de água, cimento, etc. O Canadá tem sido tradicionalmente outro grande investidor no turismo, energia e níquel. Investidores de outros países desempenham um papel pouco relevante, exceto China, Brasil (nos setores de níquel, tabaco e a gestão de uma usina de açúcar, operada pela empresa brasileira Odebrecht) e Venezuela (na produção de software, exploração geológica, produção de insumos agrícolas, serviços de atividades agrícolas, desenvolvimento de frotas marítimas e reciclagem de sucata. Assim como no setor petrolífero. Destaques para a conclusão da refinaria de petróleo Cienfuegos, inacabada desde os tempos soviéticos). (NOGUERA FERNÁNDEZ, 2019, p. 338, tradução nossa).

Dados do Governo cubano dão conta de que, em outubro de 2018, mais de 50% dos projetos de investimento em Cuba provinham de países da União Europeia. A indústria básica (energia, mineração e cimento), turismo, indústria leve, agricultura, indústria de

¹⁸ “A Zona Especial de Desenvolvimento de Mariel é um projeto regulamentado pelo Dec. Lei 313/2013 concebido para fomentar o desenvolvimento econômico e sustentável de Cuba. O objetivo é atrair o investimento estrangeiro, a inovação tecnológica, a concentração industrial sem deixar de lado a preocupação com a proteção ambiental. Localizada a cerca de 45 minutos de Havana, a ZED Mariel ocupa uma área total de 465 km², contando com um porto de mar de águas profundas e um terminal para cerca de um milhão de containers. A ZED Mariel também conta com benefícios tributários especiais. Atualmente já existem 10 projetos operacionais, estando outros 23 em fase de investimento”. Disponível em: <<https://brasilcuba.com/zona-especial-de-desenvolvimento-de-mariel/>>. Acesso em 05 de jun. 2022.

alimentos (bebidas) e tabaco são setores onde se concentra a maior parte do investimento estrangeiro (NOGUERA FERNÁNDEZ, 2019). Portanto, nota-se que as alterações na legislação e as inovações promovidas a partir de 2014 têm proporcionado grandes impactos na ilha caribenha. *Pari passu* a essas mudanças, já se pensava na elaboração de uma nova constituição que, como veremos, só veio a se concretizar em 2019.

4.2 A CONSTITUIÇÃO CUBANA DE 2019

Desde 2013 que se realizaram discussões com foco na confecção de uma nova Constituição para Cuba. Essas discussões estavam sendo desenvolvidas por meio do Birô Político do Partido Comunista Cubano (presidido por Raúl Castro), que, à época, debruçou-se sobre o anteprojeto de nova Constituição. Em 02 de junho de 2018, criou-se uma comissão parlamentar com o objetivo de aprofundar essas discussões. Em fevereiro de 2019, o novo texto constitucional foi submetido a um processo de discussão popular e, apesar de ter sido ratificado em grande parte, introduziram-se novas e relevantes modificações, principalmente em relação à questão da propriedade. Após inúmeras discussões, debates e importantes ajustes, em 10 de abril de 2019 a Assembleia Nacional do Poder Popular proclamou a Constituição da República de Cuba (NOGUERA FERNÁNDEZ, 2019).

O processo de confecção do texto constitucional passou, portanto, pelo crivo da cidadania, uma vez que se garantiu e possibilitou a oitiva de todos os atores sociais interessados e envolvidos neste projeto. Além disso, *a posteriori*, a participação popular também está prevista. Isto é, no processo de emendas ou reformas os cidadãos poderão propor e retificar os textos por meio de referendo popular (BELLO; BARBOSA, 2019).

A nova Constituição cubana foi aprovada por 86,85%, em um universo de 7.522.569 votos válidos. O referendo ficou configurado da seguinte forma: houve, precisamente, um total de 7.848.343 eleitores que votaram, dentre os quais, 9% votaram contra a aprovação do novo texto, 2,53% votaram em branco e 1,62% dos votos foram

considerados nulos. Em resumo, 6.816.169 eleitores ratificaram a nova constituição e 706.400 eleitores votaram contra o novo texto constitucional (DOIMEADIOS GUERRERO; CARMONA TAMAYO; PÉREZ, 2019).

Para Bello e Barbosa (2019, p. 188), “em termos de processos constituintes, é possível afirmar que as experiências do novo constitucionalismo latino-americano e a recente de Cuba se assemelham em termos de mobilização social e participação política desde *abajo*”.

A atual reforma constitucional emergiu com a expectativa de oferecer solução para questões que ficaram pendentes, ou que não foram totalmente contempladas na constituição de 1976 e nas reformas de 1978, 1992 e 2002. Questões essas que perpassam o sistema socioeconômico, o âmbito político e a esfera jurídica. O desenho constitucional de 2019 apresenta como desafio central a compatibilização entre o incentivo aos investimentos privados na Ilha, as diferentes formas de propriedade e a manutenção do socialismo como meta e o fim do Estado como horizonte (BELLO; BARBOSA, 2019).

Desde o Período Especial, Cuba vem lidando de forma desafiadora com diferentes atores econômicos que surgem como solução para os problemas da ilha, e, ao mesmo tempo, complexificam a malha social. Trata-se de investidores capitalistas estrangeiros, trabalhadores cubanos que são funcionários de empresas mistas, trabalhadores por conta própria, camponeses individuais, cooperados e usufrutuários de terras. A relação entre esses agentes econômicos desenvolveu-se, por vezes, com expectativas diferentes e até mesmo incompatíveis com aquilo que estava firmado na constituição socialista de 1976. Dessa forma, o surgimento desses novos atores na paisagem cubana resultou em um conjunto de mudanças que emergiu com intuito de enfrentar inúmeros desafios. Tais alterações tiveram como expressão jurídica máxima a revogação do texto constitucional de 1976 e a proclamação da Constituição de 2019 (BELLO; BARBOSA, 2019).

O texto constitucional traz consigo, do início ao fim¹⁹, a reafirmação do caráter socialista do sistema econômico cubano. Em outras palavras, o texto referenda os

¹⁹ A expressão “socialista” aparece 22 vezes na Constituição cubana de 2019. O termo está presente desde o preâmbulo até o último artigo. CUBA. Constitución de la República de Cuba. La Habana, 2019. Disponível em: <<https://www.gacetaoficial.gob.cu/es/constitucion-de-la-republica-de-cuba-proclamada-el-10-de-abril-de-2019>>. Acesso em: 21 de abr. 2022.

princípios essenciais da propriedade socialista, ao mesmo tempo em que legitima e reconhece a propriedade privada, o papel do mercado e a regulação estatal sobre os investimentos estrangeiros em Cuba (BELLO; BARBOSA, 2019).

Vejamos o que diz os artigos 18 e 28 da constituição cubana:

A República de Cuba rege-se por um sistema de economia socialista baseado na propriedade de todo o povo sobre os meios fundamentais de produção como a principal forma de propriedade, e a direção planificada da economia, que leva em conta, regula e controla o mercado em função dos interesses da sociedade.

O Estado promove e dá garantias para o investimento estrangeiro, como um elemento importante para o desenvolvimento econômico do país, com base na proteção e uso racional dos recursos humanos e naturais, assim como o respeito pela soberania nacional e independência. A lei estabelece o que está relacionado ao desenvolvimento do investimento estrangeiro no território nacional (CUBA, 2019, p. 75, tradução nossa).

Como se vê, o modelo cubano é o contraponto ao *laissez-faire*, pois, ao mesmo tempo em que o Estado promove o investimento estrangeiro, este investimento está sob a égide de uma economia planificada que tem como premissa funcionar a partir dos interesses da sociedade e atender as necessidades humanas e não apenas os interesses do mercado.

Pelo o que está expresso no artigo 22 da Constituição da República de Cuba, pode-se depreender que há a intenção de contemplar os interesses da sociedade de maneira ampla, uma vez que se reconhecem e formalizam-se diferentes formas de propriedade. Quais sejam:

- A) socialista de todo o povo: em que o Estado atua em representação e benefício do povo como proprietário;
- B) cooperativa: aquela baseada no trabalho coletivo de seus membros proprietários e no exercício efetivo dos princípios do cooperativismo;
- C) de organizações políticas, de massa e sociais: aquela exercida por essas organizações sobre os bens destinados ao cumprimento de seus propósitos;
- D) privada: a que se exerce por determinados meios de produção por pessoas físicas ou pessoas jurídicas cubanas ou estrangeiras; com um papel complementar na economia;
- e) "mista" formada pela combinação de duas ou mais formas de propriedade;
- F) de instituições e formas associativas: a exercida por esses sujeitos sobre seus ativos para o cumprimento de fins de caráter não lucrativo;

- G) "pessoal" a que se exerce sobre os bens que, sem constituir meios de produção, contribuem para a satisfação das necessidades materiais e espirituais de seu titular (CUBA, 2019, p. 75, tradução nossa).

Neste mesmo tópico da constituição de 2019, enfatiza-se o controle do Estado sobre essas diferentes formas de propriedade, ou seja, o Estado deve regular e controlar o modo como as diversas formas de propriedade podem contribuir para o desenvolvimento econômico e social, além de garantir a interlocução em similares condições entre todas as formas de propriedade previstas no texto constitucional (CUBA, 2019).

A Constituição de 2019 traz como cláusula pétrea a irrevogabilidade do sistema socialista. Portanto, o texto faz questão de frisar que não haverá retrocesso no sistema econômico e político da ilha e que, por nenhuma circunstância, haverá alteração nessa direção. Segundo consta no artigo 4, “a defesa da pátria socialista é a maior honra e o dever supremo de cada cubano”. O artigo 9 afirma que “cumprir estritamente a legalidade socialista é obrigação de todos”. A primeira alínea do artigo 13 diz que a finalidade essencial do Estado é “canalizar os esforços da nação na construção do socialismo e fortalecer a unidade nacional” (CUBA, 2019).

Uma das metas da constituição cubana de 2019 era dar respaldo jurídico e fortalecer, como diretriz máxima, as previsões de promoção do desenvolvimento econômico nos termos da *Conceptualización del Modelo Económico y Social Cubano de Desarrollo Socialista* e do *Plan Nacional de Desarrollo Social Hasta 2030: Propuesta de Visión de la Nación, Ejes y Sectores Estratégicos* (BELLO; BARBOSA, 2019).

4.3 VII CONGRESO – CONCEPTUALIZACIÓN E PLAN NACIONAL DE DESAROLLO

O documento denominado *Conceptualización del Modelo Económico y Social Cubano de Desarrollo Socialista* é, em última instância, um plano de atualização do modelo cubano que foi apresentado no VII Congresso do PCC, em abril de 2016, e aprovado pelo Comitê Central do Partido Comunista Cubano e pela Assembleia Nacional do Poder Popular em 2017. Trata-se de um documento norteador para seguir avançando

na materialização plena da nação que se deve construir. Isto é, uma nação independente, soberana, socialista, democrática, próspera e sustentável. Os avanços nessa direção serão alcançados mediante ao *Plan Nacional de Desarrollo Social Hasta 2030: Propuesta de Visión de la Nación, Ejes y Sectores Estratégicos*. Nesse documento encontram-se, também, as principais definições sobre os propósitos, objetivos e estratégias gerais para se promover as políticas de desenvolvimento nacional em Cuba. Ambos os documentos foram analisados e aprovados no VII Congresso do PCC (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2016).

O intuito dessa atualização é, principalmente, cimentar e dar continuidade ao processo revolucionário cubano. Essas normativas tiveram como antecedentes formulações de grande relevância, a saber: o Programa de Moncada, a Plataforma Programática lançada em 1975 no Primeiro Congresso do PCC, o Programa do III Congresso do PCC, os *lineamientos* de 2011 e o conceito de Revolução formulado por Fidel Castro em 2000. A atualização do modelo perfaz um complexo processo integral de desenho e elaboração para implementação de transformações conceituais e práticas, tanto na esfera econômica quanto em âmbito social (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2017).

Assim como os documentos que antecederam o projeto de atualização contaram com a construção coletiva, o envolvimento de toda sociedade também fez parte da dinâmica de confecção da conceitualização do modelo econômico e social cubano. O projeto foi analisado pelo Birô Político, passando por instâncias como o Comitê Central e pela avaliação provincial através de todos os delegados do VII Congresso. Além disso, os ajustes e aperfeiçoamentos tiveram a contribuição de mais de 3 mil e 500 convidados que, na ocasião do Congresso, representaram diversas organizações políticas, de massa, sociais e de diferentes instituições. O projeto contou com a contribuição de mais de 900 opiniões e sugestões e elevou cerca de 5 anos para ser concluído e receber sua versão final. Durante os primeiros quatro anos, sua elaboração contou com o esforço laborioso de diversos acadêmicos e especialistas da Comissão Permanente de Implementação e Desenvolvimento (INFORME CENTRAL AL VII CONGRESO DEL PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2016).

Entre as principais medidas apresentadas pelo modelo de atualização, encontram-se a ampliação e abertura para o investimento estrangeiro, a ampliação do trabalho por conta própria, a criação de unidades básicas de produção cooperativa, o alargamento dos mercados agropecuários e a entrega de terras em usufruto. Além disso,

considerou-se que a atualização do modelo econômico e social cubano é uma questão imprescindível e que pode ser realizada a partir das potencialidades da ilha caribenha, em um direcionamento que preserve e consolide o socialismo em Cuba (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2017).

Vejamos o que está expresso no documento: [...] “A conceitualização resume os aspectos essenciais para impulsionar o desenvolvimento socioeconômico como base nas aspirações e particularidades atuais do desenvolvimento revolucionário cubano” (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2017, p. 03, tradução nossa).

O desenvolvimento a que se refere a conceituação do modelo de atualização passa pelo crescimento da economia com foco em uma perspectiva de prosperidade que garanta, simultaneamente, justiça social, preservação dos recursos naturais e do patrimônio da nação e a distribuição da riqueza de maneira socialmente justa. Para tanto, a planificação socialista continua sendo a via principal da direção econômica e o elemento central no impulso do desenvolvimento socialista (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2017).

Sabe-se que a forma de propriedade condiciona, necessariamente, as relações de produção, distribuição e consumo. Logo, as relações de propriedade é que determinam todo o sistema socioeconômico. Por esta razão, o documento de atualização do modelo cubano dedicou um capítulo exclusivamente para tratar dessa questão. Segundo o documento, as principais formas de propriedade em Cuba são as seguintes: propriedade socialista de todo o povo; propriedade cooperativa; propriedade mista; propriedade privada; propriedade de organizações políticas, de massa, sociais e outras formas associativas (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2017).

Segundo consta no modelo de atualização de 2016/2017, a diversificação de diferentes formas de propriedade e de gestão é, na verdade, uma resposta ao insuficiente desenvolvimento das forças produtivas, ao nível insatisfatório da socialização da propriedade social e aos objetivos de mobilização de recursos materiais, financeiros (nacionais e estrangeiros) e humanos na construção do socialismo (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2017).

Além disso, o fato de existir diversas formas de propriedade e gestão não estatais tem como finalidade possibilitar que o Estado se concentre nas complexas tarefas que são

próprias do Governo, isto é, tributação eficiente da economia, geração de empregos produtivos, promoção do desenvolvimento das forças produtivas e contribuição na melhora do bem-estar geral em função do desenvolvimento socialista (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2017).

Segundo o Modelo de Atualização de 2016/2017, a Propriedade Socialista de todo o Povo deve ser considerada a coluna vertebral do sistema cubano, uma vez que desempenha função preponderante no conjunto de todo o sistema de propriedade existente na ilha. Essa forma de propriedade se expressa, basicamente, na propriedade estatal; ou seja, o Estado cubano na sua forma política representa o povo, que, em última instância, são os legítimos proprietários comuns dessa forma de propriedade. Por meio da propriedade estatal, portanto, deve haver a apropriação social dos resultados da produção, bem como a distribuição equitativa em benefício dos verdadeiros proprietários, quais sejam: os cidadãos cubanos (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2017).

Nas palavras do próprio Raúl Castro:

Em Cuba socialista e soberana, a propriedade de todo o povo sobre os meios fundamentais de produção é e continuará sendo a forma principal da economia nacional e do sistema socioeconômico e, portanto, constitui a base do poder real dos trabalhadores (INFORME CENTRAL AL VII CONGRESO DEL PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2016, p. 19, tradução nossa).

Vale ressaltar que determinadas atividades não estão vinculadas diretamente ao Estado do ponto de vista da administração e gestão, fator importante que, de certa maneira, favorece o governo, pois pode concentrar-se em suas principais funções. No caso cubano, quando determinados meios de produção de todo o povo são geridos por formas de propriedade não estatal, não estão passíveis de serem privatizados e muito menos alienados de sua função social (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2017).

Uma das principais transformações que fundamenta a atualização do modelo é justamente: “aperfeiçoar o Estado, seus sistemas, órgãos e métodos de gestão, como orientador do desenvolvimento econômico e social, coordenador e regulador de todos os atores” (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2017, p. 18, tradução nossa).

Em relação à Propriedade Cooperativa, essa é sustentada no trabalho coletivo de seus sócios proprietários e desenvolve suas atividades embasadas nos princípios do cooperativismo. Regem-se pelo princípio da ajuda mútua, voluntariedade, decisão coletiva e igualdade de direitos, autonomia e sustentabilidade econômica, cultura e disciplina cooperativa, responsabilidade social, contribuição para a economia, para a educação e o bem-estar de seus parceiros e familiares, colaboração e cooperação entre cooperativas e com outras entidades (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2017).

O modelo de cooperativa²⁰ exposto na *Conceptualización* prevê a existência de associação entre várias cooperativas organizadas em atividades complementares e afins. O intuito é agregar valor aos seus produtos e serviços, possibilitando a realização de compras conjuntas e demais atividades que se possam desenvolver associadamente (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2017).

Já a Propriedade Mista é constituída basicamente da junção da Propriedade Socialista de todo o Povo com as demais formas de propriedade, incluindo investidores estrangeiros. Atuando na produção de bens e serviços, essa forma de propriedade é responsável pela atração de investidores estrangeiros no país. Há um conjunto de leis que regulam essa forma de propriedade e é o Estado que monitora, portanto, seu desempenho para que contribua para o desenvolvimento do país, salvaguardando os direitos dos trabalhadores, a proteção dos recursos naturais e do meio ambiente (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2017).

No que tange à propriedade privada, vejamos o que afirmou Raúl Castro no Sétimo Congresso do Partido Comunista Cubano:

O reconhecimento da existência de propriedade privada tem gerado inquietudes honestas de não poucos dos participantes das discussões anteriores ao Congresso, que expressaram preocupações de que, ao fazê-lo, estaríamos dando os primeiros passos para a restauração do capitalismo em Cuba. Em minha condição de Primeiro Secretário do Comitê Central do Partido, estou no dever de afirmar que este não é, nem minimamente, o propósito dessa ideia conceitual (INFORME CENTRAL AL VII CONGRESO DEL PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2016, p. 19, tradução nossa).

²⁰ Para maior aprofundamento a respeito do funcionamento dessa forma de propriedade e melhor compreensão do modelo cubano de cooperativas, consultar: DARDENGO, A. M. Cooperativas e transição socialista: a experiência das cooperativas não agropecuárias em Cuba. Tese (Doutorado em Política Social) – Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2020.

Portanto, a Propriedade Privada em Cuba cumpre um papel complementar, à medida que contribui com a satisfação de determinadas necessidades e promove a eficiência integral da economia. Seus proprietários podem ser pessoas físicas ou jurídicas, cubanas e estrangeiras. Esses proprietários gerem seus negócios e desfrutam dos resultados e direitos correspondentes a tal gestão. São também responsáveis pelo cumprimento de deveres e incumbências sociais, incluindo o respeito aos direitos dos trabalhadores contratados e outras obrigações estabelecidas em lei. A regulação dessa forma de propriedade se dá com intuito de contribuir para maior consistência do sistema empresarial e suas inter-relações em prol de toda economia (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2017).

A *Conceptualización* prevê a autorização de empresas de propriedade totalmente estrangeira em solo cubano. Segundo o documento, o objetivo é a implantação de capacidades produtivas modernas para o desenvolvimento econômico e social do país (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2017).

Segundo consta no modelo de atualização de 2016/2017, os cubanos podem estabelecer os seguintes tipos de negócios: pequenos negócios que se constituem, fundamentalmente, pelo proprietário e sua família; empresas privadas de pequeno e médio porte, de acordo com o volume da atividade, número de trabalhadores e o propósito social. Os primeiros não são considerados entidades empresariais e nem possuem personalidade jurídica, já o segundo tipo é reconhecido como pessoa jurídica e realizam atividades de pequena e média escala. Atividades essas que contribuem para a estratégia de desenvolvimento territorial e local, bem como para criar vínculos produtivos entre eles e outros atores econômicos (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2017).

As normas e regulações aplicadas sob essa forma de propriedade levam em conta o espaço e o alcance desses negócios em diferentes níveis. Além disso, a regulação sob a apropriação privada dos resultados do trabalho alheio se dá com objetivo de captar recursos mediante tributos que são destinados a financiar as despesas sociais e outros gastos de natureza pública (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2017).

Segundo o que está exposto na *Conceptualización*, a forma de propriedade denominada “propriedade de organizações políticas, de massas, sociais e de outras entidades da sociedade civil cubana”, é representada por entidades que produzem

bens e serviços cuja finalidade é estritamente o interesse público, ou seja, são formas associativas sem fins lucrativos. O objetivo último dessa forma de propriedade é promover o avanço do bem-estar do país abarcando os meios de produção de formas associativas como fundações, organizações sociais, instituições religiosas e outras entidades de natureza similar. Essa forma de propriedade oferece suporte a determinados segmentos da população; fomenta a cultura, a ciência, o esporte e promove valores como a solidariedade, fraternidade, memória histórica e identidade cultural nacional (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2017).

Nota-se que a atualização do modelo econômico abarca diversas formas de propriedade, referendando, assim, a tese de que em Cuba a heterogeneidade da propriedade é uma realidade objetiva e factual. As entidades de caráter empresarial possuem uma interlocução entre si e atuam em benefício do desenvolvimento econômico e social. Essas entidades estão sujeitas às normativas do marco regulatório e devem funcionar a partir daquilo que está estabelecido em lei. No marco regulatório estão estabelecidos os requisitos para criação dessas entidades como pessoas jurídicas, seu âmbito de atuação, bem como seus direitos e deveres (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2017).

Em relação ao controle do Estado sobre essas formas de propriedade, vale destacar, *ipsis literis*, o que está expresso no documento de *Conceptualización del Modelo Económico y Social Cubano de Desarrollo Socialista*:

O Estado e o Governo regulam os processos de constituição, dissolução, liquidação e outras transformações organizacionais de todas as entidades de natureza empresarial (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2017, p. 31, tradução nossa).

O modelo de atualização deixa explícito que as leis do mercado não exercem protagonismo na vida econômica e social de Cuba; portanto, o mercado é regulado, tributado, e sua atuação deve atender as necessidades econômicas e sociais do país. Dito de outra forma, nessa dinâmica o mercado possui autonomia relativa e sua atuação fica circunscrita às diretrizes da planificação e do que foi planejado para se alcançar em curto, médio e longo prazo (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2017).

O Informe Central do Sétimo Congresso do Partido Comunista Cubano corrobora também com essa avaliação, uma vez que, em relação à temática, declarou o seguinte: “o reconhecimento do mercado no funcionamento da economia socialista

não implica que o Partido, o Governo e as organizações de massa deixem de cumprir seu papel na sociedade e de enfrentar qualquer situação que prejudique a população” [...] (INFORME CENTRAL AL VII CONGRESO DEL PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2016, p. 12, tradução nossa).

No contexto cubano, as regras da dinâmica do mercado (oferta e demanda, por exemplo) não estão em desacordo com os princípios da planificação. Essas regras podem conviver e complementar-se em benefício de todo país (INFORME CENTRAL AL VII CONGRESO DEL PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2016).

Outro documento importante é o Plano Nacional de Desenvolvimento Social até 2030 (PNDES). Esse registro é um exemplo de documento orientador da condução e direção do desenvolvimento estratégico a médio e longo prazo. Assim como a *Conceptualización*, o PNDES foi aprovado nos mesmos moldes e passou pelas mesmas etapas de discussão e avaliação no interior do VII Congresso do Partido Comunista Cubano (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2017a).

Tendo como propósito consolidar a nação cubana como soberana, independente, socialista, democrática, próspera e sustentável, os princípios orientadores para a feitura do PNDES foram elaborados a partir de seis eixos temáticos. Quais sejam: governo socialista, eficaz, eficiente e de integração social; transformação produtiva e inserção internacional; infraestrutura; potencial humano, ciência, tecnologia e inovação; recursos naturais e meio ambiente; desenvolvimento humano, equidade e justiça social (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2017a).

Os eixos temáticos perfazem o conteúdo qualitativo essencial para as transformações que se pretendem realizar, e são a força motriz para a concretização e implementação da estratégia de desenvolvimento para se alcançar a visão de nação proposta no PNDES (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2017a).

Esses eixos expressam as principais dimensões de conformação do cenário econômico, político, social e ambiental da realidade cubana. O objetivo é assegurar um enfoque integral e sistêmico no processo de construção das estratégias de desenvolvimento do país. Além disso, como se trata de uma análise (diagnóstico e prognóstico) de curto, médio e longo prazo – 2016 até 2030 – suas conclusões devem ser sistematicamente revisadas e atualizadas (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2017a).

No cumprimento dessa complexa tarefa, a participação popular é sempre uma condicionante do processo de construção democrática e coletiva, para tanto, vejamos:

O desenho do plano de desenvolvimento tem que ser um exercício de construção participativa e consciente de toda a sociedade, que se possa garantir o consenso sobre os objetivos a serem cumpridos em cada etapa, para alcançar e fortalecer a nação que se deseja ter no ano de 2030 e as transformações integrais e coerentes necessárias para atingi-los (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2017a, p. 16, tradução nossa).

Para se alcançar a visão de nação expressa no PNDES para 2030, será necessário, portanto, mais que uma concepção de desenvolvimento adequada à realidade cubana; contar-se-á com o envolvimento e participação de toda sociedade na confecção e elaboração contínua desse plano.

Além dos documentos conhecidos nominalmente como: *Bases del Plan Nacional de Desarrollo Económico y Social hasta el 2030: Visión de la Nación, Ejes y Sectores Estratégicos* (PNDES); *Conceptualización del Modelo Económico y Social Cubano de Desarrollo Socialista*; *Trabajo del Partido em cumplimiento de los Objetivos aprobados em la Primera Conferencia Nacional y de las Directrices del Primer Secretario del Comité Central*, o VII Congresso do Partido Comunista de Cuba discutiu e aprovou, também, os *lineamientos de la Política Económica y Social del Partido y la Revolución para el período 2016-2021* (INFORME CENTRAL AL VII CONGRESO DEL PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2016).

Esses documentos são de grande abrangência e complexidade. Neles estão demarcados os rumos e direcionamentos do processo revolucionário cubano para construção de um socialismo próspero e sustentável. Esses textos não são estanques e nem possuem caráter dogmático; isto é, seus conteúdos encontram-se imbricados e interligados, além disso, pretende-se submetê-los a avaliações e atualizações periódicas (INFORME CENTRAL AL VII CONGRESO DEL PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2016).

A dinâmica de reavaliações e atualizações periódicas é elemento de suma importância para acompanhar os movimentos de avanços e retrocessos conjunturais. Por exemplo, os *lineamientos de la Política Económica y Social del Partido y la Revolución para el período 2016-2021* é uma versão atualizada dos *lineamientos* de 2011, haja vista que, dos 313 *lineamientos* aprovados em 2011, foram implementados 21%, 77%

encontra-se em fase de execução e o restante (2%) ainda não iniciaram sua implantação. A proposta atualizada e que corresponde aos *lineamientos* do período de 2016-2021 possui um total de 268 diretrizes, das quais 31 correspondem à redação original, 193 foram modificadas e outras 44 foram adicionadas (INFORME CENTRAL AL VII CONGRESO DEL PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2016).

Nos *lineamientos* de 2016, reitera-se que a planificação socialista seguirá sendo a via principal da direção econômica do país e que sua ênfase deve recair sobre a garantia dos equilíbrios macroeconômicos fundamentais e a preservação dos objetivos e metas para o desenvolvimento de longo prazo (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2017a).

Na esfera empresarial, pretende-se avançar com o aperfeiçoamento do sistema de negócios, concedendo gradualmente novas faculdades às direções das entidades e definindo seus limites com objetivo de alcançar empreendimentos com maior autonomia, eficiência e eficácia (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2017a).

Ainda sobre as formas de gestão não estatais, os *lineamientos* de 2016 sinalizam a necessidade de continuar com o processo de atualização das regulações para se evitar que, do interior dessa forma de propriedade, surjam movimentos de contraposição aos princípios do socialismo. Por isso, para essa forma de propriedade, não se permitirá a concentração da riqueza material e financeira em pessoas físicas e jurídicas (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2017a).

Este princípio está presente, também, no *lineamiento* de nº 03 de 2011: “nas formas de gestão não estatais não se permitirá a concentração da propriedade em pessoas jurídicas ou físicas” (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2011, p. 11, tradução nossa).

No escopo dessa forma de propriedade, uma das funções é estar vinculada à política de emprego do país, uma vez que se pretende ampliar o trabalho no setor não estatal justamente como alternativa de emprego a médio e longo prazo. Para isso, os *lineamientos* de 2016 consideram necessário projetar a formação de força de trabalho qualificada em correspondência com o que foi desenhado no Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social; ou seja, constituir uma política de emprego e salário que atenda a visão de nação, a concepção de desenvolvimento expressa nesses documentos e que leve em consideração a heterogeneidade da propriedade existente no país (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2017a).

Em relação à política para o comércio, esses *lineamientos* preveem a continuidade da restauração do comércio atacadista e varejista, com base nas condições em que se pretende operar a economia. Vale ressaltar que, a demanda pela estruturação do mercado atacadista é uma reivindicação antiga dos trabalhadores por conta própria (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2017a).

Essa reestruturação passará pelo aperfeiçoamento do sistema de abastecimento do país que, por sua vez, terá como desdobramento o aumento da participação dos produtores nacionais. Definir-se-á formas de gestão atacadista que deem respostas a todos atores econômicos envolvidos nesse processo (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2017a).

Além disso, serão desenvolvidos mercados de suprimentos que vendem a preço de atacado e ofereçam serviços como aluguel de máquinas e equipamentos, por exemplo. Os *lineamientos* de 2016 preveem, também, a continuação gradual de formas não estatais de gestão para o comércio em locais em que se considere necessário (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2017a).

No que concerne aos valores em que devem estar embasados as formas de gestão não estatal, é tarefa do Partido Comunista Cubano, da União da Juventude Comunista e da Central de Trabalhadores de Cuba fortalecer, fomentar e buscar consolidar as perspectivas político-ideológicas e os valores éticos e morais próprios do socialismo em direção aos trabalhadores das diferentes formas de gestão não estatal (Resolução do 7º. Congresso do Partido Comunista Cubano, 2016).

Além disso, cabe ao Partido Comunista Cubano fazer o enfrentamento – de diversas formas e em todos os âmbitos – às tentativas de subversão político-ideológica e à difusão de plataformas políticas neoliberais e de restauração do capitalismo. Portanto, existe a preocupação de identificar os setores e segmentos mais vulneráveis à ação inimiga e combater as perspectivas que são contrárias à essência da Revolução (Resolução do 7º. Congresso do Partido Comunista Cubano, 2016).

4.4 O ORDENAMENTO MONETÁRIO DE 2020

Outro elemento a se considerar, paralelamente, no contexto das atualizações de Cuba, é seu ordenamento monetário. A existência de duas moedas: CUC (peso conversível fixado com o dólar) e CUP (*moneda nacional*) cumpriram seu papel histórico durante a década de 1990, pois, com a queda do Campo Socialista houve uma perda brusca de mais de 30% do PIB. Com isso o peso cubano não teve respaldo na economia real e foi perdendo suas funções. Nesse período, como a moeda base deixou de exercer suas funções (meio de pagamento, unidade de conta e reserva de valor) foi criada outra moeda. A existência dessas duas moedas entre 1994 e 2020 teve função contraditória, contando com desdobramentos positivos e negativos para a economia cubana (CUBADEBATE, 13 DE OUTUBRO DE 2020; HERRERA; NAKATANI, 2002).

O processo de ordenamento monetário durou quase 10 anos e sua preparação contou com a participação de muitos especialistas, funcionários públicos, acadêmicos e vários diretores de instituições. As diretrizes relacionadas às tarefas do Ordenamento estiveram presentes nos congressos mais recentes do PCC. No VI Congresso, por exemplo, o *lineamiento* 55 fazia referência às necessidades de avanço na unificação monetária e cambial. O *lineamiento* 55, referente ao VII Congresso, já afirmava que era imprescindível concluir o processo de unificação monetária e cambial (CUBADEBATE, 13 de outubro de 2020).

Em outubro de 2020, se eliminou o peso conversível (CUC) do cenário econômico cubano, um marco para economia de Cuba, uma das questões que se buscou solucionar foi a desvantagem das empresas estatais socialistas em relação ao setor não estatal. A vantagem do setor não estatal se dava por trabalhar no circuito monetário em que a taxa de câmbio era de 1x25 ao mesmo tempo em que era regida pela paridade de CUC com o peso cubano. A unificação monetária e cambiária procurou, portanto, sanar essa importante distorção (INFORME CENTRAL AL VII CONGRESO DEL PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2016; CUBADEBATE, 13 de outubro de 2020).

O ordenamento monetário cubano tem como objetivo fazer avançar a estratégia econômica do país. Esse ordenamento possui caráter interdisciplinar e transversal,

pois, além de incidir sobre a unificação monetária e cambial, trata, de igual modo, da eliminação de subsídios excessivos e gratuidades indevidas e da transformação da renda. Na avaliação do presidente cubano, Miguel Díaz-Canel Bermúdez, o processo de unificação monetária e cambial não é uma solução mágica para os problemas monetários e financeiros, contudo deve proporcionar um aumento da produtividade do trabalho e um melhor desempenho das forças produtivas (CUBADEBATE, 13 de outubro de 2020).

Para Alejandro Gil Fernández, vice-primeiro-ministro, o sistema monetário cubano é um dos elementos mais importantes da estratégia econômica e social do país. Em sua análise, considera que as modificações no sistema monetário são de suma importância para a transformação da economia, para o bem do país e da população (CUBADEBATE, 13 de outubro de 2020).

Marino Murillo Jorge, chefe da Comissão para a Implementação das Diretrizes do novo ordenamento monetário, afirma que, assim como outros grandes processos econômicos e sociais, este não é isento de riscos. Além disso, uma característica peculiar desse processo – do ponto de vista econômico – é a irreversibilidade; isto é, uma vez iniciado, não se pode voltar atrás, é preciso dar andamento aos procedimentos e tentar corrigir os possíveis erros e desvios. Por isso, trata-se de um transcurso que exige muito cuidado e rigor. Para que isso fosse assegurado, foram criados 14 subgrupos de trabalho que contaram com a contribuição de mais de 200 profissionais de diferentes organizações e renomados acadêmicos (CUBADEBATE, 13 de outubro de 2020).

Para Marino Murillo, não é possível avançar nas transformações que a economia cubana necessita, se o país não estiver organizado monetariamente, pois, no contexto da dualidade monetária, alguns atores econômicos encontravam-se em desvantagem em relação a outros (CUBADEBATE, 13 de outubro de 2020).

No que se refere aos subsídios excessivos e as gratificações indevidas, Marino Murillo entende que nem todo subsídio é ruim. Por outro lado, conclui que não é justo que as pessoas que não trabalham e não contribuem recebam o mesmo subsídio que aquelas pessoas que trabalham e contribuem. Além disso, outro problema do subsídio é seu caráter massivo, servindo às vezes e de alguma forma, como um entrave à produtividade do trabalho. Portanto, os subsídios deverão perder seu caráter massivo

e a prioridade de sua intervenção deverá recair sobre grupos específicos como crianças, gestantes e cidadãos impossibilitados de trabalhar (CUBADEBATE, 13 de outubro de 2020).

O Informe Central do VII Congresso do PCC considerou que, um dos entraves para se avançar substancialmente com a implementação dos *lineamientos*, além de um baixo desempenho da economia do país, eram as gratuidades indevidas e subsídios excessivos. À época, também se levou em consideração outro obstáculo: a impossibilidade de generalizar o aumento da renda dos trabalhadores e garantir a oferta estável de determinadas mercadorias no mercado cubano (INFORME CENTRAL AL VII CONGRESO DEL PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2016).

Sobre o impacto da unificação no sistema empresarial, foram realizados estudos que apontaram um conjunto de entidades que poderiam ter prejuízos no primeiro ano de implementação do ordenamento monetário. Para resolver esse problema, desenhou-se como solução a alocação de recursos financeiros por parte do Governo para compensar monetariamente essas empresas durante esse período de adequação. Marino Murillo garantiu que neste processo ninguém seria deixado para trás. Entretanto as empresas do setor de comércio e serviços que oferecessem um mau serviço e descontrole de seus recursos não seriam subsidiadas, pois, no seu entender, não é razoável que o Estado use de seu orçamento para cobrir esse tipo de despesa (CUBADEBATE, 13 de outubro de 2020).

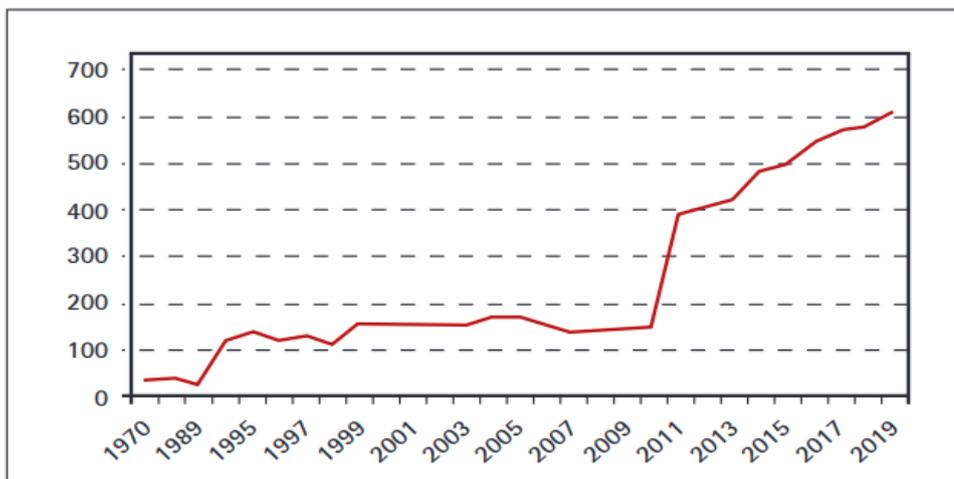
4.5 O DESENVOLVIMENTO DO CUENTAPROPISMO NOS ÚLTIMOS ANOS

É necessário dizer que, em meio a todas essas modificações, o *cuentapropismo* continua sendo uma importante opção de emprego em Cuba. Em 2021, o *cuentapropismo* representou 13% da ocupação do país. No final de 2020 havia 602.415 trabalhadores por conta própria em Cuba. Já em março de 2021, o quantitativo era de 607.429 pessoas, e, desse total, 212.536 eram mulheres, ou seja, 35% (CEPAL, 2021).

Segundo Díaz Fernandez (2021), cerca de 65% dos *cuentapropistas* estão concentrados em 6 províncias. Quais sejam: Havana, Santiago de Cuba, Matanzas, Villa Clara, Camagüey e Holguín. Vale ressaltar que essa configuração tem se mantido estável nos últimos anos. As licenças outorgadas estão concentradas, em sua maioria, nas seguintes atividades: Trabalhador contratado (25%), Alimentação (9%), Transporte (8%), Locação (5%) e Agente de telecomunicações (5%).

Ao longo dos anos, percebeu-se que o *cuentapropismo* teve momentos de expansão, estabilização e leves retrações. Sua primeira grande expansão deu-se no início da década de 1990. Na primeira década do século XXI tem-se uma estabilização seguida de uma leve contração, mas, após os *lineamientos* aprovados em 2011, notou-se um novo crescimento, como se pode observar no Gráfico 1 e na Tabela 1.

Gráfico 1 - Número de *cuentapropistas* em Cuba entre 1970 e 2019



Fonte: DÍAZ FERNANDEZ (2021, p. 73).

Tabela 1 - Quantidade de atividades *cuentapropistas* autorizadas em relação aos seus respectivos dispositivos legais

Dispositivo legal	Total de atividades autorizadas
<i>Decreto Ley 141/1993</i>	117
<i>Resolución Nº. 3/1995</i>	136
<i>Resolución Nº. 1/1996</i>	157
<i>Resolución Nº. 8/2003</i>	107
<i>Resolución Nº. 11/2004</i>	118
<i>Resolución Nº. 32/2010</i>	178
<i>Resolución Nº. 33/2011</i>	181
<i>Resolución Nº. 41 y 42 / 2013</i>	201

Fonte: Elaboração própria a partir de: Pérez Izquierdo, (2003); Guirola Benítez, (2015) e Gaceta Oficial Nº. 027 (2013).

No gráfico 1, há um demonstrativo de como *ocuentapropismo* foi se desenvolvendo em solo cubano. Sua regulamentação em 1978 não trouxe, naquele momento, um crescimento significativo. O primeiro crescimento agudo foi registrado no início do Período Especial. Nota-se que as medidas implementadas entre 2010 e 2011, mais precisamente os *lineamientos* de 2011, provocaram um crescimento ainda mais intenso no número de trabalhadores por conta própria. Na sequência, o *cuentapropismo* continua em ascensão. A atualização dos *lineamientos* em 2016 e as medidas de estímulo às atividades não estatais por meio dos planos de atualização, juntamente com uma conjuntura de ampliação de empregos no setor não estatal, contribuíram para que o trabalho por conta própria seguisse avançando na ilha.

4.6 OS LINEAMIENTOS DE 2011 EM PERSPECTIVA

Neste capítulo, apresentamos as principais repercussões após a aprovação dos *lineamientos* de 2011. Verificamos que houve uma mudança de paradigma em relação ao trabalho por conta própria, ou seja, de modo geral, o olhar da sociedade cubana em relação ao *cuentapropismo* foi sendo modificado, passando de um mal necessário

a uma necessidade desejada; de apêndice, a importante segmento capaz de contribuir para eficiência econômica do país.

Evidenciamos que, ao longo de uma década, várias mudanças foram adensando e complementando o que havia sido elaborado no âmbito dos *lineamientos*. O trabalho por conta própria foi se ampliando e, paralelamente, a legislação cubana foi se flexibilizando na mesma direção, garantindo, assim, não apenas respaldo jurídico, mas uma política de fomento e estímulo a esse segmento.

O pacote legislativo de 2014, os lineamientos de 2016, a constituição de 2019 e os planos de atualização do modelo cubano seguem no mesmo compasso e cadência dos lineamientos de 2011, e compõem um desenho maior da consolidação e atualização do processo iniciado em 2011, que segue sendo implementado e atualizado ao longo desses anos. Em meio a todas essas modificações e no contexto desses processos de atualização, o *cuentalpropismo* segue aumentando não apenas em número, mas em termos de importância e pertinência para o país.

5 AS MUDANÇAS EM CURSO FRENTE A PANDEMIA DA COVID-19

O capítulo em questão abordará as mudanças mais recentes em torno do trabalho por conta própria e analisará a atualidade do *cuentalpropismo* cubano no que tange às suas potencialidades, fragilidades e as recentes alterações no conjunto da legislação relacionada ao exercício do trabalho por conta própria em Cuba. Analisaremos, de igual modo, o contexto da pandemia do COVID-19 e suas consequências para o *cuentalpropismo*.

5.1 O CUENTAPROPISMO NO CONTEXTO PANDÊMICO

A economia cubana já vinha passando por um processo de contração desde o segundo semestre de 2019. A chegada da pandemia do COVID-19, assim como o recrudescimento do bloqueio econômico e comercial somado à agudização dos desequilíbrios internos, fez com que o ano de 2020 apresentasse uma queda econômica de 10,9%, a pior das duas últimas décadas (CEPAL, 2021).

Em relação ao recrudescimento do bloqueio, vale ressaltar que:

Durante o Governo do presidente Trump nos Estados Unidos, se ativaram mais de 240 medidas coercitivas no marco do bloqueio que esse país mantém sobre Cuba, que se mantém em vigor até agora. Para Cuba, essas restrições aprofundam os múltiplos desafios impostos pela Pandemia do COVID-19 e multiplicam seus efeitos adversos nos âmbitos socioeconômico, sanitário e financeiro. Essas medidas têm obstaculizado, em repetidas ocasiões, a chegada de ajuda humanitária no país. De acordo com o relatório mais recente do Governo cubano, entre abril e dezembro de 2020 o bloqueio causou perdas da ordem de 3.587.000 dólares, um valor que mais do que dobra o valor de exportações de mercadorias feitas por Cuba em 2020 (CEPAL, 2021, p. 4, tradução nossa).

Cuba inicia o ano de 2021 com sérios problemas nas finanças públicas, apesar de uma leve melhora econômica. Em 2020, a receita total do governo havia caído 20,1% em termos reais, e tanto as receitas tributárias quanto as não tributárias diminuíram 20,6% e 18,6%, respectivamente. Apesar desse contexto, os gastos registraram aumentos nas áreas de assistência social, educação, saúde, ciência e inovação tecnológica, entre outros. Inclusive, muitos gastos desse período estão relacionados com a pandemia, a exemplo do investimento no desenvolvimento de cinco vacinas já nos primeiros meses de 2021. Como medida de emergência, duas dessas vacinas (Abdala e Soberana 02, já com a terceira fase dos ensaios concluída) foram aplicada em maio de 2021 (CEPAL, 2021).

Ademais, é importante ressaltar a contribuição de Cuba para o mundo através das 57 brigadas médicas “Henry Reeve” que, no contexto pandêmico, forneceram seus serviços no combate ao COVID-19 em 40 países (CEPAL, 2021).

Em 2021, os trabalhadores por conta própria tiveram suas atividades suspensas por seis meses, em decorrência dos efeitos da pandemia do COVID-19. A crise ganha proporções mais sérias, se considerarmos que, no fechamento do ano anterior, o

turismo internacional obteve uma queda de 74,6%, afetando o setor de serviços e, por conseguinte, atingindo os *cuentapropistas*. Uma das medidas compensatórias adotadas pelo governo foi a interrupção do pagamento anual de imposto sobre os ganhos pessoais dos *cuentapropistas* (CEPAL, 2021).

Com a pandemia, houve diversas restrições. Limitou-se a circulação de pessoas nos espaços públicos e suspendeu-se o transporte público provincial e interprovincial, além de suspender a entrada de visitantes internacionais. Reduziu-se os espetáculos públicos e a circulação de pessoas nos restaurantes e nos espaços em geral. Todas essas medidas em prol da redução do contágio por COVID-19 impactaram sobremaneira os trabalhadores por conta própria, principalmente aqueles relacionados diretamente ao setor de turismo e à venda de comidas. Em maio de 2020, 35% dos *cuentapropistas* (precisamente 222.723 trabalhadores) haviam suspenso temporariamente suas atividades. Em 2020, as atividades mais afetadas foram: as de trabalhadores contratados, transporte, locação, serviços de gastronomia e beleza (DÍAZ FERNANDEZ, 2021).

Apesar de todas as limitações de Cuba, o país enfrentou eficazmente a pandemia do Covid-19. Pode-se afirmar que a ilha caribenha teve melhor atuação que muitos países de economia com maior robustez. O Plano de prevenção e controle do Coronavírus foi aprovado pelo Conselho de Ministros em 29 de janeiro de 2020, dois meses antes dos primeiros três pacientes infectados com SARS-CoV-2 (11 de março de 2020) (BLANCO ROSALES; TEJUCA MARTÍNEZ, 2021).

Foram tomadas medidas imediatas para conter a disseminação do Covid-19. Todas as aulas foram suspensas em março de 2020 e o transporte público foi suspenso dois dias depois, na mesma semana em que se iniciou a regulação de entrada de pessoas no país, e, em 09 de abril as fronteiras foram fechadas e, dois dias depois, os transportes coletivos público e privado foram paralisados. Outras medidas foram tomadas na direção do reordenamento laboral e da admissão do teletrabalho; ações foram implementadas com intuito de ordenar o comércio e evitar aglomerações de pessoas; o sistema de saúde tomou providências para aumentar a identificação e o isolamento dos infectados (BLANCO ROSALES; TEJUCA MARTÍNEZ, 2021).

O primeiro pico de contaminação em Cuba ocorreu na primeira etapa da pandemia, entre os meses de março e maio de 2020. Nesse primeiro momento, o ápice foi

alcançado em 24 de abril, atingindo os 847 casos ativos. Nas semanas seguintes houve uma redução desse número, mas, no final de julho, o total de infectados voltou a crescer, estabilizando-se entre agosto e setembro com um platô de aproximadamente 600 casos ativos; já em outubro, observou-se uma tendência na redução de pacientes infectados (BLANCO ROSALES; TEJUCA MARTÍNEZ, 2021).

Diante do contexto pandêmico, em 08 de outubro de 2020, as autoridades cubanas trouxeram a público um novo plano de enfrentamento ao Covid-19. O plano era composto de três objetivos fundamentais: transitar para uma nova normalidade de maneira gradual e assimétrica; atenuar o impacto ocasionado pela enfermidade, bem como minorar os impactos do bloqueio econômico, comercial e financeiro imposto pelos Estados Unidos; desenvolver as capacidades de enfrentamento aos eventos que se produziram nesse contexto (BLANCO ROSALES; TEJUCA MARTÍNEZ, 2021).

O plano foi dividido em três etapas: a epidêmica, com as fases de transmissão autóctone limitada e transmissão comunitária; a recuperação, com suas três fases; e a nova normalidade. Também foram divulgados indicadores gerais de mudança de fase das províncias, bem como aqueles estabelecidos em específico para a província de Havana a partir de sua complexidade. Por exemplo, as províncias de *Ciego de Ávila* e *Sancti Spíritus* foram consideradas em fase de transmissão autóctone; já Havana passou para a fase 3 da etapa de recuperação; enquanto o restante das províncias passou para a nova normalidade (BLANCO ROSALES; TEJUCA MARTÍNEZ, 2021).

Enquanto nova normalidade se compreendeu o restabelecimento gradativo das atividades produtivas e de serviços; como parte dessa etapa, os aeroportos também foram retornando suas atividades paulatinamente. Esse restabelecimento veio acompanhado do fortalecimento da vigilância epidemiológica, cumprimento das medidas sanitárias e a adoção de um estilo de vida que permitia conviver nesse contexto de pandemia com o menor risco possível (BLANCO ROSALES; TEJUCA MARTÍNEZ, 2021).

Até o início de 2021 (precisamente em 26 de janeiro), Cuba havia contabilizado 23.439 casos positivos de Covid-19 e, desse total, 18.325 recuperaram-se, 4.864 permaneciam hospitalizados e 204 pacientes tinham falecido em decorrência da enfermidade. Todos os esforços, de certa maneira, foram compensados: na

totalidade, a taxa de recuperação atingiu 78,8%, a de hospitalizados chegou a 20,75% e a taxa de letalidade era de 0,87% (MINSAP, 27 de janeiro de 2021).

A eficácia da resposta cubana à pandemia do COVID-19 está diretamente ligada às características do sistema de saúde do país. Ele é universal, gratuito e conta com um modelo de atenção primária muito bem estruturada. Perfazem este sistema um complexo de institutos e centros de pesquisa dedicados aos temas da saúde e da indústria médico-farmacêutica de Cuba (BLANCO ROSALES; TEJUCA MARTÍNEZ, 2021).

Em setembro de 2020, as autoridades cubanas publicaram um documento denominado: “*Síntesis de la Estrategia Económico-Social para el impulso de la economía y el enfrentamiento a la crisis mundial provocada por la COVID-19*” (ANAYA CRUZ, 2021).

Esse documento foi regido, levando em conta os princípios fundamentais de funcionamento do modelo econômico cubano, e, por sua vez, reforçava o caráter socialista de Cuba. Segundo o Ministério da Economia e Planificação (2021, p. 04, tradução nossa) essa estratégia teve como base o seguinte:

- Manter a planificação centralizada;
- Defender a produção nacional e banir a mentalidade de importação;
- Regulação do mercado, principalmente por métodos indiretos;
- Complementaridade dos atores econômicos;
- Papel dinamizador da demanda interna para a economia;
- Proporcionar maior autonomia de gestão ao setor empresarial;
- Implementar aspectos-chave, principalmente em relação às formas de gestão e propriedade, redimensionamento do setor empresarial, do setor não estatal e a relação adequada que deve ser entre os dois;
- Incentivar a competitividade, garantindo o uso eficiente de recursos materiais e financeiros, aumento da eficiência e da motivação para o trabalho;
- Política ambiental ativa em harmonia com a ordem social.

Para o MEP (Ministério da Economia e Planificação – 2020), essa estratégia, além de inovadora, tem a capacidade de impulsionar a implementação de elementos que foram aprovados no VI e VII Congresso do partido, o que implica, portanto, a implementação dos *lineamientos*, bem como o conteúdo da *conceptualización del modelo económico y social y del Plan Nacional de Desarrollo Económico y Social*

2030. Além disso, compõem também essa estratégia, o ajuste ao Plano de 2020 e a elaboração do Plano da Economia para o ano de 2021.

O Plano da economia para 2021 levou em consideração a implementação do ordenamento monetário e financeiro, que, por sua vez, contempla a correção gradual dos preços no atacado e no varejo, além de incluir também a reforma dos salários e pensões referentes à assistência social, a eliminação dos subsídios excessivos e das gratuidades indevidas. O objetivo central desse Plano é dar continuidade a implantação dos *lineamientos* de 2011 e 2016 e seguir a Estratégia Econômico-social de impulsionamento da economia, mediante o enfrentamento da crise gerada pelo COVID-19 somado ao recrudescimento do bloqueio imposto pelo governo dos EUA (CUBA, Ley nº137, 2020).

O projeto foi elaborado pelo Conselho de Ministros e aprovado pela Assembleia Nacional do Poder Popular. A análise identificou que o resultado financeiro do Orçamento do Estado para o ano 2021 seria um déficit de 86.744.500 pesos. Para resolver tal situação, uma das medidas foi a contração de dívida pública (como resultado do Ordenamento Monetário e Financeiro, que deveria ser pago no ano em questão). Segundo exames prévios, essa dívida poderia chegar no máximo a 132.542.200 pesos, ou seja, a soma do déficit do Orçamento do ano de 2021, das amortizações de dívidas com vencimento no ano de 2021 e o diferencial cambial das dívidas no exterior (CUBA, Ley nº137, 2020).

O Orçamento do Estado para 2021, em seu artigo 72, trouxe como medida compensatória, por ocasião dos efeitos da COVID-19, a suspensão do pagamento anual de impostos sobre os ganhos pessoais para os trabalhadores por conta própria. Essa medida levou em consideração o fato dos *cuentalpropistas* terem suspenso suas atividades por um período de seis meses ou mais durante o ano de 2020, e que, nesse contexto, tiveram perdas significativas (CUBA, Ley nº137, 2020).

Colina Hernández (2020) considerou insuficiente apenas suspender o pagamento de impostos aos *cuentalpropistas* durante o período de restrições em consequência da pandemia. Para o autor, as medidas aos trabalhadores por conta própria deveriam ser semelhantes às adotadas aos trabalhadores estatais: recebimento de 100% do salário no primeiro mês, em caso de paralisação total, e 60% enquanto durar a excepcionalidade (REBELIÓN, 22 de abril de 2020).

Um dos desdobramentos do período pandêmico foi o fechamento total ou parcial dos pequenos negócios. A medida, por óbvio necessária, comprometeu seu orçamento. Com isso, os rendimentos, ora afetados, prejudicou os *cuentalpropistas*, que ficaram impossibilitados de arcar com suas despesas e pagar os trabalhadores contratados. Diante disso, o Estado tomou medidas para ajudar o setor, adiando o pagamento de impostos e concedendo créditos. No entanto, com a permanência da pandemia, os problemas relacionados à interrupção da renda persistiram e, conseqüentemente, não foi possível solucioná-los por completo (DÍAZ FERNANDEZ, 2021).

Um efeito possível do período pandêmico pode ser a reconfiguração da atuação dos *cuentalpropistas*. Os governos territoriais pretendem incentivar os trabalhadores por conta própria a participarem dos projetos de desenvolvimento local e territorial e, além disso, buscarão esses trabalhadores para auxiliar na solução de problemas locais e comunitários. Portanto, como alternativa de solução dos diversos problemas causados pela pandemia, surge a integração dos projetos de desenvolvimento local acoplados aos interesses dos trabalhadores por conta própria. Uma das importantes atividades no interior desses projetos é a produção de alimentos e a política de substituição de importações e exportações. Ademais, o planejamento de ações para implementação das políticas locais pós-pandemia incluirá a participação dos *cuentalpropistas* nos programas de desenvolvimento local e territorial (DÍAZ FERNANDEZ, 2021).

5.2 ATUALIDADES DO CUESTAPROPISMO NA ILHA

O segmento dos *cuentalpropistas* apresentou muitas fragilidades durante seus anos de consolidação, ensejando muitas queixas dos trabalhadores por conta própria, tais como as seguintes: falta de reconhecimento jurídico de seus negócios; margem reduzida de atuação, uma vez que se tinha de operar obedecendo uma lista de atividades permitidas; impostos altos; ausência de um mercado atacadista, o que acabou por deixar os preços dos serviços e produtos elevados; ausência de um sistema financeiro especializado em pequenos negócios; excesso de burocracia na

aquisição das licenças e rigidez nas inspeções e fiscalizações (DÍAZ FERNANDEZ, 2021).

O Decreto-Lei 44/2021 atualiza as disposições gerais para o exercício do trabalho por conta própria. Nele se regula, também, os procedimentos de tramitação para as autorizações que, a partir de então, passaram a ser autorizadas pela *Oficina de Trámites*, criada para tal fim. No segundo artigo dessa Lei há a conceituação do *cuentalpropismo* nos seguintes termos: “O trabalho por conta própria é a atividade ou atividades que, de forma autônoma, realizam as pessoas físicas, proprietários ou não dos meios e objetos de trabalho que utilizam para prestar serviços e para produção de bens” (CUBA, 2021, Decreto-Ley nº44, p. 2694, tradução nossa).

Os estrangeiros continuam podendo exercer o trabalho por conta própria, desde que sejam residentes e permanentes no país e que cumpram os requisitos estabelecidos na Constituição e no Código de trabalho. Pela nova lei, os jovens de 15 anos em diante poderão se incorporar ao *cuentalpropismo*, e a eles se deve garantir os mesmos direitos que os jovens de 17 e 18 anos (CUBA, 2021, Decreto-Ley nº 44).

O Decreto-Lei 44/2021 manteve a mesma nomenclatura para os trabalhadores que são subordinados aos *cuentalpropistas* empregadores, ou seja, ambos são *cuentalpropistas* ou trabalhadores por conta própria, apesar de a relação ser marcada pela heteronomia entre contratados e contratantes. Ademais, a lei prevê que os *cuentalpropistas* contratados podem ter mais de um vínculo contratual com empregadores diferentes, desde que seja em horários diferentes. Ressalta-se que a autorização para o trabalho por conta própria, tanto dos empregados quanto dos empregadores, é pessoal e intransferível (CUBA, 2021, Decreto-Ley nº44).

Pelo que consta no artigo 7.1 do Decreto-Lei 44/2021 (p. 2694, tradução nossa):

1. O trabalhador por conta própria pode exercer a atividade ou atividades sozinhas ou com a assistência de até três (3) trabalhadores contratados.
2. O cônjuge e familiares até ao segundo grau de consanguinidade, pais, filhos, irmãos, netos e avós, e primeiro grau de afinidade, sogros, noras, genros, que participam no projeto de trabalho não são obrigados a se registrar como trabalhadores contratados.

A pessoa que deseja realizar o trabalho por conta própria deve fazer a solicitação na *Oficina de Trámite* do município em que reside. Nos casos em que for necessário

alugar um espaço, a solicitação é feita no município onde o imóvel está localizado. Segundo o Decreto-Lei 44/2021, para efetivar a autorização com o objetivo de exercer o trabalho por conta própria, é indispensável os seguintes documentos:

- a) Carteira de identidade;
- b) projeto de trabalho que pretende desenvolver;
- c) dados de contato;
- d) pedido de abertura de conta bancária para efeitos fiscais, se o requerente não tiver conta bancária; e
- e) outros documentos necessários de acordo com o projeto a ser desenvolvido.

No artigo 17 do Decreto-Lei 44/2021, encontram-se os critérios estabelecidos para os projetos de trabalho dos *cuentapropistas*:

- a. Nome do projeto, se aplicável;
- b. Descrição das atividades que pretende realizar;
- c. Local onde pretende exercer o trabalho por conta própria (nos casos em que a atividade por conta própria é exercida no local de moradia, a área comercial é delimitada do restante da casa);
- d. Trabalhadores a contratar e as suas informações gerais, sempre que necessário;
- e. Interesse em utilizar cartazes ou outras formas de promoção e publicidade, serviços artísticos e a utilização de música gravada ou audiovisual;
- f. Horário de funcionamento da instalação, em conformidade com o estabelecido pelo Conselho de Administração Municipal do Poder Popular, semelhante ao das entidades do setor estatal;
- g. Declaração da elegibilidade do interessado para a filiação na seguridade social;
- h. Escala de contribuição para a seguridade social selecionada;
- i. Agência bancária do seu domicílio fiscal; e
- j. Declaração da veracidade das informações fornecidas, da origem da fonte de financiamento e dos investimentos efetuados ou a efetuar nas

atividades, bem como a procedência dos equipamentos e dos meios e que não atua em benefício de outra pessoa.

A *Oficina de Trámite* é responsável por processar, revisar e aferir legalidade aos projetos de trabalho. Os projetos que atendem aos requisitos preestabelecidos e que estão contemplados entre as atividades que se permitem exercer por conta própria são referendados pela entidade em questão que, por sua vez, comunica ao solicitante o período que este deve comparecer à entidade, a fim de conhecer o resultado da solicitação. Segundo consta na lei, esse período não deve exceder mais que 25 dias úteis (CUBA, 2021, Decreto-Ley nº 44).

Após o projeto ser validado pela *Oficina de Trámites*, é encaminhado o Certificado de Validação para a *Oficina Nacional de Administración Tributaria* para a realização da inscrição de ofício no Registro de Contribuinte do titular e de seus trabalhadores contratados. Esse procedimento deve ser efetuado no prazo de dois dias. A mesma operação é feita em relação à sucursal bancária (CUBA, 2021, Decreto-Ley nº 44).

Caso o projeto de trabalho encaminhado à *Oficina de Trámite* não seja aprovado, o solicitante será notificado das causas do indeferimento. Se o interessado não concordar com a decisão, poderá impetrar recurso num prazo de cinco dias. Este recurso, então, é encaminhado ao chefe imediato que se encontra numa instância acima daquela do emissor do certificado. A autoridade competente tem um prazo de cinco dias para oferecer um parecer (CUBA, 2021, Decreto-Ley nº 44).

Ao trabalhador por conta própria é permitido comercializar seus produtos e serviços a pessoas físicas e jurídicas, cubanas e também estrangeiras. Do mesmo modo, permite-se a exportação de bens e serviços inerentes à atividade do *cuentapropista*, assim como a importação de matérias primas que garanta a produção de seus bens e serviços pertinentes ao exercício do *cuentapropismo*. O *cuentapropista* não importa de forma direta, cabendo ao *Ministro del Comercio Exterior y la Inversión Extranjera* a mediação da importação com as entidades exportadoras e importadoras autorizadas (CUBA, 2021, Decreto-Ley nº 44).

No artigo 36.1 do Decreto-Lei nº 44 de 2021, encontram-se os critérios de cancelamento da autorização para se realizar o trabalho por conta própria. Feito pelo chefe da *Oficina de Trámites*, pode ser executado pelos seguintes motivos: a) a pedido expresso do trabalhador; b) devido à morte do trabalhador, de ofício ou a pedido do

membro da família; c) aplicação da sanção de cancelamento em caso de contravenções no exercício do projeto aprovado; d) violação ou descumprimento da legislação em vigor, a pedido das autoridades competentes; e) vencimento do término do prazo de suspensão temporária, sem reincorporação à atividade; e f) de ofício, uma vez expirado o prazo de trinta (30) dias úteis, a contar da sua aprovação, sem que o interessado se tenha apresentado para receber o Certificado de Validação do projeto, nos casos correspondentes.

Os governos provinciais do Poder Popular e os Conselhos de Administração municipais são os responsáveis pelo controle do trabalho por conta própria. Essa inspeção se dá juntamente com um grupo multidisciplinar que, por sua vez, é integrado pelos representantes da *Oficina de Trámites* (CUBA, 2021, Decreto-Ley nº 44).

O Decreto-Lei 44/2021 ratifica a continuidade do exercício do *cuentalpropismo* para os profissionais universitários ou técnicos que se graduaram antes de 1964, desde que se tenha desenvolvido a atividade *cuentalpropista* ininterruptamente e que estejam inscritos no registro dos contribuintes.

A multa é a principal sanção aplicada aos *cuentalpropistas* que descumprirem as regulações atinentes à realização do trabalho por conta própria. Como medida complementar, pode ser adotado o confisco de matérias primas, ferramentas e equipamentos de trabalho. A multa é aplicada seguindo os critérios de gravidade da violação cometida e identificada. Quando determinado *cuentalpropista* comete várias contravenções, a ele é aplicado o dobro da multa mais alta referente à contravenção. Em caso de reincidência de várias contravenções de caráter mais grave, aplica-se o cancelamento definitivo da autorização para o exercício do trabalho por conta própria. É importante ressaltar que a reincidência se caracteriza pelo cometimento de mais de uma contravenção no período correspondente a um ano. Verifica-se que o cancelamento definitivo da autorização não impede que o contraventor venha realizar atividades por conta própria diferentes daquela em que foi autuado (CUBA, 2021, Decreto-Ley nº 45).

O valor cobrado pelas multas, que podem ser consideradas de caráter médio, é de quinhentos pesos (500 CUP). As infrações correspondentes a essa quantia são, basicamente, duas: o não fornecimento de informações solicitadas à autoridade competente pela fiscalização, e a não atualização e/ou a apresentação do Livro de

Registro de inquilinos e hóspedes, nos casos correspondentes (CUBA, 2021, Decreto-Ley nº 45).

Às contravenções graves cobram-se o valor de mil e quinhentos pesos (1.500 CUP). São exemplos emblemáticos desse tipo de contravenção os seguintes: não possuir documentação necessária que certifique a licitude das mercadorias, produtos ou matérias primas; despejar ou descartar indevidamente resíduos sólidos ou resíduos líquidos gerados durante o exercício do trabalho por conta própria; permitir que a casa, quarto ou espaço onde se realiza o trabalho por conta própria seja causador de perturbação ao sossego de vizinhos (CUBA, 2021, Decreto-Ley nº 45).

Permitir atitudes discriminatórias relacionada à cor da pele, sexo, gênero, orientação sexual, identidade de gênero, idade, origem étnica, deficiência de qualquer ordem, origem nacional ou territorial e qualquer outra condição ou circunstância pessoal que implique distinção lesiva a dignidade humana são caracterizadas transgressões muito graves, e o valor correspondente a transgressões desse tipo é de quatro mil pesos (4.000 CUP). Incorre na mesma penalidade quem empregar menores de quinze anos ou quem contratar jovens de quinze e dezesseis anos sem a autorização específica definida pelo Código de Trabalho. Esses são exemplos emblemáticos de transgressões que se constituem enquanto muito graves (CUBA, 2021, Decreto-Ley nº 45).

Os trabalhadores por conta própria, os sócios das cooperativas não agropecuárias e os das micro, pequenas e médias empresas privadas participam do mesmo regime de seguridade social. Essa homogeneização da proteção social desses diferentes atores econômicos veio em decorrência do processo de atualização do modelo econômico cubano e, portanto, da ampliação, reconhecimento e fortalecimento das gestões não estatais. Para tanto, revogou-se os Decretos-leis 278/2010 e 316/2012, de modo a equalizar esses atores econômicos em um mesmo regime especial de seguridade social através do Decreto-lei 48/2021. A adesão a esse regime especial de seguridade social não é facultativa, pelo contrário, é requisito indispensável para que os sujeitos exerçam suas atividades e, assim, recebam os benefícios inerentes à seguridade social (CUBA, 2021, Decreto-Ley nº 48).

O regime especial de seguridade social protege os trabalhadores por conta própria em relação a enfermidades e acidentes de origem comum ou profissional,

maternidade, invalidez total, velhice, e em caso de morte oferece proteção à família. É importante ressaltar que os trabalhadores contratados das cooperativas não agropecuárias e das micro, pequenas e médias empresas privadas não são regidas pelo regime especial estabelecido no Decreto-Lei 48/2021, mas se orientam pelo regime geral (lei 105/2008) de seguridade social (CUBA, 2021, Decreto-Ley nº 48).

A Ministra do Comércio Interior, Betsy Díaz Velázquez, estabeleceu como disposição complementar ao Decreto-Lei 48/2021 o Regulamento de Inscrição no Registro Central Comercial para o exercício do trabalho por conta própria. O regulamento se aplica às atividades por conta própria que são dirigidas pelo Ministério do Comércio Interior, quais sejam: Comércio atacadista; venda de mercadorias no varejo; prestação de serviços gastronômicos; prestação de serviços pessoais, técnicos, comerciais e domiciliares; e outras atividades previstas em seu registro. A inscrição é realizada na região em que o solicitante reside ou no local em que a atividade será exercida, os trâmites ficam a cargo da *Oficina de Trámites* e das filiais do Registro; a inscrição possui vigência de cinco anos e pode ser renovada mediante solicitação do *cuentapropista* (CUBA, 2021, Resolución nº 103).

Segundo a Resolução 64/2021, é permitida a contratação de produtos e serviços por parte de pessoas jurídicas aos trabalhadores por conta própria, bem como as demais formas de propriedade não estatal (CUBA, 2021, Resolución nº 64).

Para Díaz Fernandez (2021), reconhecer, juridicamente os trabalhadores por conta própria como pequenas e médias empresas será a via mais adequada e rápida para a recuperação da economia. Segundo a autora, concebê-los como empresa irá incrementar suas faculdades e potencialidades. Na acepção da autora, isso imprimirá uma dinâmica dos vínculos interempresariais e terá como desdobramento um melhor desempenho econômico.

As Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPMEs) são uma das novidades mais recentes no cenário cubano. Elas chegaram com uma regulamentação específica que, além de cumprir o papel de direcionamento jurídico, serve também como elemento de diferenciação em relação aos trabalhadores por conta própria. Esses dois atores econômicos podem até se confundir em termos de tamanho e quantitativo de trabalhadores, já que, no estabelecimento do número de membros considerou-se microempresa aquela composta de 1 até 10 pessoas, a Pequena Empresa comporta

entre 11 e 35 pessoas e, acima disso, já pode-se falar em Média empresa, que vai de 36 a 100 pessoas. Até a regulação mais recente dos *cuentapropistas* (Decreto-Lei 44/2021), muitos pequenos negócios possuíam configuração parecida, por isso, a partir das novas disposições, muitos *cuentapropistas* teriam de converter o seu negócio em MPME no prazo de um ano para a modificação, limite, aliás, que já foi encerrado em agosto de 2022 (CUBADEBATE, 20 de agosto de 2021).

Segundo Gil Fernández, as MPMEs, e até mesmo as Cooperativas Não Agropecuárias (CNA), podem proporcionar maior autonomia e melhores possibilidades de gestão do que o modelo do *cuentapropismo* (CUBADEBATE, 18 de junho de 2021).

A complexa situação econômica na qual Cuba se encontra, efeito da pós-pandemia, levou o país a desenhar mais um conjunto de medidas flexibilizadoras em sua malha comercial. Essas medidas estão embasadas nos planos de atualização e na lei de investimento estrangeiro (Lei 118/2014). As providências se incidem em um dos segmentos de maior evidência para o contexto econômico recente: o mercado atacadista. As medidas foram anunciadas na Assembleia Nacional pelo Ministro da Economia, Alejandro Gil. A proposta é criar entidades estrangeiras que sejam introduzidas no mercado atacadista. O objetivo é solucionar – quando menos, dirimir – o problema de desabastecimento do mercado interno, uma vez que o mercado atacadista não se desenvolveu como o esperado. Além dos negócios de investimento estrangeiro serem voltados para comercialização de matérias-primas, insumos, equipamentos e outros bens que possam contribuir para a promoção do desenvolvimento da produção nacional, também deverão ser utilizadas a sua expertise nas formas de gerir um empreendimento, assim como deverão ser aplicadas as suas técnicas inovadoras de gestão em logística. Além disso, está no escopo de atuação do investimento estrangeiro o fornecimento de produtos alimentícios, de limpeza e instalação de sistemas de geração de energia elétrica com fontes renováveis de energia (CUBADEBATE, 15 de agosto de 2022).

O investimento estrangeiro servirá também como fonte de captação de financiamento de produtores nacionais que tenham condições de se tornar fornecedores no atacado, pois o país tem estrutura e capacidade em termos de instalações já preparadas para tais ações. A dificuldade de se desenvolver, porém, esbarra justamente na questão do financiamento (CUBADEBATE, 15 de agosto de 2022).

As modalidades de investimento estrangeiro poderão fornecer bens e serviços para a venda no segmento de mercado atacadista às formas de gestão não estatal, empresas de representação, suas filiais em Cuba, ONGs e até mesmo para as embaixadas (CUBADEBATE, 15 de agosto de 2022).

Todas essas medidas e alterações modificam significativamente a relação entre o investimento estrangeiro e o comércio interno. O papel que o investimento estrangeiro irá exercer terá que ser acompanhado por mecanismos adequados de monitoramento e controle para que se corresponda aos objetivos para os quais foram aprovados (CUBADEBATE, 15 de agosto de 2022).

A despeito dessas medidas flexibilizadoras, o Estado cubano continuará exercendo o monopólio sobre o comércio exterior e continuará regulando e controlando o comércio, mesmo com o aumento da eficiência das operações realizadas pelas formas de gestão não estatais. O monitoramento dos atores econômicos não estatais aptos a realizar comércio exterior se dará, especificamente, pelo Ministerio del Comercio Exterior y la Inversión Extranjera (CUBADEBATE, 15 de agosto de 2022).

Além disso, o estabelecimento de empresas estrangeiras em solo cubano dá-se com base nos termos da Lei 118/2014 de Investimento Estrangeiro, que afirma que a atração do capital estrangeiro deve contribuir de maneira eficaz para os objetivos econômicos e sustentáveis do país. E deve colaborar para a recuperação da economia nacional com base na proteção e no uso racional dos recursos humanos e naturais e no respeito à soberania e independência nacional (CUBA, 2014, Ley n^o118).

No bojo dessas alterações, uma antiga reivindicação dos *cuentapropistas* foi alcançada no início de 2021. Até esse ano, os trabalhadores por conta própria tinham suas atividades restringidas em listas que, vez por outra, se flexibilizavam. A margem de atuação, entretanto, permanecia circunscrita a um número reduzido de pequenos negócios que se poderia estabelecer na ilha. No decurso da alteração, o número de atividades permitidas era de 127, mas essa lógica foi invertida. Em vez de se ter um conjunto de atividades permitidas, decidiu-se por estabelecer uma lista com 112 ocupações proibidas. Essa modificação abriu espaço para que os *cuentapropistas* tivessem opções de trabalhar em mais de 2.000 atividades. Em outras palavras, se antes a amplitude de atuação do setor privado era reduzida e estreita, a partir de

então, as possibilidades se multiplicaram em muito, dentro do conceito de permitir tudo o que não é proibido (CUBANEWS, 11 de fevereiro de 2021).

A lista de atividades proibidas foi publicada por meio do Decreto 49/2021. As disposições gerais do Decreto 49 submetem às MPMEs e às CNAs as mesmas restrições quanto ao número de atividades vetadas para os *cuentalpropistas*. As restrições vão desde o setor educacional e setor de saúde, passando pelo setor industrial, de energia, defesa e também as telecomunicações, setores considerados estratégicos para o Estado Cubano (CUBA, 2021, Decreto nº 49).

Outra antiga demanda dos *cuentalpropistas* – a possibilidade de se inserirem no mercado atacadista – foi atendida e legalizada através do Regulamento para inscrição no Registro Central Comercial de trabalhadores por conta própria. Este regulamento aplica-se às pessoas físicas autorizadas a exercer as atividades *cuentalpropistas* que são regidas pelo Ministério do Comércio Interior, tendo o comércio atacadista aparecendo como primeira atividade da lista. Os *cuentalpropistas* já haviam sido incluídos como compradores no mercado atacadista desde 2020, com o redesenho do Mercabal. O Mercabal foi a primeira experiência de mercado atacadista em Cuba. Surgido em 2018 e localizado em Havana, as vendas por atacado eram destinadas às Cooperativas Não Agropecuárias. A criação de um mercado atacadista em Cuba atende uma das reivindicações mais reiteradas por parte dos *cuentalpropistas* (CUBA, 2021, Resolución 103; OPCIONES, 2020).

Após os devidos ajustes e enquadramentos das MPMEs e dos trabalhadores por conta própria, a demarcação conceitual do que é o *cuentalpropismo* fica mais precisa, pois, antes dessas alterações, seu sentido era distorcido, uma vez que em decorrência do tamanho das atividades e da dinâmica e operacionalidade dos negócios por conta própria, muitos poderiam ser classificados como empresas (CUBADEBATE, 20 de agosto de 2021).

Com as mudanças recentes, as formas de propriedade em Cuba ficam configuradas da seguinte maneira: empresa estatal socialista; cooperativas agropecuárias; cooperativas não agropecuárias; empresas de propriedade mistas; trabalhadores por conta própria; micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) (CUBADEBATE, 18 de junho de 2021).

Em uma entrevista concedida em junho de 2021, Alejandro Gil Fernández, vice-primeiro-ministro e chefe do Ministério de Planejamento Econômico, afirmou que, até aquele momento, existiam mais de 600 mil trabalhadores por conta própria em Cuba e, desse total, mais de 120 mil eram trabalhadores contratados (CUBADEBATE, 18 de junho de 2021).

Um dos maiores desafios de Cuba para os próximos anos é fazer com que a gestão da propriedade não estatal cumpra com o objetivo para o qual foi concebida: contribuir para a eficiência econômica e o desenvolvimento econômico e social do país. Em uma palavra: contribuir para o bem comum.

6 CONCLUSÃO

Antes de realizar quaisquer apontamentos com base no que foi exposto até então, é preciso demarcar que Cuba é uma sociedade socialista em processo de formação. O que isso significa? Trata-se de uma sociedade que está orientada a superar o sistema capitalista em todas as suas dimensões: econômica, política, social e cultural. Contudo, ainda há elementos do modo de produção capitalista presentes em Cuba, uma vez que a transição para o socialismo não foi completada. Além disso, é preciso considerar que o modo de produção capitalista e seu processo de desumanização ainda predomina em escala planetária, ou seja, a divisão internacional do trabalho e a dependência têm consequências diretas na ilha.

Além disso, não é possível fazer qualquer análise séria e rigorosa da realidade cubana sem levar em consideração os efeitos do criminoso bloqueio econômico realizado por parte do imperialismo ianque desde 1961 e que, portanto, suas consequências se fazem presentes até os dias de hoje. Claro, não devemos absolutizar nenhum elemento e nenhuma determinante que, por meio de seus desdobramentos, promovam efeitos sobre a realidade cubana. Por outro lado, desconsiderar os resultados de um elemento que inegavelmente constitui e atravessa a vida do povo cubano é escamotear a realidade. Portanto, nossa análise levou em consideração as determinantes internas, mas, também, questões externas que estão acima da competência do governo e da gestão do Estado cubano.

No primeiro capítulo, apresentamos os antecedentes da primeira expansão do *cuentalpropismo*, seu primeiro crescimento agudo no contexto do período especial, e seu decréscimo no início dos anos 2000, em meio ao programa “Batalha de Ideias”.

Observamos que nos primeiros anos essas atividades eram residuais e que logo após o triunfo de 1959, a Revolução estava com sua atenção voltada para a reformulação de outros segmentos da economia. Contudo, em meio a esse processo de reestruturação, foram tomadas medidas que afetaram diretamente as atividades privadas, a exemplo da Ofensiva Revolucionária.

Do final dos anos 1970 até o início dos anos 1990, as atividades *cuentalpropistas* seguiram tendo um baixo impacto econômico, mas, por outro lado, serviram como importante demarcador da heterogeneidade da propriedade em solo cubano. Ou seja,

por mais que a presença da propriedade estatal tivesse se constituído naquele momento como massivamente predominante, a heterogeneidade da propriedade sempre compôs o processo pós-revolução de 1959.

De acordo com o que foi exposto, nossa hipótese, quanto à razão pela qual a sociedade cubana buscou aprovar, em 1978, o trabalho por conta própria, é de que – naquele momento – foi apenas para oferecer legalidade a uns poucos trabalhadores autônomos que ainda existiam, mesmo após as consequências da política adotada pela Ofensiva Revolucionária dez anos antes. A constância no baixo número de *cuentalpropistas*, mesmo após sua regulamentação, corrobora tal conjectura. Concomitante a isso, não houve, naquele momento da conjuntura cubana, estímulo ao trabalho por conta própria. Pelo contrário, com as medidas adotadas a partir de 1986, através do Programa de Retificação de Erros e Tendências Negativas, percebeu-se um desestímulo às atividades dessa natureza.

Já na década de 1990 a tônica foi outra. O contexto externo internacional influenciou diretamente a realidade da ilha, a saber: a queda do Campo Soviético, a ascensão do neoliberalismo e o novo desenho da geopolítica mundial. Além disso, Cuba inicia a década de 1990 sem conseguir concluir o processo de Retificação de Erros iniciado em 1986, ou seja, a ilha teve que interromper a marcha de correções para dar respostas a uma avalanche que se apresentava na ordem do dia. Uma vez que, daquele momento em diante, não se podia mais contar com o apoio do CAME. Isto é, o país teve que reorientar sua integração econômica total e completamente. Internamente, realizou-se um conjunto de mudanças, inaugura-se o Período Especial e, com ele, veio uma sequência de modificações importantes.

No Período Especial, o trabalho por conta própria foi ampliado por meio da Reforma Constitucional de 1992. Essa ampliação deu-se no interior da diversificação das formas de propriedade. A modificação na estrutura setorial da economia também fez parte desse processo de alteração, assim foi que o setor de turismo tornou-se a alavanca e motor do desenvolvimento econômico cubano a partir desse movimento.

Não podemos afirmar que o *cuentalpropismo* foi o principal responsável pela superação da crise instalada no Período Especial, contudo a ampliação do *cuentalpropismo* foi um dos elementos fundamentais no bojo da estratégia de saída da crise. Dito de outra forma, a ampliação do *cuentalpropismo* compôs o pacote de

medidas elaborado como estratégia de superação do Período Especial. Além disso, o alargamento do *cuentalpropismo* nesse momento deu-se pela insuficiência do setor estatal em atender a determinadas demandas por serviços e produtos.

Verificou-se que o ajuste estrutural promovido durante o Período Especial não resultou em centralização e concentração de capital, apesar dos *cuentalpropistas* e das atividades privadas relacionadas ao turismo terem adquirido vantagens por receberem em CUC, em prejuízo das relações do setor estatal, que recebia em moeda nacional. Essa configuração pode ser considerada uma consequência negativa da reforma monetária de 1994, que, de certa forma, acabou por promover uma contraditória diferenciação social, ainda que, se comparada ao restante das economias na América Latina, fosse insignificante.

Para além das medidas econômicas adotadas durante o Período Especial, os valores éticos e morais cultivados durante o processo revolucionário também contribuíram significativamente para superar essa fase. Tais valores estavam cimentados e se expressavam em objetivos como o de “superar a crise com o menor custo social possível”, disse Rodríguez García (2000, p. 05, tradução nossa). O país adotou esse objetivo como máxima justamente porque teve como princípios norteadores da Revolução a solidariedade e a equidade social.

Nesse capítulo, buscou-se, ainda, mostrar o contexto de instauração do programa social Batalha das Ideias, seus desdobramentos e as mudanças promovidas em decorrência de tal programa. Além disso, procuramos demonstrar as possíveis razões da diminuição no número de trabalhadores por conta própria e o quadro econômico em que essa redução se deu.

Uma das explicações apresentadas no texto em relação à diminuição do trabalho por conta própria no início dos anos 2000 foi a seguinte: houve redirecionamento da estratégia econômica, e essa reconversão teve como uma das alterações o decréscimo do setor privado na ilha. As políticas adotadas nesse período são consideradas como uma espécie de contramarcha às reformas aprovadas no Período Especial. O programa Batalha de Ideias, juntamente com a melhora nas condições econômicas experimentadas no início dos anos 2000, é outro elemento que explica a atenuação do setor privado na ilha, nesse período.

No capítulo dois, realizamos uma análise do *cuentalpropismo* no interior da aprovação dos *lineamientos* e abordamos os antecedentes políticos e econômicos que nos ajudaram a compreender as razões pelas quais se buscou retomar a política de ampliação do setor não estatal a partir da atualização de 2011. Nessa análise, procuramos mostrar, também, o processo de consolidação do *cuentalpropismo* no contexto da implementação dos *lineamientos* de 2011 e as peculiaridades desses *lineamientos*.

Antes dos *lineamientos* de 2011, Raul Castro já defendia em seus discursos a atualização do modelo cubano tendo em seu bojo um conjunto de medidas que ampliariam as formas de propriedade. O líder cubano já vinha realizando discursos nessa direção desde 2007. Para ele, o papel do setor não estatal era de contribuir como elemento de facilitação na construção do socialismo. Nesse processo, o Estado poderia se desfazer de atividades não estratégicas e focar nas mais estratégicas.

A atualização proposta nos *lineamientos* de 2011 surgiu para dar respostas a problemas internos, a saber, baixa eficiência, descapitalização da base produtiva e infraestrutura, envelhecimento e estagnação no crescimento populacional. Todos esses problemas de ordem interna foram analisados levando em consideração as consequências do contexto externo na economia cubana, quais sejam: a crise econômica, energética, alimentar e ambiental que afetou, sobretudo, os países dependentes.

Além disso, entre os fatores internos, identificaram-se como os principais problemas a serem resolvidos, questões como: planilhas infladas, baixa produtividade do trabalho, indisciplina laboral, baixos salários e excesso de subsídios e gratuidades, elevada dependência de importações e excesso de centralização econômica e decisória.

Para além dessas questões, os *lineamientos* de 2011 trouxeram um elemento que diferiu a atualização de 2011 das reformas anteriores. Isto é, enquanto as medidas do Período Especial, por exemplo, tentavam responder a questões mais imediatas – até pelo contexto conjuntural – os *lineamientos* superaram as questões de ordem iminente

ao propor quebrar o paradigma de que a perspectiva da socialização dos meios de produção é, necessariamente, análoga à estatização deles.

Com isso, depreendemos que a essência dos *lineamientos* foi considerar as relações monetários-mercantis como parte da estratégia de transição socialista e não como uma questão menor ou de segunda categoria. Por esse motivo, a ampliação das formas de propriedade não estatal talvez seja considerada a maior expressão da mudança de perspectiva anunciada na atualização de 2011.

Aqui cabe uma ressalva importante. Ao abordarmos a ampliação da propriedade não estatal, estamos dialogando com o conceito de “não estatal” em Pinheiro Harnecker (2011, p. 45). Isto é, a propriedade não estatal em Cuba não tem como objetivo último responder aos interesses individuais, mas deve transcender o aspecto individual e alcançar a dimensão social, por isso essas ampliações respondem, também, a demandas sociais, além de terem sido elaboradas coletivamente.

Em relação à elaboração coletiva, é oportuno lembrar que um dos objetivos dessa dissertação foi mostrar como se deu a participação popular no processo de superação das crises e na construção dos modelos de atualização. Essa abordagem é alcançada no capítulo dois, nos momentos de análise dos *lineamientos* de 2011. Os *lineamientos*, importantes diretrizes de atualização do modelo cubano, foram construídos coletivamente e com milhares de participações e intervenções no processo de elaboração, aprovação e deliberação do documento. A democracia popular é um processo trabalhoso, mas é um dos pilares fundamentais de uma sociedade cujo objetivo é consolidar o socialismo.

A elaboração dos *lineamientos* é um exemplo bem-acabado de construção coletiva. Foram mais de 160 mil reuniões, participação de quase 9 milhões de pessoas, em um universo de 11 milhões de habitantes, e a análise laboriosa de mais de 780 mil propostas. Este é um modelo exemplar de escuta ativa e participação direta da população nos processos decisórios e de operação do poder político.

Ressaltamos que a ampliação do trabalho por conta própria emergiu como uma das questões centrais nos *lineamientos* de 2011, pois um dos objetivos dessa ampliação era servir de alternativa à redução do emprego estatal e, portanto, absorver os trabalhadores despedidos do setor estatal, em decorrência do ajuste das planilhas infladas e do excesso de pessoas desse setor. Consideramos essa medida importante para continuação de uma política de pleno emprego, desenvolvida na ilha desde o início da Revolução.

Verificamos que todas as mudanças elaboradas e formuladas nos *lineamientos* de 2011 formam parte de um processo amplo de atualização do modelo cubano. Essas reformas pensadas no âmbito dos *lineamientos* desse ano foram, dessa forma, de ordem estrutural e não somente conjuntural. A razão essencial de tais alterações era justamente aperfeiçoar e aprimorar o sistema socialista cubano.

Constatamos que a reestruturação do emprego em Cuba, fruto de todas essas alterações e mudanças que tiveram como consequência a movimentação de parte do setor estatal em direção ao setor não estatal, desenvolveu-se, em especial, em decorrência do baixo desenvolvimento das forças produtivas e em consequência da reduzida possibilidade de investimento por parte do Estado para fazer aumentar a capacidade produtiva das empresas estatais. Essa constatação se deu por meio das discussões desenvolvidas no capítulo três.

Logo, procurou-se, nesse capítulo, demonstrar os cenários que propiciaram a necessidade do estímulo ao emprego não estatal e ao conjunto de atualizações feitas durante a primeira década após a aprovação dos *lineamientos* de 2011. Notou-se que muitas diretrizes vieram justamente para oferecer fundamentação jurídica e política às mudanças que estavam sendo feitas nessa década.

Entre 2011 e 2020, Cuba seguiu promovendo atualizações e dando continuidade aos processos iniciados com os *lineamientos*. Em 2013 foi aprovado o novo Código do Trabalho revogando o Código do Trabalho de 1984. Comparado ao Código anterior, o novo Código confere maior importância para a presença do setor não estatal e referenda a diversidade das formas de propriedade na ilha.

A Lei de investimento estrangeiro, aprovada no mesmo ano de publicação do novo Código do Trabalho cubano, também é um importante exemplo de atualização. A Lei anterior era de 1995 e, por isso, respondia às necessidades do Período Especial e

dos desdobramentos daquela fase. A nova Lei ampliou o campo de atuação dos investimentos estrangeiros e ofereceu um conjunto de benefícios a esses investidores e também aos investidores nacionais e às empresas mistas.

Em 2016, na ocasião do VII Congresso do Partido Comunista de Cuba, o curso das atualizações ganhou novos contornos. Desse Congresso irrompeu o mais recente processo de atualização no qual Cuba está inserido. Essa atualização contou com um planejamento de curto, médio e longo prazo. A atualização inaugurada no VII Congresso se expressou através de um conjunto de documentos aprovados nesta ocasião.

Os documentos aprovados no VII Congresso do Partido Comunista de Cuba foram os seguintes: *Bases del Plan Nacional de Desarrollo Económico y Social hasta el 2030: Visión de la Nación, Ejes y Sectores Estratégicos (PNDES); Conceptualización del Modelo Económico y Social Cubano de Desarrollo Socialista; c del Partido en cumplimiento de los Objetivos aprobados en la Primera Conferencia Nacional y de las Directrices del Primer Secretario del Comité Central; lineamientos de la Política Económica y Social del Partido y la Revolución para el período 2016-2021.*

A atualização proposta por meio desses documentos abarca as diferentes dimensões da realidade cubana. Assim, o enfoque é integral e sistêmico; sua abrangência perpassa questões de âmbito econômico, político, social e ambiental. Uma das principais mudanças indicadas nesses documentos é a necessidade de aperfeiçoamento do Estado como ente orientador do desenvolvimento econômico e social cubano. Além disso, a questão da diversificação das formas de propriedade aparece novamente e, também, reitera-se a razão pela qual deve-se dar continuidade às medidas de ampliação da propriedade não estatal. Qual seja: o insuficiente desenvolvimento das forças produtivas.

A título de exemplo, a previsão para autorização de empresas de propriedade totalmente estrangeira em solo cubano vem justamente com objetivo de implantar capacidades produtivas modernas para o desenvolvimento econômico e social do país. Mantendo-se os princípios da planificação – objetivo também constatado nos documentos de atualização –, medidas como essa se situam numa dinâmica de complementaridade e interdependência com os papéis exercidos pelo Governo, as organizações de massa e o Partido.

Vimos que, em meio a esse cenário de atualizações, emergiu-se um novo texto constitucional e que esse documento ratifica todas essas atualizações. A nova constituição é exemplo em termos de mobilização popular e participação política. Além disso, o texto constitucional reafirma o caráter socialista cubano e referenda os princípios essenciais da propriedade socialista. A constituição de 2019 confere legitimidade à propriedade privada e reconhece o papel do mercado no contexto cubano, de igual modo, afirma que o Estado regula o mercado e os investimentos estrangeiros em prol dos interesses da sociedade.

No contexto dessas modificações, a política de emprego foi trazida à tona e, nesse quadro, a ampliação das formas de propriedade também responde a necessidade de se construir alternativas de redução do emprego estatal. Nesse cenário, o *cuentalpropismo* foi considerado uma importante opção de emprego no interior das formas de gestão não estatal. Segundo a Cepal (2021), por exemplo, o quantitativo de *cuentalpropistas* em março de 2021 era de 607.429 pessoas, o que equivale a 13% da ocupação do país.

As medidas mais recentes em relação ao *cuentalpropismo* foram apresentadas no quarto capítulo deste trabalho. Neste capítulo procuramos trazer os elementos do contexto cubano no recém-chegado período pandêmico e demonstrar como a pandemia do COVID-19 afetou a economia e a vida da população cubana como um todo.

Constatamos que o país caribenho, apesar de todas as suas limitações e contradições, enfrentou a pandemia do COVID-19 com muita eficiência e engenhosidade. Criou-se um plano de prevenção e controle do Coronavírus e, além disso, confeccionaram um documento denominado “*Síntesis de la Estrategia Económico-Social para el impulso de la economía y el enfrentamiento a la crisis mundial provocada por la COVID-19*” que contém a sistematização de uma estratégia de atuação levando em consideração toda a problemática inerente ao contexto pandêmico mundial.

O documento chancela as análises e apontamentos trazidos pelas atualizações referentes ao VI e VII Congresso do PCC e apresenta uma estratégia de impulsionamento econômico em meio ao contexto de crise pandêmica e recrudescimento do bloqueio imposto pelo imperialismo estadunidense. Nessa

estratégia reaparecem questões, como por exemplo, o estímulo à complementaridade dos atores econômicos, a necessidade de proporcionar maior autonomia ao setor empresarial e o redimensionamento do setor não estatal.

Os *cuentapropistas* foram incluídos no planejamento de ações para implementação das políticas locais pós-pandemia e espera-se que os trabalhadores por conta própria contribuam, dentro dos seus limites, para a solução dos diversos problemas causados pela pandemia do COVID-19.

Averiguamos que no ano de 2021 o segmento *cuentapropista* passou por mais um conjunto de alterações. Essas modificações foram normatizadas através do Decreto-Lei 44/2021, Decreto-Lei 45/2021, Decreto-Lei 48/2021, Decreto 49/2021, Resolução nº 64/2021 e Resolução nº103/2021.

Dessas leis e resoluções, cabe um destaque especial para o Decreto 49/2021. Foi por meio desse decreto que se formalizou a²¹ maior ampliação no número de atividades *cuentapropistas* permitidas até o presente momento. Isto é, no Decreto 49/2021 se extingue a lista de atividades permitidas – que naquele momento era 127 – e se estabelece uma lista com 112 atividades proibidas. Assim, os *cuentapropistas* poderão se dedicar a mais de 2.000 atividades, e sua margem de atuação, portanto, passa a se expandir consideravelmente.

Esse é o quadro atual das atividades por conta própria em Cuba. Em nossa investigação, analisamos, portanto, o contexto que antecedeu a regularização do *cuentapropismo* na ilha, os diferentes cenários em que este segmento esteve inserido, a maneira com a qual essa forma de propriedade foi se metamorfoseando ao longo dos anos e as últimas alterações e mudanças abrangendo o setor não estatal e, conseqüentemente, o segmento dos trabalhadores por conta própria.

Portanto, tratando-se de um objeto que está em constante movimento – em relação ao qual diferentes elementos emergiram de seu processo de consolidação nos últimos anos, e que, além disso, está inserido num projeto de sociedade que está em construção –, não se deve oferecer conclusões definitivas e verdades acabadas, o que nos aponta para a pertinência em continuar o processo de investigação

²¹ Até o encerramento deste trabalho - setembro de 2022 - não se teve notícia de alguma modificação que pudesse superar a ampliação alcançada no Decreto 49/2021.

levantando dados e informações que enriqueçam o debate e iluminem cada vez mais o objeto em questão.

A experiência cubana nos mostra que o processo de construção do socialismo é prolongado, heterogêneo, complexo e contraditório. As profundas transformações na estrutura política, econômica e social da ilha se fazem, no dizer de Raul Castro, “sem pressa, mas sem pausa”.

7 REFERÊNCIAS

ANAYA CRUZ, Betsy. Reflexiones en torno a la nueva estrategia para el desarrollo económico y social de Cuba. *In: Apuntes sobre economía cubana y covid-19*. Compiladores: Humberto Blanco Rosales e Betsy Anaya Cruz. Universidad de la Habana. Centro de Estudios de la Economía Cubana (CEEC). Fundación Friedrich Ebert (FES). Febrero de 2021.

ANTÓN ARRÁEZ, Sofía. **El cuentapropismo en cuba**: mujeres e intervención social. 2019. Disertación (Grado en Trabajo Social al Departamento de Sociología y Trabajo Social) - Universidad Pública de Navarra, Navarra, 2019.

AYERBE, Luís Fernando. **A revolução cubana**. Coleção revoluções do século XX. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

BLANCO ROSALES, Humberto; TEJUCA MARTÍNEZ, Mayra. A modo de introducción: otra pelea cubana contra los demonios. *In: Apuntes sobre economía cubana y covid-19*. Compiladores: Humberto Blanco Rosales e Betsy Anaya Cruz. Universidad de la Habana. Centro de Estudios de la Economía Cubana (CEEC). Fundación Friedrich Ebert (FES). Febrero de 2021.

BARBOSA, Maria Lúcia; BELLO, Enzo. A Constituição da República de Cuba de 2019: ampliação democrática e regulação econômica como desafios do tempo presente ao socialismo real. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, v.13, n. 3, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/27416>>. Acesso em 08 de ago. 2022.

BELL LARA. J.; DIRK KRUIJT, CARAM LEON T.; LÓPEZ GARCÍA, LUISA D. **Cuba**: período especial. La Habana: Editorial UH, 2017.

BOLETÍN DE ECONOMÍA LABORAL 34. **La microempresa**: una propuesta tipológica y ejercicio de aplicación en Lima Sur. Ministerio de Trabajo y Promoción del Empleo, Programas de Estadísticas y Estudios Laborales, Lima, Perú, 2006.

CARCANHOLO, M.; NAKATANI, P. **Cuba**: socialismo de mercado ou planificação socialista?. *Revista de Políticas Públicas*, São Luís, v. 10, p. 7-34, jan./jun. 2006. Disponível em: <<http://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/3791>>. Acesso em 18 de set. 2022.

CASTRO RUZ, R. Discurso pronunciado por el compañero Raúl Castro Ruz, Presidente de los Consejos de Estado y de Ministros, en las conclusiones de la sesión constitutiva de la VII Legislatura de la Asamblea Nacional del Poder Popular. Palacio de las Convenciones, La Habana, 24 de febrero de 2008, "Año 50 de la Revolución". **Política y gobierno**, Discursos del Presidente Raúl Castro Ruz, La Habana. Disponível em: <<http://www.cuba.cu/gobierno/rauldiscursos/2008/esp/r240208e.html>>. Acesso em: 30 de nov. 2021.

_____. Discurso pronunciado por el Primer Vice-presidentes. *In: Acto del aniversario 54 del asalto al cuartel Moncada*. 2007b. Camagüey. Estamos en el deber de cuestionar nos cuanta cosa hacemos en busca de realizarla cada vez mejor: Cuba. **Rebelión**. [S.l.], jul., 2007. Disponível em: <<http://www.rebelion.org/noticia.php?id=54199>>. Acesso em: 01 de dez. 2021.

_____. Discurso pronunciado por el compañero Raúl Castro Ruz, Presidente de los Consejos de Estado y de Ministros. Quinto Período Ordinario de Sesiones de la VII Legislatura de la Asamblea Nacional del Poder Popular. 2010a. La Habana. **Política y gobierno**, Discursos del Presidente Raúl Castro Ruz, La Habana: Portal Cuba. Disponible em: <<http://www.cuba.cu/gobierno/rauldiscursos/2010/esp/r010810e.html>>. Acceso em: 02 de dez. 2021.

_____. Discurso pronunciado por el compañero Raúl Castro Ruz, Presidente de los Consejos de Estado y de Ministros. Acto Conmemorativo del Décimo Aniversario del Convenio Integral de Cooperación Cuba-Venezuela. 2010b. La Habana. **Política y gobierno**, Discursos del Presidente Raúl Castro Ruz, La Habana: Portal Cuba. Disponible em: <<http://www.cuba.cu/gobierno/rauldiscursos/2010/esp/r081110e.html>>. Acceso em: 02 de dez. 2021.

CHASSANGNES IZQUIERDO, Óscar; DOMÍNGUEZ JARDINES, Ana Laura. “El sector informal en Cuba”. En colectivo de autores: **El sector mixto en la reforma económica en Cuba**. La Habana: Ed. Félix Varela, 1995.

CEPAL - INIE. 2003. **Las políticas y la evolución social y económica de Cuba em el quinquenio 1998–2002**. Primer borrador de discusión. La Habana: CEPAL-INIE.

CEPAL. **Balance preliminar de las economías de América Latina y el Caribe**. Santiago, diciembre de 2006.

_____. **Estudio Económico de América Latina y el Caribe - 2021**. Disponible em: <https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/47192/67/EE2021_Cuba_es.pdf>. Acceso em: 15 de jun. 2022.

COLINA HERNÁNDEZ, Henry (2016). **Criterios para la clasificación del denominado sector por cuentapropia (TCP) en Cuba: MPYMES en La Habana**, 2016. Disponible em: <<https://www.researchgate.net/publication/323918183>> Acceso em: 05 de nov. 2022.

COLINA HERNÁNDEZ, Henry (2020). Trabajo por Cuenta Propia en tiempos de la COVID-19. **REBELIÓN**, 22 de abr. 2020. Disponible em: <<https://rebelion.org/trabajo-por-cuenta-propia-en-tiempos-de-la-covid-19/>>. Acceso em: 25 de ago. 2022.

DACAL DIAS, Ariel. Trabajo por cuentapropia: hay tela por donde cortar. **Revista el Toque**. ¿Hacia dónde va el cuentapropismo? Número especial del dossier ¿Hacia dónde va el cuentapropismo?, 28 de fev. 2018. Disponible em: <<https://eltoque.com/trabajo-cuenta-tela-donde-cortar>>. Acceso em 10 de dez. 2022.

DÍAZ FERNÁNDEZ, I.; PASSTORI, H.; PIÑEIRO HARNECKER, C. **El trabajo por cuenta propia en Cuba: lecciones de la experiencia uruguaya**. Boletín del Centro de Estudios de la Economía Cubana, Abril de 2012. Disponible em: <<https://www.buenastareas.com/ensayos/El-Trabajo-Por-Cuenta-Propia-En/6691497.html>>. Acceso em 18 de out. 2022.

DÍAZ FERNÁNDEZ, I. **Emprendimiento en Cuba ¿enfocado al desarrollo económico?**. Economía y Desarrollo, Habana, vol. 164, n. 2, jul/dic. 2020. Disponible em: <http://scielo.sld.cu/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0252-85842020000200009>. Acceso em: 19 de jul. 2022.

_____. Trabajo por cuenta propia. Pre y pos COVID-19. *In: Apuntes sobre economía cubana y covid-19*. Compiladores: Humberto Blanco Rosales e Betsy Anaya Cruz. Universidad de la Habana. Centro de Estudios de la Economía Cubana (CEEC). Fundación Friedrich Ebert (FES). Febrero de 2021.

DILLA ALFONSO, Haroldo (2000) "Cuba: el curso de una transición incierta". *In: Monereo, M.; Riera, M.; Valdés, J. (coord.). Cuba. Construyendo futuro. Reestructuración económica y transformaciones sociales*. Madrid: Ed. El Viejo Topo, Fundación del Investigaciones Marxistas, 2000, p. 257 – 285.

CARMONA TAMAYO, Edilberto; DOIMEADIOS GUERRERO, Dianet; PÉREZ, Irene. Cuba ratifica la nueva Constitución con el 86.85% de los votos emitidos, según datos preliminares. **Cuba Debate - Contra el Terrorismo Midiático**. Disponible em: <<http://www.cubadebate.cu/noticias/2019/02/25/cuba-constitucion-referendo-resultados/>>. Acceso em: 21 de abr. 2019.

Cuba publica la lista de actividades prohibidas para el sector privado. Cubanews, 11 de fevereiro de 2021. Disponible em: <<https://oncubanews.com/cuba/cuba-publica-la-lista-de-actividades-prohibidas-para-el-sector-privado/>>. Acceso em: 14 de ago. 2022.

DÍAZ FERNÁNDEZ, I.; ECHEVARRÍA LEÓN, D.; ROMERO ALMODÓVAR, M.; Política de empleo en cuba 2008-2014: desafíos a la equidad en artemisa. **Revista del CESLA**, n. 18, 2015, pp. 271-294. Disponible em: <<https://www.redalyc.org/pdf/2433/243342822012.pdf>>. Acceso em 11 de jul. 2022.

FALCÓN ALONSO, R. *et al.* Ordenamiento monetario, clave en la nueva estrategia socioeconómica de Cuba. **Cubadebate**. Disponible em: <<http://www.cubadebate.cu/noticias/2020/10/13/ordenamiento-monetario-clave-en-la-nueva-estrategia-socioeconomica-de-cuba/#anexo-1437165>>. Acceso em: 01 de jun. 2022.

FALCÓN ALONSO, R. *et al.* Mipymes: poner a los actores de la economía em el lugar que les corresponde. **Cubadebate**. La Habana, 18 de jun. 2021. Disponible em: <<http://www.cubadebate.cu/noticias/2021/06/18/mipymes-poner-a-los-actores-de-la-economia-en-el-lugar-que-les-corresponde-video/>>. Acceso em: 12 de ago. 2022.

FALCÓN ALONSO, R. *et al.* Anuncian nuevas medidas para el comercio exterior y el comercio interno mayorista y minorista. **Cubadebate**. La Habana, 15 de ago. 2022. Disponible em: <<http://www.cubadebate.cu/noticias/2022/08/15/anuncian-nuevas-medidas-para-el-comercio-exterior-y-el-comercio-interno-mayorista-y-minorista/>>. Acceso em: 20 de ago. 2022.

ARIAS TRUJILLO, R.; FAZIO VENGOA, H. **El Ajuste en Cuba: ¿Medidas de sobrevivencia o nuevo modelo de desarrollo?**. Universidad Nacional de Colombia y la Universidad de los Andes, 1996.

CASTIÑEIRAS, Rita; FERRIOL, Angela; THERBORN, Goran. **Política social: el mundo contemporaneo y las experiencias de Cuba y Suecia**. La Habana: [s.n.], Instituto Nacional de Investigaciones Económicas, 2004.

FUNDORA NEVOT, G. (2012). **El cuentapropismo. ¿Solo un problema económico?** Tesis (Maestría en la Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales) - FLACSO, La Habana, 2012.

BELL LARA. J.; FUNDORA NEVOT. G. **Trabajo por cuenta propia en el proyecto socialista cubano ¿sólo una cuestión de desarrollo económico?**. Madrid: Editorial Académica Española, 2016.

FUNDORA NEVOT. G. **Estrategia de potenciación del trabajo por cuenta propia y la equidad social: encuentros y desencuentros. In: Retos para la equidad social en el proceso de actualización del modelo económico cubano.** Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2015.

CUBA. Gaceta Oficial de la República de Cuba (GOC). **Gaceta Oficial N° 027.** Extraordinaria de 26 de septiembre de 2013. Disponible em: <<https://www.gacetaoficial.gob.cu/es/derogada>>. Acceso em: 09 de dez. 2020.

CUBA. Gaceta Oficial de la República de Cuba (GOC). **Gaceta Oficial n° 2.** Extraordinaria de 11 de enero de 2021. Ley 137/2020 Del Presupuesto del Estado para el Año 2021 (GOC-2021-09-EX2). Habana, 11 de enero de 2021. Disponible em: <https://www.gacetaoficial.gob.cu/sites/default/files/goc-2021.ex2__0.pdf>. Acceso em 15 de jul. 2022.

CUBA. Gaceta Oficial de la República de Cuba (GOC). **Gaceta Oficial n° 29.** Extraordinaria de 17 de junio de 2014. Asamblea Nacional del Poder Popular Ley n° 116/2013. Habana, 17 de junio de 2014. Disponible em: <https://www.minjus.gob.cu/sites/default/files/archivos/publicacion/2019-11/Ley_116_codigo_de_trabajo.pdf>. Acceso em: 01 de set. 2022.

CUBA. Gaceta Oficial de la República de Cuba (GOC). **Gaceta Oficial n° 20.** Extraordinaria de 16 de abril de 2014. Ley 118/2014, ley de la inversión extranjera. Habana, 16 de abril de 2014. Disponible em: <https://sistemas.mre.gov.br/kitweb/datafiles/Havana/pt-br/file/Ley%20No_118_ESP.pdf>. Acceso em: 23 de ago. 2022.

CUBA. Gaceta Oficial de la República de Cuba (GOC). **Gaceta Oficial n° 94.** Ordinaria de 19 de agosto de 2021. Consejo de Estado. Decreto-Ley 44/2021 sobre el ejercicio del trabajo por cuenta propia (GOC-2021-775-O94). Edición ordinaria, Habana, 19 de agosto de 2021. Disponible em: <<https://www.gacetaoficial.gob.cu/sites/default/files/goc-2021-o94.pdf>>. Acceso em: 20 de jul. 2022.

CUBA. Gaceta Oficial de la República de Cuba (GOC). **Gaceta Oficial n° 94.** Ordinaria de 19 de agosto de 2021. Consejo de Estado. Decreto-Ley 45/2021. De las contravenciones personales en el ejercicio del trabajo por cuenta propia (GOC-2021-775-o94). Edición ordinaria, Habana, 19 de agosto de 2021. Disponible em: <<https://www.gacetaoficial.gob.cu/sites/default/files/goc-2021-o94.pdf>>. Acceso em: 20 de jul. 2022.

CUBA. Gaceta Oficial de la República de Cuba (GOC). **Gaceta Oficial nº. 94.** Ordinaria de 19 de agosto de 2021. Consejo de Estado. Decreto-Ley 48/2021. Del régimen especial de seguridad social para los trabajadores por cuenta propia, los socios de las cooperativas no agropecuarias y de las micro, pequeñas y medianas empresas privadas (GOC-2021-779-O94). Edición ordinaria, Habana, 19 de agosto de 2021. Disponible em: <<https://www.gacetaoficial.gob.cu/sites/default/files/goc-2021-o94.pdf>>. Acesso em: 03 de ago. 2022.

CUBA. Gaceta Oficial de la República de Cuba (GOC). **Gaceta Oficial nº. 94.** Ordinaria de 19 de agosto de 2021. Consejo de Estado. Decreto 49/2021. De las actividades a realizar por las micro, pequeñas y medianas empresas privadas, cooperativas no agropecuarias y trabajadores por cuenta propia (GOC-2021-781-O94). Edición ordinaria, Habana, 19 de agosto de 2021. Disponible em: <<https://www.gacetaoficial.gob.cu/sites/default/files/goc-2021-o94.pdf>>. Acesso em: 14 de ago. 2022.

CUBA. Gaceta Oficial de la República de Cuba (GOC). **Gaceta Oficial nº. 94.** Ordinaria de 19 de agosto de 2021. Consejo de Estado. Resolución 103/2021. Reglamento para la inscripción en el registro central comercial de los trabajadores por cuenta propia (GOC-2021-784-O94). Edición ordinaria, Habana, 19 de agosto de 2021. Disponible em: <<https://www.gacetaoficial.gob.cu/sites/default/files/goc-2021-o94.pdf>>. Acesso em: 04 de ago. 2022.

CUBA. Gaceta Oficial de la República de Cuba (GOC). **Gaceta Oficial nº. 94.** Ordinaria de 19 de agosto de 2021. Consejo de Estado. Resolución 64/2021 (GOC-2021-787-O94). Edición ordinaria, Habana, 19 de agosto de 2021. Disponible em: <<https://www.gacetaoficial.gob.cu/sites/default/files/goc-2021-o94.pdf>>. Acesso em: 11 de ago. 2022.

GUANCHE, J. C. **Estado, participación y representación políticas en Cuba:** diseño institucional y práctica política tras la reforma constitucional de 1992. 1ª ed. Buenos Aires: CLACSO, 2013.

GARCÍA, José Luis Rodríguez. **A economía cubana:** experiências e perspectivas (1989-2010). Estud. av. [online]. 2011, vol. 25, n. 72, p. 29-44. Disponible em: <<https://www.scielo.br/j/ea/a/ZDsfYJymh7TwVGB7P6wwDH/?lang=pt>>. Acesso em: 13 de nov. 2022.

_____. **La experiencia exitosa de la planificación en Cuba.** ILPES MEP-Seminario Funciones básicas de la Planificación. Habana, 2000.

GARCÍA MOLINA, Jesús M. **La economía cubana desde el siglo XVI al XX:** del colonialismo al socialismo con mercado. CEPAL - SERIE Estudios y perspectivas – Sede Subregional de la CEPAL en México, nº 28. México, D. F., febrero del 2005.

GUIROLA BENÍTEZ, R. **Efectos de no reconocer a los trabajadores por cuenta propia como empresarios mercantiles.** Universidad Central “Marta Abreu” de Las Villas, 15 de jun. 2015.

HERRERA, Rémy; NAKATANI, Paulo. A dolarização cubana. Elementos de reflexão para uma desdolarização. **Revista Venezolana de Análisis de Coyuntura** [en línea]. 2003, IX (2), 277-296. Disponible em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=36490214>>. Acesso em 14 de out. 2022.

INFORME Central del Primer Congreso del PCC. Ed. Departamento de Orientación Revolucionaria del CC del PCC. Habana, 1975.

INFORME Central al VII Congreso del Partido Comunista de Cuba. Habana, 2016. Disponível em: <<http://congresopcc.cip.cu/wp-content/uploads/2021/04/Informe-central-VII-congreso.pdf>>. Acesso em: 28 de mai. 2022.

LARA, J. B. **Cambios mundiales y perspectivas.** Revolución Cubana. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1999.

LIM CHANG, Ulises. NELSON, Pacheco Fera. **La Economía Informal en Cuba.** Facultad de Ciencias Económicas y Empresariales. Universidad de Oriente. Santiago de Cuba.

MAQUEIRA LINARES, A. Análisis sobre la estrategia económico-social aprobada por el gobierno cubano (II). Cuba, 2020. **Oncubanews**, 20 de julho de 2020. Entrevista concedida a redação onCuba. Disponível em: <<https://oncubanews.com/cuba/economia/analisis-sobre-la-estrategia-economico-social-aprobada-por-el-gobierno-cubano-ii/>>. Acesso em: 12 de ago. 2020.

MARQUETTI NODARSE, Hiram. **Cuba:** proceso de desdolarización de la Economía. Boletín Cuatrimestral: Centro de Estudios de la Economía Cubana. Ciudad de La Habana, 2005.

MENDES, Á.; MARQUES, R. M. **Cuba e a “Batalha das Ideias”:** um salto para frente. Economia Política, Capitalismo e Socialismo - Sessões Ordinárias. 2007.

MESA-LAGO, C. Los cambios en la propiedad en las reformas económicas estructurales de Cuba. **Revista Espacio Laical**, nº 223, fev. 2013.

CUBA. Ministerio de Economía y Planificación (2021). Cuba y su desafío económico y social. **Síntesis de la Estrategia Económico-Social para el impulso de la economía y el enfrentamiento a la crisis mundial provocada por la COVID-19.** Tabloide especial.

CUBA. Ministerio de Salud Pública. **Parte de cierre del día 26 de enero a las 12 de la noche**, 22 de jan. 2022. Disponível em: <<http://cuba.cu/salud/2022-01-27/parte-de-cierre-del-dia-26-de-enero-a-las-12-de-la-noche/58763> >. Acesso em: 24 de jun. 2022.

MARTÍNEZ CUMBRERA, J. M.; OCAÑA BÁEZ, J. L.; SÁNCHEZ ANTÚNEZ, A. F. El trabajo por cuenta propia, incidencias en el nuevo relanzamiento en la aplicación del modelo económico de Cuba en el siglo XXI. **Nómadas. Revista Crítica de Ciencias Sociales y Jurídicas**, Número Especial: América Latina (2013).

MORAIS, Fernando. **Os últimos soldados da Guerra Fria** - A história dos agentes secretos infiltrados por Cuba em organizações de extrema direita dos Estados Unidos. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

NENOFF MORÍN, Jenny. Los perdedores del proceso de actualización del modelo socioeconómico cubano: los *cuentapropistas* contra su voluntad. **Historia, Voces y Memoria/11**, Buenos Aires, 2017. Disponível em: <

<http://revistascientificas.filo.uba.ar/index.php/HVM/article/view/4904/4389>>. Acceso em 23 de abr. 2022.

NOGUERA FERNÁNDEZ, Albert. Estructura social e igualdad en la Cuba actual: la reforma de los noventa y los cambios en la estructura de clases cubana. **Revista Europea de Estudios Latinoamericanos y del Caribe**, nº 76, abril de 2004.

_____. **Regimen de propiedad y trabajo por cuenta propia en Cuba: de 1959 a la nueva Constitución de 2019**. Estudios de Deusto 67, nº 1, p. 315-350. Disponible em: <[http://dx.doi.org/10.18543/ed-67\(1\)-2019pp315-350](http://dx.doi.org/10.18543/ed-67(1)-2019pp315-350)>. Acceso em: 21 de fevereiro de 2022.

NÚÑEZ MORENO, Lilia (1997) “Más allá del *cuentapropismo* en Cuba”. Temas, nº 11, julio – septiembre, 1997, p. 41–50.

_____. **Impacto del sector informal en la estructura social cubana**, ponencia en XXI Congreso de LASA, Chicago, 1998.

OFICINA Nacional Estadística (ONE). 1998. **Cuba en Cifras**, 1997. La Habana: ONE.

_____. 2002. **Anuario Estadístico de Cuba**, 2001. La Habana: ONE.

PAJÓN ESPINA, Davi J. El reencuentro con la reforma. Primeras impresiones sobre las nuevas medidas económicas en Cuba. Cuba, 2020. **Oncubanews**, 22 de julho de 2020. Disponible em: <<https://oncubanews.com/cuba/economia/el-reencuentro-con-la-reforma-primeras-impresiones-sobre-las-nuevas-medidas-economicas-en-cuba/>>. Acceso em: 12 de ago. 2020.

PARTIDO Comunista Cubano. **Información sobre el resultado del Debate de los lineamientos de la Política Económica y Social del Partido y la Revolución**. Disponible em: <http://lapupilainsomne.jovenclub.cu/wp-content/uploads/2011/05/tabloide_debate_lineamientos.pdf>. Acceso em: 06 de nov. 2021.

PARTIDO Comunista Cubano. **Proyecto de lineamientos de la política económica y social del PCC**. Habana, [s.n.], 2010. Disponible em: <<http://www.cubadebate.cu/noticias/2010/11/09/descargue-en-cubadebate-el-proyecto-de-lineamientos-de-la-politica-economica-y-social-del-pcc/>>. Acceso em: 06 de nov. 2021.

PARTIDO Comunista Cubano. **Lineamientos de la política económica y social del partido y la revolución**. Disponible em: <<https://www.pcc.cu/lineamientos>>. Acceso em: 06 de nov. 2021.

PARTIDO Comunista Cubano. **Conceptualización del modelo económico y social cubano de desarrollo socialista**. Habana, [s.n.], 2017. Disponible em: <<https://www.granma.cu/file/pdf/gaceta/Conceptualizaci%C3%B3n%20del%20modelo%20economico%20social%20Version%20Final.pdf>>. Acceso em: 21 de mai. 2022.

PARTIDO Comunista Cubano. **Bases del plan nacional de desarrollo económico y social hasta el 2030: visión de la Nación, ejes y sectores estratégicos**. Habana,

[s.n.], 2017. Disponível em: <<http://financiamientoclimatico.cubaenergia.cu/index.php/plan-nacional-de-desarrollo-2030>>. Acesso em: 26 de mai. 2022.

PEDRAZA, Lina. **Intervención en el sexto período ordinario de sesiones de la séptima legislatura de la asamblea del poder popular**. Habana, 15 de diciembre de 2010.

GONZÁLEZ R. M.; PÉREZ, I. V.; OBERTO, C. F. **Los trabajadores por cuentapropia en Cuba**. Octubre, 2003.

PÉREZ VILLANUEVA, O. E. Cuba en espera: las micro, pequeñas y medianas empresas en el desarrollo. **Horizonte Cubano**, 2020. Disponível em: <<https://horizontecubano.law.columbia.edu/news/cuba-en-espera-las-micro-pequenas-y-medianas-empresas-en-el-desarrollo#:~:text=You%20are%20here%3A-Cuba%20en%20espera%3A%20las%20micro%2C%20peque%C3%B1as%20y,medianas%20empresas%20en%20el%20desarrollo&text=A%20lo%20largo%20del%20tiempo,flexibilidad%20a%20las%20crisis%20econ%C3%B3micas>>. Acesso em 02 de mai. 2022.

_____. Análisis de la evolución reciente de la economía cubana. *In*: **Miradas a la economía cubana: entre la eficiencia económica y la equidad social**. Habana: Editorial Caminos, 2013.

_____. **Cuba: evolución económica reciente**. Centro de Estudios de la Economía Cubana, Universidad de la Habana, 2010.

_____. La economía en Cuba: un balance necesario y algunas propuestas de cambio. **Revista Nueva Sociedad**, nº 216, julio-agosto de 2008. Disponível em: <<https://www.proquest.com/openview/06752c0ea5862df5ba903095a67e53e8/1?pq-origsite=gscholar&cbl=27984>>. Acesso em 17 de jun. 2022.

PIÑEIRO HARNECKER, C. **Empresas no estatales en la economía cubana: potencialidades, requerimientos y riesgos**. Centro de Estudios de Economía Cubana, Universidad de La Habana, 2011.

IZQUIERDO FERRER, L.; REINALDO FIGUEREDO, O. MIPYMES, cooperativas no agropecuarias y trabajo por cuentapropia: ¿Qué dicen las nuevas normas?. **Cubadebate**. Habana, 20 de ago. 2021. Disponível em: <<http://www.cubadebate.cu/noticias/2021/08/20/mipymes-cooperativas-no-agropecuarias-y-trabajo-por-cuenta-propia-que-dicen-las-nuevas-normas/>>. Acesso em: 12 ago. 2021.

RESOLUÇÃO do 7º. Congresso do Partido Comunista Cubano. **Resolución del 7º congreso del partido acerca del cumplimiento de los objetivos de trabajo aprobados por la primera conferencia nacional y las directrices del primer secretario**. Disponível em: <https://www.pcc.cu/sites/default/files/tesis-resoluciones/2020-07/resolucion_sobre_el_cumplimiento_de_los_objetivos_de_trabajo.pdf>. Acesso em: 01 de jun. 2022.

RITTER, A. El régimen impositivo para la microempresa en Cuba. **Revista de la CEPAL**, nº 71, ago. de 2000.

RODRÍGUEZ, José L. **Panorama actual de la economía Cubana**. Trabalho apresentado pelo Ministro de Economía y Planificación de Cuba no IX Encuentro Internacional de Economistas sobre Globalización y Problemas del Desarrollo. Palacio de Convenciones, Habana, Cuba, 9 de febrero de 2007.

SAENZ, Tirso W. **O ministro Che Guevara, testemunho de um colaborador**. 2^a ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SÁNCHEZ CUELLAR, Y. *et al.* Mercabal Habana extiende ventas a *cuentapropistas*. **Opciones**. La Habana. 23 de jul. 2020. Disponível em: <<http://www.opciones.cu/cuba/2020-07-23/mercabal-habana-extiende-ventas-a-cuentapropistas>>. Acesso em: 18 de ago. 2022.

SILVA, Marcos Antônio da. **Cuba e a eterna guerra fria: isolamento ou reinserção?**. 2006. Tese (Doutorado Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina) - Universidade de São Paulo, 2006.

STOCCO, A. F. **Distribuição, igualdade social e desenvolvimento: a experiência cubana**. 2017. Tese (Doutorado em política Social) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2017.

_____. Cuba: continuidades e rupturas na construção do socialismo. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, v. 13, nº 3, 2019.

TRIANA CORDOVÍ, J. El desempeño de la economía cubana em el primer semestre de 2002. **Economía y Desarrollo**, nº 2, vol. 131, Jul.-Dic. 2002.

TOGORES, V. **El trabajo por cuentapropia**. Desarrollo y peculiaridades en la economía cubana. Fondos del Centro de Estudios de la Economía Cubana, Habana, 1996.

VALDÉS PAZ, J. Cuba en el “Periodo Especial”: de la igualdad a la equidad. *In*: **Cambios en la sociedad cubana desde los noventa**. Editado por Joseph S. Tulchin, Lilian Bobea, Mayra P. Espina Prieto y Rafael Hernández, con la colaboración de Elizabeth Bryan. Woodrow Wilson International Center for Scholars, 2005.

_____. Cuba: as mudanças institucionais em curso. 5 de mai. 2014. *In*: POMAR, Wladimir. **Cuba: revolução e reforma**. Coleção Nossa América Nuestra. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2016.

VASCONCELOS, Joana Salem. Cuba e a dependência externa: passado e presente. **Rebela**, v. 6, n. 1., jan./abr, 2016.

VIDAL ALEJANDRO, Pavel; PÉREZ VILLANUEVA, Omar. Entre el ajuste fiscal y los cambios estructurales: se extiende el *cuentapropismo* en Cuba. **Revista Espacio Laical**, Octubre 2011, n. 112, Habana.

XALMA, C. **Cuba: ¿Hacia dónde?**. 1 ed. Barcelona: Icaria Antracyt, 2007.